



Cristiane Cavalcante da Silva

**Um olhar para além da droga:
Reflexões sobre o espaço público em uma cena
de uso no Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social do
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Irene Rizzini



Cristiane Cavalcante da Silva

**Um olhar para além da droga:
Reflexões sobre o espaço público em uma cena
de uso no Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof^a. Irene Rizzini

Orientadora

Departamento de Serviço Social PUC-Rio

Prof^a. Sindely Chahim de Avellar Alchorne

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^a. Rita de Cassia Cavalcante

UFRJ

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Cristiane Cavalcante da Silva

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2001), pós-graduada em Terapia de Família pela Universidade Candido Mendes (2005). Especializou-se em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, pela Universidade Estácio de Sá (2017). Assistente social do Ministério da Saúde, desde 2009, lotada no Hospital Federal Cardoso Fontes e Coordenadora da Comissão de Humanização Hospitalar e assistente social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, desde 2004, atuando na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Ficha Catalográfica

Silva, Cristiane Cavalcante da

Um olhar para além da droga : reflexões sobre o espaço público em uma cena de uso no Rio de Janeiro / Cristiane Cavalcante da Silva; orientadora: Irene Rizzini. – 2020.

124 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. População em situação de rua. 3. Cena de uso de drogas. 4. Espaço público. 5. Proteção social. I. Rizzini, Irene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por permitir realizar meus sonhos, me dando forças para continuar nessa grande aventura que é a vida.

À minha orientadora Irene Rizzini, que soube me conduzir por essa travessia acadêmica, me trazendo para a realidade toda vez que levantava voo em meus pensamentos; com sua serenidade e objetividade concluímos esse ciclo.

À querida Banca, que desde a qualificação contribuíram com valiosas sugestões, que certamente aprimoraram essa pesquisa. Rita Cavalcante e Sindely Alchorne, muito obrigada.

Aos meus filhos Rafael e Mariana, pelo apoio incondicional, mesmo tão pequenos sempre me incentivaram a continuar nessa caminhada de estudos. Aprendi com vocês que ser mãe, é errar tentando acertar e seguir tentando, é tirar forças da onde nem sabíamos que tínhamos. Amo vocês mais que tudo.

À minha família, minha rede de proteção. Meus pais e irmãos, que sempre estiveram ao meu lado, vibrando com cada vitória e acreditando que é possível superar os desafios.

Aos amigos que a PUC me deu, pessoas incríveis que tive o prazer de conhecer durante o mestrado, espero seguir na vida de vocês, Beth, Agatha, Leandro,

Liliane, Claudia, Rafa, Esteban, e em especial Nathalia, que durante nossas caronas se tornou uma grande amiga.

Aos professores do Departamento do Serviço Social da PUC-Rio, que tive o privilégio de ter aulas, muito obrigada pelos ensinamentos e trocas.

Aos profissionais do CREAS Janete Clair, por assumirem um compromisso com a população atendida. Vocês fazem a diferença no SUAS.

À diretora da Clínica da Família Barbara Starfield Veronica, que possibilitou que seu Agente de Saúde fosse meu parceiro de caminhada pela BII. E meu mais que sincero agradecimento ao Fabio, por toda disponibilidade em colaborar com esse trabalho.

Aos nossos entrevistados, que me permitiram entrar em suas trajetórias profissionais e pessoais, e acompanhar um pouco do seu cotidiano. Em especial aos que se encontram em situação de rua, que diante de toda desumanidade, não perderam a esperança.

Aos amigos de trabalho do Hospital Federal Cardoso Fontes e da Secretaria de Assistência Social do RJ, que tanto me apoiaram e encorajaram nessa jornada. Não é fácil ser profissional da ponta e manter acesa a busca por conhecimento.

Em especial a uma pessoa que entrou na minha vida no final dessa jornada, mas que em tão pouco tempo, me mostrou que os sonhos podem virar realidade.
Te amo Marcio Rocha.

À PUC-Rio e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil/Código de financiamento 001), pelo apoio e auxílio concedido.

Resumo

Silva, Cristiane Cavalcante da; Rizzini, Irene (Orientadora). **Um olhar para além da droga: reflexões sobre o espaço público em uma cena de uso no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2020. 124 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esse estudo visa compreender o cotidiano de uma cena de uso de drogas, reconhecida pelo senso comum como “cracolândia”, a partir das narrativas de sujeitos que a frequentam. Nosso propósito foi analisar os sentidos atribuídos ao espaço da cena de uso de drogas na vida cotidiana destes sujeitos e como percebem as práticas de proteção social executadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do território. O campo de pesquisa selecionado para nossa análise foi uma “cracolândia” localizada na zona norte do Rio de Janeiro, identificada como Bandeira II (BII). A pesquisa, de cunho qualitativo utilizou-se de observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Como aporte analítico, utilizamos a interpretação dos sentidos atribuídos a este espaço, por seus sujeitos e pelos profissionais da Assistência Social que atuam nessa cena de uso, discutindo diversos aspectos e particularidades do complexo cotidiano repleto de múltiplas vivências. As percepções identificadas nas narrativas nos possibilitaram refletir sobre o cotidiano de vida na cena para além do uso da droga. A pesquisa nos permitiu concluir que a “cracolândia” é também espaço de encontros e um refúgio para aqueles que não têm para onde ir. Um espaço onde a subcidadania desses sujeitos aparece introjetada em suas falas, naturalizando a desigualdade social vivenciada diariamente. A prática da tenda demonstrou o reconhecimento da rua enquanto espaço público de proteção social, assim como seu potencial para o exercício da liberdade e da participação de seus sujeitos.

Palavras-chave

População em Situação de Rua; Cena de Uso de Drogas; Espaço Público; Proteção Social.

Abstract

Silva, Cristiane Cavalcante da; Rizzini, Irene (Advisor). **An examination beyond the drug: Reflections on a public space used for drugs in Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2020. 124 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study seeks to understand the daily life of drug users in an area commonly known as a “cracolândia”, based on the narratives of those who use such space. Our goal is to analyze the meanings attributed to this site by the drug users and how they perceive the practices for protection provided by the Reference Center for Social Assistance (CREAS) in their area. The site selected for this study was a “cracolândia” located in the north zone of Rio de Janeiro identified as Bandeira II (BII). This qualitative study used participant observation and semi-structured interviews. We used, as an analytical approach, the interpretation of the meaning attributed to this space by the participants and by professionals from CREAS who worked at the site, discussing certain aspects and specificities about the complex daily life of these spaces. The perceptions identified in the narratives of the interviewees made it possible for us to reflect about the daily life of drug users in that space, beyond the lenses of the drug. The study allowed us to conclude the “cracolândia” is also a meeting space and a place to escape for those who do not have where to go. A space where the idea of subcitizenship of this group appears embedded in their testimonies, normalizing the social inequality that they experience daily. The experience of the tent showed the acknowledgement of the street as a public space that can promote social protection as well as the potential to exercise freedom and social participation.

Keywords

Street Population; Drug Scene; Public Spaces; Social Protection.

Sumário

Introdução	14
1. População em situação de rua em uma cena de uso de drogas: quem são?	20
1.1. Construção social da subcidadania: sujeitos sem direitos e processos excludentes	21
1.1.1. Mais uma expressão da Questão Social	28
1.2. Cracolândia, cracudos e crack	30
1.3. Contribuições do pensamento de Hannah Arendt – Espaço Público e Processos Excludentes	35
2. Práticas de proteção social voltadas para as cenas de uso de drogas no cenário carioca	42
2.1. Proteção Social e o contexto proibicionista brasileiro	43
2.2. Uma história ainda em construção – reflexões sobre as experiências da Assistência Social carioca, para quem vive e faz uso de drogas nas ruas	51
2.3. Cena de uso de drogas como cena de vida – considerações a partir da experiência da Tenda	59
3. Descortinando o campo e suas particularidades	64
3.1. Conhecendo o território	67
3.2. Os atores da pesquisa	72
4. Cena de uso: sentidos atribuídos pelos sujeitos dessa pesquisa	78
4.1. O olhar dos profissionais da Proteção Social: uma reflexão necessária	79
4.1.1. Percepções dos profissionais do CREAS sobre a cena e seus sujeitos	80

4.1.2. Sentidos que orientam as práticas dos profissionais na cena	85
4.2. Ouvindo vozes de sujeitos (in)visíveis através de suas narrativas e os sentidos atribuídos por eles	91
4.2.1. Significados dos Sujeitos sobre o cotidiano da cena e particularidades da BII	92
4.2.2. Percepções dos sujeitos sobre a Tenda	102
 5. Considerações Finais	 105
 6. Referências Bibliográficas	 111
 7. Apêndices	 117
7.1. A Apêndice 1 – Roteiro para observação do campo	117
 8. Anexos	 119
8.1. Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Profissionais)	119
8.2. Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (usuários)	122

Lista de figuras

Figura 1- Acionamento do CRESS-RJ	52
Figura 2- Atividade do Papo de Rua, em Bangu – RJ	53
Figura 3- Contexto atual	57
Figura 4- Perfil e indicadores	58
Figura 5- Atividade da Tenda	60
Figura 6- Atividade de Abordagem Social - A	94
Figura 7- Atividade de Abordagem Social - B	95

Lista de quadros

Quadro 1- sistematização para análise com base no material empírico	79
---------------------------------------------------------------------	----

Lista de abreviaturas e siglas

ACS – Agente Comunitário de Saúde

BII – Bandeira II

BI – Bandeira I

CASDH - Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CNR – Consultório na rua

CF – Clínica da Família

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MNPSR – Movimento Nacional da População em situação de rua

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

RD – Redução de danos

SMASDH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFRN – Universidade Federal Rio Grande do Norte

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

*Um trabalho tem sentido para uma pessoa quando ela o
acha importante, útil e legítimo.*

Edgar Morin

Introdução

Este estudo visa refletir sobre o cotidiano de uma cena de uso de drogas, reconhecida pelo senso comum como “cracolândia”, a partir das narrativas dos sujeitos dessa pesquisa composto por aqueles que habitam a cena e pelos profissionais da Assistência Social que nela atuam.

Ao longo da dissertação optamos por utilizar o termo *sujeito*, para designar os usuários da proteção social, que frequentam esse território, buscando demarcar nosso reconhecimento dos mesmos enquanto sujeitos de direitos, embora com frequência violados.

O termo “cracolândia” agrega concepções, valores negativos, que entendemos como limitadores de possibilidades de reflexões, que busquem romper com práticas dominantes e que de fato, contribuam para posturas de visibilidade social desses sujeitos, enquanto portadores de direitos, justificando nossa recusa por ele, na maior parte desse estudo. Entendida como “cena” estamos utilizando o conceito socioantropológico, que se refere a *um espaço de congregação e interação social*, presente na literatura em ciências sociais (FIOCRUZ, 2014, p. 13).

Tendo essa conceituação como uma referência para análise, utilizaremos o termo *cenar de uso*, em substituição à “cracolândia,” usualmente utilizado pelo senso comum e grande mídia. Embora nossa preferência esteja justificada por uma escolha hermenêutica, é um posicionamento crítico da pesquisa, frente a um termo que estigmatiza e inferioriza seus sujeitos. Nesse contexto, não deixaremos de utilizar o termo “cracolândia” entre parênteses, por aparecer nas narrativas de nossos entrevistados de forma recorrente.

Buscamos através de uma pesquisa participativa, observar e analisar esse território, dialogando com os conceitos de espaço público e subcidadania, articulando-os com as práticas de proteção social já em execução no campo da Assistência Social.

Reconhecemos que a temática das drogas é altamente complexa, existindo uma gama de produções com diferentes abordagens, principalmente, na área da

saúde. Porém, ao buscar estudos pela perspectiva da Política de Assistência Social, constatamos que a produção acadêmica ainda é incipiente.

Cabe deixar claro, que nosso interesse central de pesquisa refere-se a seus sujeitos, incluindo os profissionais da assistência que atuam na cena, e suas percepções e, não a questão central das drogas e seus efeitos. Embora tenha sido necessária para o aprofundamento desse estudo uma análise da luta proibicionista e seus impactos nas políticas sociais.

Concentramos nosso olhar para as narrativas de um grupo específico, que vivencia o uso abusivo de crack em uma cena de uso. Onde cotidianamente sofre processos de exclusão social, e que reconhecidos pela ideologia hegemônica como subcidadãos, têm suas vozes quase sempre silenciadas e apagadas de nossa história. Essa invisibilidade é fruto de anos de história social brasileira, marcada por racismo e perseguições, aos grupos considerados inferiores e descartáveis socialmente.

Dito isso, cabe reforçar que os objetivos dessa pesquisa vão ao encontro de importantes debates, que questionam a postura proibicionista e manicomial, frente as drogas, por considerar suas práticas um reforço à condutas de violações dos direitos humanos, além de retrocessos aos direitos sociais.

Nosso referencial empírico, partiu de uma cena de uso de drogas, localizada na área da Zona Norte do Rio de Janeiro, conhecida como Bandeira II (BII), especificamente embaixo de um viaduto. Este estudo buscou compreender o cotidiano dessa cena, a partir dos sentidos atribuídos a este espaço por seus sujeitos, e pelas práticas de proteção social em execução no campo da Assistência social, sendo este nosso maior recurso e fonte de análise.

Nossas reflexões, partiram desse lugar e de nossa inserção nessa realidade. Diante dessa moldura fática, contrui-se essa trajetória acadêmica, tendo como pilar a escolha de estar entre eles, isso nos afetou diretamente, resultando em uma experiência singular enquanto pesquisadora e pessoa.

Embora o território já me fosse familiar, por atuar na área desde 2018, enquanto Assistente Social da 3ª CASDH, e participar de algumas ações do CREAS¹, de fato somente após as aprovações do Comitê de Ética e da aprovação

¹ CREAS JANETE CLAIR pertence a 3ª CASDH/SMASDH e atende os Bairros: Del Castilho, Engenho da Rainha, Higienópolis, Inhaúma, Maria da Graça, Tomás Coelho, Abolição, Água Santa, Cachambi, Encantado, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Jacaré, Lins de Vasconcelos,

da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da SMASDH, foi iniciada minha imersão direta nessa exótica realidade.

Devido a fatores externos, mesmo em oposição a vontade dessa pesquisadora, vieram ocasionando por diversas vezes, o cancelamento das atividades do CREAS, além da própria dinâmica do território e, que será melhor detalhada no Capítulo III; não obstante, o nosso tempo de observação foi menor do que o planejado. Entretanto a cada ida ao campo, não mitigou o quanto rico foi essa experiência e o quanto saí afetada dessa pesquisa.

Cabe aqui elencar o conjunto de objetivos que nortearam esse processo, visto que, diante da complexidade desse fenômeno, há uma imensidão de possibilidades, que certamente farão parte de outros estudos e tão pouco esgotou o que nos propomos inicialmente.

Objetivo Geral:

- compreender o cotidiano de uma cena de uso de drogas, a partir dos sentidos atribuídos a este espaço pelos sujeitos que o frequentam, e por profissionais que ali atuam, tendo como foco as práticas de proteção social em execuções, no campo da Assistência Social.

Objetivos Específicos:

- Identificar os sentidos atribuídos, ao espaço da cena de uso de drogas no cotidiano de vida dos sujeitos que o frequentam;
- Identificar particularidades do cotidiano de uma cena de uso de drogas, que possam contribuir para ampliação de reconhecimento desse espaço para o exercício da liberdade e da participação de seus sujeitos;
- Compreender os sentidos atribuídos pelos profissionais da Assistência Social sobre esse espaço;
- Refletir sobre os sentidos que orientam as práticas de proteção social em construção nesse território.

Relembrando a tese central do Professor Antonio Nery Filho², fundador da primeira experiência do consultório de rua na Bahia, e que tive o privilégio de assistir em um evento, em Minas Gerais, me inspirando profundamente para esse estudo, este dizia que seu foco sempre foi o humano e para isso deslocou a “droga” da centralidade no seu trabalho.

Não nos cabe aqui desconsiderar a vasta produção sobre o tema das drogas, sobre outros olhares e saberes. Reconhecemos a diversidade existente entre as relações socialmente construídas, entre as drogas e seus usuários. Todavia, nosso ponto de partida e recorte de análise serão os *sujeitos* que, vivenciam um cenário de uso comum da droga e os profissionais da Assistência Social que lá atuam, onde o protagonismo será dado à experiência humana e não a um objeto (droga). Nesse sentido, concordamos com Prof. Antonio Nery (2016), quando afirma que “as drogas mesmo o crack, são produtos químicos sem alma: não falam, não pensam e não simbolizam. Isto é coisa de humanos. Drogas, isto não me interessa. Meu interesse é pelos humanos e suas vicissitudes”.³

Com base no processo histórico da construção das Políticas Nacionais de Assistência Social, trajetória perpassada por lutas e conquistas, podemos considerar que a PNAS de 2004, trouxeram importantes avanços, quando assegura em seu bojo de atuação como público alvo, cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco ou vulnerabilidade social, dentre elas: o uso de substâncias psicoativas.

Como aponta Alchorne (2016), sobre a temática, podemos citar a mudança de interpretação quanto aos usuários da política, passando de destinatários dos serviços, para sujeitos de direitos, com papel protagonista dentro dessa PNAS.

Durante o levantamento de material produzido academicamente, voltado para as práticas de proteção social pela perspectiva da Assistência Social, especificamente nos territórios das “cracolândias”, pouco é encontrado, demonstrando certa fragilidade existente dentro do campo da Política de Assistência Social.

² Médico e Doutor em Ciência Sociais. Atualmente é professor associado da Universidade Federal da Bahia, professor da Faculdade Ruy Barbosa e associado do Grupo Interdisciplinar de Estudos Sobre Substâncias Psicoativas e fundador da primeira experiência do Consultório na Rua no Brasil.

³ Palestra ministrada no V Congresso Internacional sobre Drogas, CID, Universidade Federal São João Del Rei, Minas Gerais, 2016

Reafirmamos a urgência de elaboração de estudos, que partam de experiências concretas, executadas pela Política de Assistência em territórios agudizados, considerando também as percepções que orientam essas práticas, pelos próprios agentes institucionais em campo.

Frente a isso, se justificam algumas aproximações teóricas que foram necessárias, com a saúde coletiva e antropologia, com vasta produção acadêmica nessa seara, reconhecendo a Rua como “ferramenta” no processo de cuidado. Alguns estudos cartográficos e etnográficos também foram utilizados, para melhor compreensão desse campo.

No decorrer dos quatro capítulos, construímos um roteiro de análise a partir de alguns conceitos chaves, que me conduziram na linha teórica dessa pesquisa. A aproximação desses conceitos com o espaço de uma cena de uso de drogas, mais a percepção desses sujeitos, enquanto portadores de direitos e, as práticas de proteção social executadas pelo CREAS nesse território, entrelaçaram-se com o campo durante toda a execução dessa pesquisa social.

O diálogo com os autores escolhidos, para nortear esse estudo, nos trouxeram alternativas de olhar para o fenômeno social de uma “cracolândia”, marcada por diversos processos excludentes. Envolvendo a participação dos indivíduos na construção de estratégias de resistência e de fortalecimento de experiências de proteção social, pautadas na cidadania. Esse é o pressuposto central dessa pesquisa, olhar para uma cena de uso de drogas por essa perspectiva de análise, envolvendo os sujeitos na construção de experiências de proteção social.

Embora a legislação, que regulamenta a Política Nacional de Assistência Social, traga na proteção social o campo para atendimento a essa população específica, enquanto um direito social e não uma benesse, na prática isso não é facilmente vivenciado.

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, *uso de substâncias psicoativas*, cumprimento de medidas socioeducativas, *situação de rua*, situação de trabalho infantil, dentre outras. (Brasil/MDS, 2004, p. 22, grifo nosso)

A motivação para estudar esse tema, teve influência direta, enquanto Assistente Social do SUAS, no município do Rio de Janeiro desde 2004. Atuando em diferentes espaços ocupacionais, mas sempre relacionado com essa faceta da expressão da questão social, somados a atuação como profissional da saúde no âmbito da rede federal, especificamente em uma emergência na zona oeste da cidade.

No decorrer dessa jornada profissional, foi possível vivenciar alguns marcos históricos na construção da Política Municipal de Assistência Social, como a implantação dos CRAS e CREAS, na cidade do Rio de Janeiro, a partir da criação do SUAS em 2011, árduo caminho para a construção da proteção social, enquanto direito.

Durante essa caminhada amadurecemos, trazendo cotidianamente para nossas intervenções reflexões e inquietações, que nos conduziram até aqui. Cujas finalidades sempre foi a constante busca pela construção de um projeto profissional, ético e crítico.

Sabemos que não é fácil fazer esse exercício dialético, mas somente através dele será possível construir resistência e efetivar experiências profissionais propositivas. Construídas a partir e com os próprios sujeitos, principalmente em períodos de retrocessos e desproteção no campo dos direitos sociais, como temos vivenciado no cenário social brasileiro.

Com a devida permissão filosófica, nos reportamos à teoria da complexidade de Edgar Morin⁴, com a defesa de que não existe pensamento completo. Seu pensamento busca religar saberes, o todo necessita das partes, assim como as partes necessitam do todo.

Assim como o filósofo, desconfiamos de respostas simples a problemas multifatoriais, e com esse estudo buscaremos inspirar, mapear, entender e ampliar o repertório de saberes e fazeres sobre uma determinada realidade social. Ainda pouco conhecida, mas se consolidando como campo de intervenção da Política de Assistência Social, que é o território de uma cena de uso de drogas.

⁴ Edgar Morin é antropólogo, sociólogo e filósofo francês. Nascido em 1921, em Paris, o escritor é formado em Direito, História e Geografia e realizou estudos também nas áreas da Filosofia, Sociologia e Epistemologia – referência para a Teoria da Complexidade.

População em situação de rua em uma cena de uso de drogas: quem são?

Historicamente esse público faz já parte da nossa cultura, reconhecida por diversos nomes, exercendo funções sociais distintas conforme a época. Diante da crise estrutural do capital, se produziu na atualidade uma verdadeira agudização das desigualdades sociais, como aponta Boschetti (2017). Com severas perdas de direitos da classe trabalhadora, num cenário cada vez mais envolto de barbáries no cotidiano da população pobre e negra, e em especial sobre a parcela da população em situação de rua, resultando numa verdadeira desproteção social.

Cabe nesse momento sinalizar a complexidade de se conceituar pessoas em situação de rua, diante de suas características históricas, heterogêneas e dinâmicas. Embora, nosso interesse nesse estudo não perpassasse sobre o objetivo em traçar o perfil dessa população, não podemos desconsiderar as alterações na composição desse público.

Utilizando estudos e também minha atuação, na proteção especial na cidade do Rio de Janeiro, desde 2004, temos identificado nos últimos anos, um número significativo de pessoas em situação de rua, com o nível de escolaridade cada vez mais alto, incluindo pessoas com 3º grau e até especialização. A precarização do mercado de trabalho, aliado a outros fatores psicossociais, contribuem para o rompimento com os vínculos familiares e sociais.

Após um breve levantamento, foi possível identificar alguns conceitos utilizados atualmente, mas sinalizo que essa população não poderá ser incorporada de forma homogênea dentro de qualquer conceito. Visto que, a população em situação de rua tem como particularidade sua própria diversidade, variando conforme a realidade de cada território vivido.

Tomaremos como base o conceito de Silva (2009, p. 29), que se aproxima das nossas reflexões, onde não consideramos uma situação resultante de um processo individual, descolado do contexto social: “[...] uma situação ou condição social, que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana [...] mas é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital”.

As contribuições dessa autora sobre essa população, foram utilizadas inclusive no texto do Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, conceituando a população em situação de rua em seu artigo 1º Parágrafo único:

Para fins desse Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaços de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (MDS, 2009).

1.1.

Construção social da subcidadania: sujeitos sem direitos e processos excludentes

Nosso interesse é ir além do conceitual, com relação ao que se denomina população em situação de rua e para isso utilizaremos a contribuição da construção social de *subcidadania* com base no pensamento do sociólogo Jesse Souza (2018).

A obra de Jesse e suas argumentações serão um importante pilar, para avançar na análise do cotidiano vivenciado por essa parcela da população, reconhecida pela sociedade como parte integrante dos cidadãos de 2ª classe, que os colocam em uma posição de subalternidade e inferioridade.

A visão do brasileiro como vira-lata da história e lixo do mundo, que retira a autoestima e a autoconfiança de todo um povo, só se tornou a ideia hegemônica entre nós porque se traduz em dinheiro e hegemonia política para a ínfima elite que nos domina há séculos. (Souza, 2018, p. 16).

Olhar para o cotidiano de uma “cracolândia” e para seus sujeitos, rompendo com o pensamento liberal e meritocrático é libertador. Entretanto, é um grande desafio, é caminhar na contramão do senso comum de “fracasso individual”. Que centra a responsabilidade por sua situação de exclusão social, entorno da dimensão individual.

Esse exercício reflexivo, nos possibilita compreender de forma macro e mais profunda uma posição ideológica, que busca a manutenção da desigualdade

social e da miséria humana, em prol de privilégios de uma elite. Souza (2018) reforça que “a realidade social não é visível nem compreensível a olho nu. Pode-se ver a pobreza e a miséria de muitos e desconhecer as causas que produzem esse estado”.

Portanto, a subcidadania permanente, definida por Jesse Souza, a qual essa grande massa da população brasileira está atrelada é “resultante de um processo histórico que impossibilitou aprendizados sociais e políticos decisivos” (2018, p. 223) e que fortalecem a naturalização da desigualdade e da sub-humanidade.

Partindo das análises deste autor sobre racismo estrutural, é possível identificar as expressões cruéis desse fenômeno, quando aproximamos o seu pensamento, sobre a realidade vivenciada pelos sujeitos em uma “cracolândia”.

Cotidianamente, quase não se dá destaque aos pobres e negros, quando suas vidas são ameaçadas. Pelo contrário, é reforçado pela grande imprensa, seu caráter ameaçador a ordem econômica, contribuindo para um verdadeiro extermínio dos descartáveis sociais. Fortalecidos por um discurso institucional, que legitima essas práticas abusivas e de poder.

Corroborando com esse pensamento, nos reportamos a outro termo, que se aproxima do nosso campo e da nossa construção teórica para descortinar esse fenômeno, o de “sujeitos indesejáveis”. Defendido por Gatto (2017), em sua tese de doutorado, com base em um estudo, voltado para práticas abusivas, direcionadas ao enfrentamento do público infantojuvenil no Rio de Janeiro (RJ).

Embora, o recorte da referida pesquisadora sejam crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, sua definição apresenta elementos que se aproximam do recorte desse estudo. A autora defende que na atualidade existe um tipo de ideologia dominante, pautada no abuso de poder sob um “grupo social composto por pessoas em situação de rua, negros e pobres oriundos das periferias”.

Dialogando com Jesse Souza (2018), que literalmente coloca o dedo na ferida com relação nossa latente desigualdade social, este se posiciona criticamente contra sólidos pensadores da sociedade brasileira⁵. Reconhecendo no racismo estrutural, um tipo de posicionamento da atualidade e defende a urgência em enfrentarmos esse sério problema de frente.

⁵ Em sua obra *Subcidadania Brasileira* cita e questiona importantes intelectuais brasileiros, como Roberto da Mata, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freire.

Retornando as análises da construção social da subcidadania, fica claro para Souza (2018), a separação e distanciamento entre classes, onde a humanidade é dividida entre humanos e sub-humanos. O subcidadão é um produto da ação das elites brasileiras, composto pela ausência do componente econômico e sociocultural. Assim, a própria classe popular se vê enquanto inferior, naturalizando processos desiguais e até violentos. Não acarretando desta forma, ameaça ao capital e a ideologia dominante.

O domínio permanente de classes sobre outras exige que as classes dominadas se vejam como ‘inferiores’, preguiçosas, menos capazes, menos inteligentes, menos éticas, precisamente o que reencontramos em todas as entrevistas. Se o dominado socialmente não se convence de sua inferioridade não existe dominação social possível. (Souza, 2013, p. 152).

Se compararmos o mesmo fenômeno de uso da droga em contextos distintos, percebemos a crueldade do sistema. Por exemplo, como se aplica uma abordagem pelo aparato policial a dois grupos diversos de usuários de drogas? Definitivamente, há uma variação da postura conforme o local e sujeitos envolvidos no uso.

Um grupo em situação de rua fazendo uso de maconha, ou outra droga será certamente abordado de maneira diferente, de um grupo de jovens em uma universidade particular. E dependendo do fator racial presente no cenário a abordagem também sofrerá interferência.

No primeiro exemplo, provavelmente teremos uma abordagem policial com truculência e abusiva, culminando no enquadramento dos usuários como traficantes. Entretanto, no grupo de estudantes a prática da extorsão é comum no intuito de “suavizar” a situação. Na literatura científica existem vários estudos, que comprovam o crescente encarceramento da população de jovens negros e pobres.

Vários fatores contribuem para essa diferenciação e durante o caminhar dessa pesquisa, buscamos elementos que nos ajudaram a compreender a construção de subcidadania dessa população excluída socialmente e a onda punitiva da pobreza.

Sobre esse aspecto, podemos trazer a construção social de estereótipos sobre esses grupos, como de sujeitos perigosos, provocando no outro a sensação de medo e insegurança. Através desse estigma, que recai sobre o pobre, negro,

“cracudo”, o sentimento de que ele é um criminoso em potencial gera simultaneamente processos de exclusão social e de violação de direitos desses sujeitos.

Cabe aqui adentrar, na discussão sobre cidadania e em especial a sua trajetória na sociedade brasileira, sendo este um campo que necessita de reflexão. Temos importantes estudiosos do tema com posições diferentes e até antagônicas. Embora não haja um consenso, buscamos nas análises da nossa herança escravocrata, a construção da cidadania brasileira, um reforço teórico.

Para ampliar essa discussão, recorreremos ao historiador Jose Murilo de Carvalho e seus estudos sobre a trajetória da cidadania brasileira, onde encontramos sua definição de cidadania negativa e que muito se aproxima da subcidadania, também abordada por Jesse Souza.

Entender um fenômeno atual, como buscamos nessa pesquisa, através de um olhar para uma cena de uso de drogas e para seus sujeitos, requer uma retrospectiva histórica de como a cidadania se constituiu em nossa nação. Tanto Souza (2018), como Carvalho (2009), defendem claramente a influencia da escravidão para nosso processo de democratização.

Carvalho (2009), em sua valiosa obra *Cidadania no Brasil: O longo caminho* analisa que, não podemos simplesmente considerar que no Brasil a cidadania se constituiu como na Europa. Através, por exemplo, do modelo de T.A. Marshall⁶, a partir da tipologia com três momentos distintos, primeiro com os direitos civis, e posteriormente com os políticos e sociais, de forma lenta e sequencial. “O percurso inglês foi apenas um entre outros. A França, a Alemanha, os Estados Unidos, cada país seguiu seu próprio caminho. O Brasil não é exceção”.

No contexto de retrocessos e desmonte de políticas sociais, vivenciados diariamente pela população em vulnerabilidade, analisando especificamente os direitos sociais, ou a ausência destes, requer compreender a própria trajetória do surgimento da cidadania e conseqüentemente dos direitos no Brasil. Diferentemente de outras nações, não se constituiu de forma gradual e oriunda de

⁶ T.H. Marshall:- 1º momento: os direitos civis foram conquistados com as liberdades individuais garantidas pelo Estado e passando a valer a partir do século XVIII; 2º momento: os direitos políticos são demandados, com o direito ao voto cada vez mais ampliado ao longo do século XIX, culminando com o sufrágio universal conquistado no início do século XX. Por ultimo estariam os direitos sociais, com os direitos coletivos assegurados pelo Estado do bem-estar social, em especial depois do pós-guerra, quando os cidadãos independente de sua renda, adquiriram novo acesso aos bens sociais, como educação, saúde e direito ao processo penal. (Paiva, 2012, p. 8)

grandes revoluções sociais, onde havia uma consciência de conquista pelos direitos. Podemos dizer que para Carvalho, nossa cidadania ainda se apresenta como um desafio.

O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania...Início a discussão dizendo que o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido...O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. (Carvalho, 2009, p. 8).

Para Carvalho (2009), é importante esclarecer duas importantes diferenças na constituição da cidadania brasileira. A primeira com relação à valorização dos direitos sociais em detrimento dos políticos e civis e a segunda na alteração da sequência em que os direitos no Brasil foram adquiridos pelos cidadãos, aqui os sociais procederam aos demais.

A análise dessas diferenças, traz profundas mudanças na concepção de cidadania, instaurada em nosso território, pois a relação entre cidadão e Estado-nação não foi construída a partir da noção de pertencimento. Para o autor, não quer dizer que não haja cidadania, mas podemos considerá-la passiva pela fragilidade, como houvera na participação social em nossa história.

Em consonância com esse pensamento, recorremos a definição de Gohn in Paiva (2012), “cidadania ativa requer a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da história de seu tempo”. Onde os direitos sejam resultados de conquistas e de lutas, não somente uma lei que lhe assegure; e no decorrer desse estudo entenderemos a importância dessa afirmação.

As barbáries vivenciadas cotidianamente, pelas pessoas em situação de rua, onde estão cercadas pela ausência de quase tudo, moradia, higiene, alimentação, direitos básicos à sua sobrevivência, são reconhecidos nesse estudo como frutos de uma ideologia dominante, que os colocam em uma posição de subalternidade, onde até sua humanidade encontra-se em xeque. Nossa história escravocrata e colonial, vivenciada durante três longos séculos, foi um terreno nada fértil para a constituição da nossa cidadania, tanto Souza como Carvalho acreditam ter sido a escravidão uma das características mais negativas desse percurso.

Carvalho (2009), acrescenta que após esse período, o legado deixado foi uma grande “massa analfabeta, uma sociedade escravocrata”, sem concepção de Estado-nação, nem de pátria. Embora a constituição de 1988 seja conhecida como Constituição Cidadã, nosso povo não desenvolveu ao longo da nossa história o sentido pleno da cidadania, a noção de igualdade de todos perante a lei.

A existência de leis, que preveem essa igualdade não alcança de fato a inclusão de todos e mesmo com o direito ao voto, continuamos a ser governados por um grupo que defende interesses próprios e não de uma nação.

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e desprivatização do poder público é tema da agenda atual das reformas. (Carvalho, 2009, p. 45).

A partir do diálogo com esses dois importantes autores, sobre a influência de nossa herança colonial e escravocrata, para os dias atuais, considerando que mesmo após a abolição, tanto os ex-escravos como outros segmentos da sociedade brasileira, ainda eram considerados não cidadãos. De fato, não foram incorporados no exercício da cidadania.

A construção de uma identidade e consciência cidadã não havia sido atingida. Segundo Carvalho (2009), isso se explica pelo fato dos “valores da escravidão serem aceitos por quase toda a sociedade”. E ainda hoje presenciamos posturas e discursos marcados por essa influência, inclusive ideológicos e políticos.

Para Jesse Souza (2018), sua tese evidencia que houve a mudança do racismo implícito, centrado na cor da pele, para o racismo científico, tão perverso quanto, porém mais perigoso, e que explica em parte esse cenário atual. Permanecendo a ideia central de que existem seres superiores a outros, porém agora mascarados por “falsas” teorias científicas, como ressalta Souza (2018).

Traçar essa dimensão histórica sobre a constituição e trajetória da nossa cidadania sob o olhar da escravidão, nos possibilita ampliar nossa reflexão sobre o tema e adentrar no cotidiano de uma cena de uso de drogas, tendo como parâmetro, o nosso encontro com sujeitos de direitos. Que lutam cotidianamente

para exercitar seu “direito a ter direitos”, como defendido pelo pensamento arendtiano.

Concordamos com Jesse Souza quando ressalta, que somos marcados por uma ideologia que dissemina discursos, que fortalecem a concepção de classes inferiores, desclassificando os indivíduos. Que legitimam práticas cotidianas de exploração e humilhação, em uma sociedade separada entre humanos e não humanos.

Nesse cenário de violações de direitos, vemos uma crescente postura de criminalização da pobreza perante o Estado, ou melhor, um retorno a antigas práticas institucionais controladoras e discriminatórias sob novas configurações.

A Rua continua sendo alvo de intervenções estatais, porém ações que não buscam a superação das desigualdades sociais, mas que mantenham o sistema capitalista vigente em segurança a qualquer custo, sob viés da violência.

Fazendo um pequeno recorte com relação ao tema dos direitos humanos, vivenciamos a luta constante para que esses sejam cumpridos e incorporados em nossa cultura. Nesse momento me permito citar um pequeno trecho da tese de doutorado da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, socióloga, mulher, negra e favelada, “UPP a redução da favela a três letras”, assassinada brutalmente em 2018.

É estratégico construir um “bom senso” de que a ocupação do espaço público, a elevação da convivência com a diversidade, a garantia de cidades com mais direitos em todos os aspectos, são elementos centrais na garantia da segurança. Questões fundamentais na garantia da vida, para programas que apostam na juventude e que possam quebrar o quadro mórbido de mortes crescentes da juventude negra em todo o país. Não é o poder armado, violento e bélico do Estado que assegura bases do reforço da segurança, muito pelo contrário, só serve para ampliar a repressão e a dominação de classe. Trata-se principalmente da garantia dos direitos sociais, políticos, econômicos e humanos em todos os aspectos. (Franco, 2014, p. 123).

Nesse estudo, buscou-se entrar no universo de uma cena de uso, buscando ressignificar olhares e refletir sobre práticas de proteções sociais, que contribuam para a garantia de direitos e estratégias contra hegemônicas. Onde o ser humano possa ser o centro de nossas intervenções sociais, através do exercício reflexivo, que rompam com interesses dominantes e da invisibilidade desses sujeitos.

Reconhecer que as pessoas que se encontram em situação de rua, também são sujeitos de direitos, e que sua ida para a rua é consequência direta de uma

sociedade desigual, talvez seja um dever de casa que precisamos apreender. A quem o Estado busca proteger; a que ponto nos encontramos alienados e reprodutores desse sistema? Questões que não esgotaremos nesse estudo.

Enquanto, profissional reflexivo, que tem como trabalho a questão social e pesquisadora social, me questiono sobre o tão longe nos encontramos dessa busca utópica, por uma nova realidade social mais justa e igualitária.

1.1.1.

Mais uma expressão da Questão Social

A realidade social das pessoas em situação de rua, em especial as que vivenciam uma cena de uso de drogas, é concebida nesse estudo enquanto consequência direta de uma sociedade de classes. Onde o processo de desigualdade é resultado da relação da exploração entre capital e trabalho, materializado nessa expressão agudizada da questão social. De acordo com a teoria Marxista, retomamos o sentido que somente superando a aparência dos fenômenos é possível desvendar sua essência e abrir passagem para caminhos de transformação.

No material produzido pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Infância (CIESPI; PUC-Rio, 2017), encontramos esse tema de forma detalhada, contribuindo para correlacionar essa expressão da questão social com o sistema capitalista. E como o Estado se apresenta de forma repressora e punitiva frente esse fenômeno, contrariando a lógica da proteção social.

A questão da população em situação de rua constitui um fenômeno de caráter multideterminado que exige uma resposta integral, articulada e intersetorial por parte das políticas públicas. Todavia, historicamente, a equação que combina de forma desigual “controle e bem-estar” da população tem sido a principal forma de lidar com pessoas em situação de rua. Como agravante, a orientação neoliberal vigente e as medidas de austeridade aprofundadas em contextos de crise econômica vêm gerando encolhimento no campo da proteção social, forçando uma regressão de direitos, embora mantendo progressivos investimentos em políticas de segurança, caracterizando o que vem sendo nomeado como “nova gestão da miséria”. (Rizzini et al, 2017, p. 5).

Aprofundando essa temática, utilizamos como referência teórica para esse diálogo as contribuições de Pastorini (2004), para decifrar a categoria questão

social. Campo de atuação do Serviço Social, que nesse estudo se materializa pelo fenômeno das pessoas em situação de rua, em uma cena de uso de drogas. Segundo afirma, a questão social é percebida como uma versão ampliada das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, vinculada diretamente ao seu modo de produção.

Esta defende sua análise a partir do processo histórico a qual está inserida, cujo princípio está atrelado ao homem enquanto um ser social, sujeito coletivo, sem desconsiderar suas relações com a natureza e com outros homens. Como aponta a autora, quando a questão social ganha um reconhecimento político, embora que tardiamente pelo Estado (enquanto conceito construído socialmente), foi o momento em que a massa trabalhadora pressiona esse Estado a dar respostas, passando então a ser reconhecida como produto das lutas entre classes e correlação de forças. Reforçando essa ideia, Carvalho e Iamamoto (2008) discorrem que,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (Carvalho & Iamamoto, 2008, p. 77).

Podemos considerar então, que a questão social é máxima expressão da contradição e antagonismo entre capital e trabalho, onde há a exploração de uma classe sobre a outra, a produção da riqueza é coletiva, porém, sua apropriação é privada, “...uma situação ou condição social, que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana...mas é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital” (Silva, 2009, p. 29).

Pastorini (2004), defende a posição de que sim, novas expressões da questão social se apresentam e ganham forma na atualidade, trazendo consigo novas demandas e novos atores e sujeitos sociais. Mas sua estrutura é a mesma de quando seu surgimento no capitalismo industrial, não havendo então mudanças da antiga questão social.

Diante disso concordamos com a autora, em não considerar essas novas expressões da desigualdade social, exemplificadas nesse estudo pelas cenas de uso

de drogas, como “novas” questões sociais, já que o capitalismo não foi superado, tão pouco as lutas de classe.

A ausência de renda, as crescentes e profundas desigualdades de classe e falta de acesso aos bens socialmente produzidos são frutos de um sistema macro. Tão pouco, é um problema individual, por exemplo, resultante da incapacidade e ou inabilidade do sujeito em permanecer em um emprego. Como se fosse um processo descolado do contexto social coletivo em que, se encontra inserido o sujeito.

Nossa defesa está em considerar as pessoas em situação de rua, especificamente as que se encontram em uma cena de uso, expressão agudizada da questão social, vinculadas a uma ideologia dominante. “Esses usuários de crack que moram nas ruas, configuram o que se poderia denominar de *desfiliados* do sistema social, visto que vivenciam tanto a ruptura em relação à ordem de produção como a ruptura dos vínculos” (Teixeira & Fonseca, 2015, p. 22).

A luz dessa percepção, iremos então refletir sobre o fenômeno das pessoas que vivenciam uma cena de uso, como mais uma expressão da questão social, cuja base encontra-se no processo de produção capitalista.

Sob a influência de uma ideologia, que na atualidade as consideram como cidadãos de segunda classe, corroborando com a tese defendida por Jesse Souza sobre a construção social da subcidadania. Que naturaliza a reprodução da desigualdade social, vivenciada por essa parte da população e legitima sua dominação social por uma elite.

1.2. Cracolândia, cracudos e crack

“Um espaço de congregação e interação social”
(FIOCRUZ, 2014, p. 13.)

Até aqui realizamos algumas reflexões teóricas, que nos possibilitam aproximar do nosso campo de estudo a partir de uma teoria e posicionamento crítico, que nos respalde e ilumine.

Adentrar no universo de uma cena de uso de drogas não é tarefa fácil, e é consenso pelas leituras realizadas, que um dos caminhos mais exitosos para se

compreender esse fenômeno, são pela etnografia e antropologia. Longe desse estudo ser etnográfico, mas buscamos nessa inspiração, ferramentas para entender melhor e se aproximar desse universo.

Reconhecemos que todas as leituras realizadas foram de suma importância para o amadurecimento de nossas análises, mas fazer uma pesquisa qualitativa, colocando nossos pés em um território extremamente envolto de pré-concepções fez toda a diferença, para o enriquecimento teórico e empírico desse estudo. A partir dos encontros e caminhadas realizadas na “cracolândia” com os seus próprios atores, foi possível construir uma aproximação real e de trocas.

Identificar o exótico e o familiar de uma “cracolândia”, a partir de um posicionamento crítico sobre essa expressão da questão social, sem dúvida foi um fio condutor desse trabalho. Ir além da concepção reproduzida pela mídia e senso comum de um local exclusivo para o uso das drogas, ampliou nosso olhar. A construção do nosso pressuposto sobre a potência desse território, enquanto campo de várias possibilidades, contribuiu de fato para fortalecer a ideia de concebê-lo, enquanto “espaço de congregação e interação social”.

Lancetti (2008), em seu livro *A Clínica Peripatética*, transcreve uma entrevista ímpar em seu Terceiro capítulo. Com Domiciano Siqueira, consultor na área dos direitos humanos, ligado aos processos de exclusão social, com ênfase na questão do uso de drogas, precursor na intervenção de Redução de Danos. Este ressalta, que somente através da aproximação com essa parcela da sociedade e sua realidade, que sobrevive em um verdadeiro isolamento social, é possível iniciar uma intervenção. Deixando de lado a campanha de combate as drogas e tratando as pessoas, não pelo que elas têm ou aparentam, mas pelo que elas são enquanto seres singulares.

Marcada por sua dinâmica permanente, seus personagens se alternam constantemente, trazendo para esse espaço características singulares, que não podem ser descartadas. Embora esse fenômeno esteja presente em várias regiões do Brasil, em cada território é possível elencar particularidades, levando em consideração a trajetória pessoal de cada sujeito que compõe esse espaço, suas relações sociais, assim como a própria cartografia do local. Diante disso, não devemos cair no erro da generalização.

Ressaltamos uma importante leitura, que nos possibilitou um melhor aprofundamento desse cenário. O livro *Saberes e Práticas na Atenção Primária à*

Saúde: cuidado à População em Situação de Rua e Usuários de Álcool, Crack e Outras Drogas, publicado em 2015, é um corolário de estudos etnográficos realizados a partir de práticas de cuidado em algumas cenas de uso de crack no Rio de Janeiro.

Utilizando entrevistas, os autores observaram claramente nas narrativas o impacto e influência direta de variáveis sociais na constituição de algumas cenas de uso, alterando inclusive o perfil de seus frequentadores.

De fato, não é possível generalizar as cenas de uso, tão pouco seus atores, como sendo todas formadas e constituídas de forma homogênea, pois “os espaços físicos e os contextos sociais geram diferentes posturas e ações dos usuários, criam expectativas e controles específicos nas pessoas que ali se reúnem para consumir a droga de maneiras claramente diferenciadas” (Teixeira & Fonseca, 2015, p. 211).

Entretanto, o cenário quase sempre marcado pela presença de muito lixo, degradação insalubre, também é o mesmo local que acolhe aqueles que antes do uso abusivo do crack já estavam em situação de extrema vulnerabilidade social, com vínculos sociais praticamente rompidos.

Muitos procuram locais que possibilitam o acesso mais próximo à droga, facilitando a compra da mesma e seu uso imediato. Comumente, encontramos cenas de uso bem próximas a territórios que ofereçam essas facilidades, onde tráfico e uso se fazem presentes na cena, no entanto são situações distintas que não podem ser confundidas enquanto sinônimos. “Uma das características do crack é a busca rápida e contínua da droga, gerando, assim, um ciclo de uso que muitas vezes faz com que os usuários fiquem mais próximos dos lugares de compra e uso da droga” (Teixeira & Fonseca, 2015, p. 22).

O consumo do crack dependendo do seu público só faz ampliar os processos de exclusão social vivenciado por esses sujeitos. O que já nos remete a ações imediatistas e repressivas pelo poder público, sendo o crack o alvo principal das intervenções. Seu resultado é a verdadeira falácia, para a superação das expressões da questão social presente nesses territórios, marcados por anos de abandono do poder público.

De fato, ao analisarmos os guetos formados pelos grupos de usuários de crack em algumas cenas de uso no Rio de Janeiro, percebemos que esses guetos são constituídos não somente com o objetivo de consumir a droga, mas também como efeito da exclusão social dos indivíduos. (Teixeira, 2015, p. 214).

A partir desse pensamento social, nosso estudo buscou através de cada entrevista realizada com os diferentes atores dessa cena, conectar as histórias individuais com os processos macros de exclusão social. E como as práticas de proteção social podem e devem estar entrelaçadas com os multifatores, que perpassem o uso abusivo da droga. Afinal nós somos sujeitos singulares portadores de uma integralidade.

Embora essa pesquisa desde o início tenha deixado claro que o interesse não seria a droga em si, o crack, não podemos explorar o cotidiano de uma cena de uso sem ao menos descrever nosso encontro com essa “pedra” e traçar um pequeno resgate de seu surgimento, enquanto protagonista no cenário brasileiro.

Quando em 2010 o tema das drogas ganhou destaque no panorama político-midiático brasileiro, não foi o álcool, a droga que mais impacta a saúde pública, que atraiu as atenções. Foi o crack, uma variação fumada da cocaína, que ocupou o centro do cenário. Ao uso de crack passou a ser atribuída responsabilidade por crimes violentos e pela suposta degradação moral de parte da juventude brasileira. Jornalistas, lideranças políticas e religiosas não tiveram dificuldade em encontrar especialistas dispostos a corroborar esses e outros mitos, como o que reza que o crack vicia na primeira tragada e mata seus usuários em seis meses. (Souza, 2016, p.11).

O ideário social construído entorno do crack, enquanto droga demoníaca, que vicia e mata nos primeiros contatos, precisa ser ressignificado para que possamos avançar na proposta trazida por esse trabalho.

Desde o início dessa investigação, o total desconhecimento em relação a pedra me trazia grande incomodo. Como uma pesquisadora de um estudo, com base empírica, se propõe a se debruçar sobre algo, que nem sabe como se parece. E foi em uma das minhas primeiras caminhadas na “cracolândia” da BII, que esse encontro aconteceu e enfim pude ter minhas impressões.

Certeau (1996), defende esse posicionamento científico do pesquisador, “o que interessa ao historiador é o invisível”, buscamos desde o início adentrar na cena com uma postura que nos possibilitasse olhar esse cotidiano e seus enigmas, através de um olhar minucioso, atento aos detalhes, enxergar o que ninguém vê.

Embora o tempo que havíamos planejado inicialmente, para permanecer na investigação do campo, não tenha se efetivado, as experiências vividas, as conversas e suas singularidades trazem uma contribuição em potencial para esse estudo, trazendo elementos que só surgiram a partir dessa interação única.

A tão falada pedra de tamanho e preço variável, pois um está diretamente relacionado ao outro, naquele momento tinha aparência de um milho, pois era do tamanho de um grão e de coloração amarelada. Pelo menos para mim foi a primeira associação realizada.

Estávamos em uma atividade de abordagem social do CREAS, e ao meu lado um dos educadores sociais me acompanhava na caminhada. Durante a conversa com alguns moradores da BII, uma jovem se destacou pela sua interação conosco, muito cooperativa e falante. Identificamos que ela faria uso da pedra naquele momento, quando o educador pediu que a mesma a guardasse. Imediatamente o interrompi e solicitei autorização da jovem para presenciar seu ritual de consumo.

A jovem estava na minha frente e cuidadosamente ia demonstrando as etapas do uso, quase que pedagogicamente e em poucos minutos a pedra já tinha sido consumida por completo.

De posse de um copo de água descartável vazio e guimbas de cigarro, assessórios comuns nas cenas de uso, por compor o processo de consumo, a jovem seguia interagindo conosco, narrando partes de sua trajetória de vida.

A mulher de 19 anos, trazia em seu discurso muitas experiências vividas e de forma muito espontânea, aceitou nossa aproximação. Há dois meses permanecendo na quadra da BII, nos contou sobre sua relação com o crack. Com ar de menina ainda, narrou que deixou na baixada (território de origem) um filho de dois anos, para viver nessa cena com sua pedra. Essa foi apenas uma das várias histórias que pude conhecer durante nossos encontros na cena, território vivo e recheado de singularidades.

Nas idas seguintes à quadra da BII, já não a encontramos mais. Seu paradeiro agora é incerto, e assim como outros, que se movimentam pela cidade, pode estar exercitando sua mobilidade social. Alternando períodos nas ruas, com novas tentativas de convívio familiar; esperamos apenas que esteja bem.

1.3.

Contribuições do pensamento de Hannah Arendt – Espaço Público e Processos Excludentes

Recorrendo as contribuições da Filósofa Hannah Arendt sobre *espaço público*, cuja inspiração nos estimulou em aproximar esse conceito ao nosso objeto de análise, o cotidiano de uma cena de uso de drogas.

Precisamos registrar que, até então, desconhecíamos essa reconhecida pensadora alemã, que deixou um legado filosófico e político, com suas obras no século XX. Após a discussão do seu livro *Sobre Violência*, durante uma das disciplinas no Mestrado, obtive então a bela surpresa de ser apresentada a sua obra e instantaneamente me vi encantada.

Diga-se de passagem, que ler alguns de seus escritos não foi um exercício fácil. Conhecer um pouco mais a trajetória pessoal e intelectual dessa mulher, nos trouxe uma verdadeira paixão pela sua coragem e ousadia, além de grande admiração pelas suas valiosas contribuições de cunho político.

Embora a autora tenha recebido críticas no universo intelectual, por causa de sua postura polêmica, com relação a categorias políticas, ela traz em suas reflexões, temas que perpassam os dias atuais e que não se esgotam. Principalmente em tempos sombrios, como ela mesmo chamava em suas análises, referindo ao pós-guerra, e que na atualidade continuam sombrios.

Retomando ao debate, percebemos que esses tempos sombrios continuam em alta, sem data para um fim, reforçando a necessidade de se retomar suas análises e críticas sobre o mundo moderno e a humanidade.

Falar do espaço público sob a luz de Hannah Arendt (2017), nos trouxe ricas possibilidades de ressignificar o território estudado, centralizando nossa reflexão sob o prisma da liberdade e da participação entre os sujeitos. Elementos defendidos por ela, como essenciais na condição humana, e que se encontram em constante ameaça, mesmo em governos ditos liberais.

O pensamento de Arendt (2017), apoia-se na concepção de que, fazer política é a participação do sujeito em exercer sua capacidade de ação através do diálogo, da palavra, da relação com o outro, respeitando a pluralidade humana. Porém, quando esse espaço que ela denomina e reconhece o mesmo, enquanto *espaço público* não é garantido, o poder deixa de ser exercido dando lugar para a

violência, ou seja, a ausência do diálogo entre os sujeitos políticos, possibilita o aparecimento da violência.

Dialogar sobre uma cena de uso de drogas a partir dessa perspectiva, nos ilumina quanto à defesa da necessidade e ao exercício da ação e da palavra. Isso só é possível na construção coletiva de um espaço público, de começos e recomeços com sujeitos ativos, portadores de singularidades.

As reflexões da Prof^a. Mariangela Nascimento (2005), sobre o espaço público ancoradas nas obras de Hannah, reafirmam sobre a crítica que Arendt faz sobre a perda desse espaço público na modernidade, em sua essência original e consequentemente da nossa condição em fazer política. E defende a necessidade de se resgatar essa essência, pois, vivemos mergulhados em uma sociedade despolitizada.

No entanto, para Arendt, a época moderna, ao negar a natureza política à esfera pública, trouxe no seu lugar... uma sociedade de homens que, sem um mundo comum que a um só tempo os relacione e separe, ou vivem em uma separação desesperadamente solitária ou são comprimidos em massa. (Nascimento, 2005).

No prefácio do livro *O que é Política*, de Hannah (2017), já dizia Scontheimer sobre a esperança de Hannah em acreditar que o homem carrega sua característica, chamada por ela de natalidade. Capacidade em poder começar sempre algo novo, construindo novas possibilidades, “capazes de fazer o improvável e incalculável”.

Tomando como inspiração, comungamos de sua defesa de que precisamos combater qualquer forma de governo, que sufoque nossa condição humana. Em contrapartida, que haja a participação de todos na tomada de decisões, sob o viés da primazia da liberdade.

A liberdade deve ocorrer no espaço público, onde os indivíduos têm a possibilidade de se revelar, aparecer. A partir disso, os sujeitos através da ação e do diálogo, na pluralidade, poderão fazer com que aconteça a improbabilidade infinita, ou em outras palavras, o milagre da transformação. (Rocha, 2006/2007, p. 91).

Encontramos em Rachel Raichelis (2000), mais elementos que coadunam dessa visão de que, somente com a efetivação e ocupação das esferas públicas é possível avançar na busca, pelo exercício de uma política em prol de um bem coletivo e no direito de todos à participação na vida pública.

Nosso objeto de pesquisa, constituído por sujeitos singulares, marcados por processos excludentes e rotulados pelo estigma da droga, são colocados à margem da arena de decisão sobre seus interesses e suas próprias vidas. Tanto os representantes da mídia quanto os da elite, constroem diariamente um discurso sobre o que é melhor para eles.

Para essa argumentação apoio-me em Nascimento (2005), sobre o processo de construção de um discurso esvaziado e enviesado de concepções, que legitimam inclusive ações violentas e repressoras, por parte do Estado. Reproduzimos em nosso cotidiano ideias do que seja melhor para o outro, sem a mínima participação desse sujeito nesse processo.

Reportando nesse momento a obra de Sara Escorel (1999), *Vidas ao Leu – trajetórias de exclusão social*, a autora também utiliza da bagagem teórica de Arendt, para entender a realidade de exclusão social vivenciada pelas pessoas, em situação de rua em sua trajetória de vida.

Através do reconhecimento da pluralidade entre os sujeitos, como refletido na obra de Arendt, (apud Escorel, 1999), aprofunda a importância do reconhecimento da singularidade de cada ser, exaltando o fato de que não nascemos iguais. Mas através de uma ação coletiva na esfera pública, dos homens em sociedade, é que construímos categorias e papéis sociais, influenciando diretamente na construção de igualdades e desigualdades sociais, “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (Arendt apud Escorel, 1999, p. 24)

Realizando um paralelo com o que Arendt (1989), em *Origens do Totalitarismo*, identificou de cristalização dos fenômenos sociais, Escorel (1999), analisa a categoria exclusão social, como uma forma de estrutura cristalizada, mesmo não estando em regimes totalitários. Embora a realidade estudada por Arendt, naquele momento fosse os campos de concentração, onde se consolidou o regime do totalitarismo, esta narra sua vivência com a forte frase sobre sua percepção sobre “aquele inferno” que era o “tornar permanente o processo de morrer”.

A partir desse viés, é possível transpor sua análise para nosso objeto de pesquisa, assim como realizado por Escorel (1999), identificando nos processos excludentes, uma estrutura cristalizada. Essa parcela da população, que se

encontra em situação de rua, também vivencia um processo permanente de morte social, fragilizando sua percepção de pertencimento, enquanto sujeito de direitos.

Pensar uma cena de uso de drogas, a partir das narrativas de seus próprios sujeitos, vai ao encontro do que Arendt clama em toda sua obra de que, os sujeitos têm o direito de expor seus pensamentos, reconhecidos em suas singularidades. Sendo essa a base da condição humana, será nessa esfera pública a possibilidade entre os homens estabelecerem acordos e negociarem, acerca do interesse público.

Em contraponto no mundo moderno, vivenciamos uma sociedade marcada pela ideologia de massa onde um pequeno grupo, no nosso caso formado pela elite brasileira, decide o que é melhor para o coletivo. Sem permitir que sujeitos, se encontrem mergulhados por estruturas cristalizadas, e de processos excludentes tenham acesso a esse espaço público e decisório.

Diante do agravamento do cenário social brasileiro, a ausência do poder em seu sentido arendtiano⁷, é sumariamente preenchida por ações estatais violentas de cunho higienistas, sob a legitimidade de uma falsa ordem e bem comum.

Assim, como a banalidade do mal, denominado por Arendt e analisado como a perda dos homens da sua capacidade de reflexão e, consequentemente ausência de pensamentos sobre algo, principalmente em tempos sombrios; revisitar o pensamento de Arendt, nos traz para a atualidade possibilidades de olhar para nossa realidade e para o outro construindo novas estratégias de resistência, onde o pensamento crítico dialogue com a experiência cotidiana.

Assim, ao nos convidar para ‘pensar o que estamos fazendo’, Arendt estabelece uma ética da ação que traz para o espaço da visibilidade, ou seja, o espaço privilegiado do debate acerca da cidadania, a valorização da responsabilidade compartilhada com-os-outros na construção, preservação e renovação de um mundo comum. (Freitas, 2009).

Nesse momento, me permito utilizar o conceito de desobediência civil, também sob a contribuição de Arendt (2017), enquanto forma política legítima de resistência, através da reflexão crítica e intervenção coletiva, é possível mudar. Com a participação efetiva no espaço público é possível gerar e construir novas propostas, que atendam de fato ao que é plural, respeitando as singularidades dos seus sujeitos.

⁷ Ver obra Sobre a Violência- Hannah Arendt.

Um importante exemplo, nacional de potência e de desobediência civil, é o Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPS. O movimento social vem ganhando forte visibilidade e destaque na defesa dos Direitos Humanos e assim colaborando para a construção da consciência coletiva de sujeitos portadores de direitos, disseminando o lema “Nada sobre nós sem nós”.

A participação dos sujeitos, através da prática argumentativa é amplamente defendida no pensamento de Arendt e por outros autores, como mencionado em Nascimento (2005), que trazem à tona a necessidade de retomar o conceito da democracia participativa. Hoje nossa função política, está restrita ao momento do voto e na escolha da elite, que tomará as decisões por um coletivo.

O que legitima o processo democrático é a participação dos sujeitos coletivos no processo decisório. Uma participação que vai além do ato de votar e é caracterizada por uma racionalidade que não se identifica com a ação instrumental e estratégica. Como lembra Arendt, é o apoio do povo que dá poder às instituições de um país, e este apoio nada mais é do que o prolongamento do consentimento que trouxe as leis à vida. Desse apoio forma-se a maioria, que aqui não se resume em contar votos, mas refere-se à ideia de consentimento popular presente no pensamento de Arendt. (Nascimento, 2005).

Como apontado em Lima e Tavares (2012), somos uma “sociedade com lastro conservador”, o que favorece e estimula o retorno de práticas que centralizavam suas ações no enclausuramento dos pobres, e consequentemente naturalização dessas práticas pela sociedade, apoiadas e legitimadas pelo discurso do “cuidar dos pobres”.

Encontramos em Coimbra (2006), vários trechos em sua obra, reforçam a constatação acima. Ao longo da história brasileira, desde a época colonial, a rua enquanto espaço público, esteve associado ao perigo. Assim, como teorias advindas da burguesia relacionavam a pobreza à periculosidade, fortalecidas por modelos higienistas e de cunho racista. Seguem alguns relatos da época mencionada.

[...] parasitas, indigentes, criminosos, doentes que nada fazem, que vegetam nas prisões, hospitais, asilos (dos) que perambulam pelas ruas, vivendo da caridade pública [...] (Kehl, 1921, apud Coimbra, 2006).

Os pobres considerados “viciosos”, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes, enaltecida pelo capitalismo e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios.

Representam um “perigo social” que deve ser erradicado; justificando-se, assim, as medidas coercitivas [...] (Coimbra, 2006).

No discurso médico da época, os locais públicos vão sendo descritos como “a grande escola do mal”, onde estariam os “menores”, a infância perigosa- aquela que já delinuiu- e a infância em perigo, porque pobre e convivendo com esses elementos criminosos, degenerados e irrecuperáveis que aí também habitariam. (Coimbra, 2006).

Historicamente vivenciamos políticas sociais, que culturalmente centralizaram suas ações no controle da massa mais empobrecida e de seus corpos, desde a mais tenra idade, seja com relação a seus comportamentos, quanto a sua ocupação pela cidade. Corroborando com essa discussão, citamos Rizzini (2011), que traz importantes reflexões sobre essa temática. A autora aponta que na passagem do século XIX para o XX, era bastante presente o discurso sobre proteção da infância, materializado em ações de controle de uma infância percebida como perigosa e que deveria ser contida.

Atrelada a essa ideologia, a mídia e o poder público, fortalecem o discurso da cultura do medo e da criminalização da pobreza. Aproximando nossa lente de análise aos sujeitos, que se encontram em uma cena de uso, podemos constatar a construção social de um caráter ameaçador à sociedade, com seus comportamentos desviantes, desprovidos de qualquer humanidade, é presente e real; inclusive já foram denominados como “zumbis”.

Tratam-se de práticas muitas vezes efetivadas com uso de força policial. Portanto, justifica-se a “criminalização da miséria”, como se expressa Wacquant (2003, p. 19) e a repressão mediante a busca por higienização e segregação social, o que significa que, geralmente, a tônica das políticas de segurança pública dirigidas a esse público não são voltadas para a sua proteção, mas sim para a criminalização de seus comportamentos característicos, para o que são utilizadas justificativas eufemistas que pretendem esconder o que se busca de fato, ou seja, a penalização/criminalização da pobreza, potencializando-a. As abordagens truculentas e as medidas higienizantes de intervenção no espaço, visam aos interesses estéticos das cidades, a serviço de grupos econômicos e sociais dominantes.” (Nonato, 2016, p. 16).

Reordenações urbanas e ações estatais de coerção, eram e ainda são justificadas por essas teorias, para limpar as ruas de pessoas que insistissem em permanecer e sujá-las com suas presenças e corpos, que destoavam da normalidade permitida e que poderiam interferir na harmonia do sistema capitalista vigente. A criminalização da pobreza é cada vez mais fortalecida pelo

discurso neoliberal, exemplificada com ações estatais fragmentadas e seletivas, cujo foco, ainda é o controle de comportamentos ameaçadores.

Nas cenas de uso carioca há uma particularidade, que é a facilidade de acesso e presença de diversos segmentos da sociedade, o que permite a execução de ações em diferentes campos, como o público, filantrópico e religioso. A BII não foge a essa regra, e cotidianamente são ofertados aos seus frequentadores: alimentação, agasalho, acolhimento, oração, “internação”, recuperação, serviços de saúde, enfim oferecido tanto pelos agentes estatais, como privados e filantrópicos. Sendo essa uma de nossas inquietações, refletir sobre quais posições ideológicas estão sendo executadas as práticas de proteção social a esse público.

2

Práticas de proteção social voltadas para as cenas de uso de drogas no cenário carioca

Vale sinalizar uma dificuldade que encontramos, quando buscamos conceituar proteção social, diante disso elegemos a denominação de Di Giovanni (1998), por melhor se aplicar a nossa realidade brasileira.

Assim chamo de sistemas de proteção social as formas - às vezes mais, às vezes menos - institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social...Incluo nesse conceito, também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades. (Di Giovanni, 1998, p. 10).

No contexto social contemporâneo, onde políticas sociais são travestidas por ações estatais de cunho higienistas, sob a legitimidade de uma falsa ordem e bem comum, nos exige repensar essas posturas e refletir sobre qual (des)proteção social estamos executando, na função de agentes da Política de Assistência Social, enquanto um direito social.

Fazendo um pequeno contraponto com o que Fleury⁸ (2019), em seu recente artigo chamado “Apocalipse já: a destruição do estado de bem estar social”, a autora nos chama a reflexão diante do pacote do Governo atual, para a classe trabalhadora e seu agravamento para a sociedade brasileira. Enfatizando que, estamos presenciando um verdadeiro período apocalíptico.

As novas propostas, encaminhadas ao Senado de revisão constitucional - PEC 186 Emergencial e PEC 188, segundo Fleury (2009), nos remete claramente a uma verdadeira desproteção social, atrelando inclusive os direitos sociais ao “equilíbrio fiscal intergeracional”; “trata-se de um conjunto de propostas que visam à destruição do Estado de Bem-Estar Social contido no texto constitucional

⁸ Sonia Fleury, artigo publicado na coluna Análise de Conjuntura, em 13 nov. 2019.

e sua substituição pela constitucionalização do Estado de Exceção Permanente (Fleury, 2009).

Diante desse contexto apocalíptico, chamado por Fleury e tempos sombrios por Arendt, onde ambas se referem a tempos difíceis e cruéis para a maior parte da população, nos aproximamos das práticas atuais de proteção social, voltadas para nosso público. E como ponto de partida recorreremos a algumas normativas como parâmetros, que descrevemos a seguir.

2.1. Proteção Social e o contexto proibicionista brasileiro

Utilizamos como base normativa o atual Plano Municipal de Assistência Social (2018-2022), cabendo nesse tópico discorrer sobre a organização da proteção social no âmbito do SUAS, conforme seus níveis de complexidade, para melhor compreensão do tema.

A *Proteção Social Básica*, destina-se as pessoas com vínculos familiares e/ou societários fragilizados, e tem por objetivo contribuir para a prevenção do risco social e exclusão; com o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento dos vínculos. Os serviços devem ser oferecidos pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), às famílias e aos seus membros; respeitando seu perfil e demandas; privilegiando atividades oferecidas na região ou realizando encaminhamentos pertinentes.

A *Proteção Social Especial*, prevê serviços onde seja necessária intervenção nas famílias, devido ao risco pessoal e social, exclusão social, à fragilização ou rompimento dos vínculos familiares/societários, violência, violações de direitos e trabalho infantil. Respeitando a individualidade das famílias e indivíduos, suas histórias e, necessidades apresentadas. A Proteção Social Especial, é dividida em duas áreas: Média e Alta Complexidade.

Entende-se por *Proteção Social Especial de Média Complexidade*⁹, os serviços destinados a famílias e indivíduos em riscos sociais e pessoais, com fragilização dos vínculos familiares, mas sem rompimento dos mesmos. O Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), parte do objeto desse estudo,

⁹ Locus da proteção social abordada nesse estudo.

também é um serviço com abrangência territorial, que realiza acompanhamento dos grupos que apresentam violação de direitos.

A *Proteção Social Especial de Alta Complexidade*, deve fornecer proteção integral àqueles que se encontram em vulnerabilidade, pela ausência de suporte social e/ou condições de manter sua autonomia, bem como diante da ameaça e violação de direitos.

Constituem-se como funções da atual Política de Assistência Social:

- *Proteção social*: visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;
- *Vigilância socioassistencial*: objetiva analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- *Defesa de direitos*: prima garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A PNAS, no campo da *proteção social*, tem como responsabilidade ofertar as seguintes seguranças:

- *Segurança de acolhida*: provida por meio de ofertas de serviços de abordagem em territórios com incidência de situações de risco, e de rede de serviços para o acolhimento de indivíduos e famílias em albergues e abrigos.
- *Segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais*: exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia de caráter transitório (benefícios eventuais) para as famílias, seus membros e indivíduos.
- *Segurança do convívio familiar*: oferta de serviços que garantam oportunidades de construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento.
- *Segurança do desenvolvimento da autonomia individual*: ações voltadas para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da cidadania e conquista de maior grau de independência pessoal.
- *Segurança social de renda*: operada por meio de concessão de bolsas-auxílio e benefícios continuados.

Refletir sobre a proteção social no âmbito das normativas e em especial da PNAS, tendo um cenário atual de retrocessos, requer a clareza sobre quais seguranças ela foi pensada e construída anteriormente. Reconhecemos o papel dessas normativas enquanto aparato legal, que subsidia nossa prática na garantia de direitos.

A constituição da Assistência Social, enquanto uma política e pública, foi resultado de uma trajetória histórica de lutas e conquistas em nossa nação, que trouxeram avanços inegáveis. Romper com o paradigma do favor e da caridade, trouxe para os demandantes dessa política um locus de sujeitos perante o Estado, porém é fato que essa mudança de postura ainda não foi efetivada em sua plenitude.

De acordo com o atual Plano Municipal,

No âmbito da Proteção Social, a assistência avança do patamar de política estabelecadora de acessos a serviços e direitos sociais, e passa a desempenhar sua função de fortalecimento de vínculos e identificação de fragilidades, impulsionando um novo olhar sobre as famílias os indivíduos que requerem uma relação que vai além da promoção de acessos, mas de promoção de autonomia, emancipação e pertencimento. (Plano Municipal de Assistência Social, 2018-2022, p. 20).

O reconhecimento dos sujeitos de direitos,¹⁰ nos reporta a cidadania em seu sentido ampliado, considerando enquanto cidadãos todos os integrantes da sociedade, superando a relação propagada por séculos de Estado-nação, que defendia a proteção social, apenas para aqueles que estivessem de alguma forma incluídos no processo capitalista de produção; como já apontado no decorrer desse trabalho, embora cotidianamente ainda seja percebida em vários discursos, inclusive institucionais.

A PNAS, traz avanços para a construção e consolidação de um sistema de proteção social, contemplando as pessoas em situação de rua, pois caso contrário poderiam ser ainda considerados como desfilhados¹¹ do sistema social, ou seja,

¹⁰ Essa transformação em nosso aparato legal, é fruto de um processo que envolveu a sociedade civil e movimentos sociais construindo o processo democrático brasileiro e que foi ratificada com a Constituição de 1988. Com a importante criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua através do Decreto nº 7.053 de 2009, estes são novamente reconhecidos como sujeitos de direitos.

¹¹ Robert Castel traz esse conceito quando analisa o sistema de proteção social e a categoria trabalho. Para Castel, o trabalho é mais que trabalho, ele tem a função de inserir o indivíduo na estrutura social e organizar uma parte significativa de suas redes de solidariedade. Em sua obra “A

aqueles que se encontravam a margem da sociedade, por estarem fora do mercado formal de trabalho. Entretanto sabemos que, grande parte dessa população acessa renda através de trabalhos informais, principalmente na área de reciclagem. Porém, a todo momento em seu cotidiano, sofrem violações constantes desses direitos, inclusive pelo próprio Estado, permanecendo em nossa sociedade à margem e invisíveis, sujeitos sem direitos efetivados.

Contraditoriamente vivemos um dilema, como efetivar acesso a essa proteção em seu sentido ampliado a todos, se de fato esse público que vivencia o espaço das cenas de uso de drogas, são excluídos de quase todos seus direitos, considerados pela sociedade subcidadãos.

Retomando as reflexões de Jesse e de outros autores, na obra “Crack e exclusão social”, material atual e de fonte empírica, que contribuiu de forma significativa na finalização dessa pesquisa. Seus artigos reforçam o que encontramos em nosso estudo de campo, a ideia central de que esses sujeitos além de vivenciarem um complexo abandono institucional, são percebidos pela a sociedade enquanto desclassificados sociais. Uma desclassificação enquanto sujeitos, chegando até em uma desumanização, retirando deles a condição de humanos.

[...] a prisão do vício não se encontra apenas no abuso da substância *per se*, mas no abandono afetivo e social sofrido por este indivíduo. Desta forma, este abandono amplifica a busca pela satisfação imediata trazida pelo uso do crack. Os usuários são, assim, desclassificados sociais que compartilham, com os demais desclassificados, a incapacidade de formular e planejar futuros, e a busca desesperada por fugir da realidade intragável só aumenta esta exclusão e desclassificação. (Boechat, 2019, p. 458).

Como abordado em Paiva (2012), quando os sujeitos não acessam seus direitos, isso prejudica diretamente a dignidade humana, e a fruição dos direitos humanos. E o que dizer da nossa realidade brasileira, onde não tivemos a implantação de um Estado de Bem-Estar Social, influenciando diretamente na construção histórica, incapaz de contemplar de fato a proteção de seus indivíduos de forma universal.

metamorfose da questão social”, o autor analisa que diante do crescimento do desemprego e o enfraquecimento da condição salarial, houve uma fragilidade do sistema de proteção social, emergindo uma gama de pessoas que não se encontravam mais inseridas no mercado de trabalho embora permanecessem aptas para fornecer sua mão de obra, conhecidas como “supranumerários”.

Refletir sobre uma prática de proteção social, já em execução em um dado território, articulando com as teorias escolhidas nesse estudo, nos permitem analisar esse campo, tendo como pano de fundo uma ideologia de massa que discrimina, naturaliza e fortalece a desigualdade social, ampliando nosso leque para experiências que caminhem em sentido contrário da ideologia dominante.

Nosso intuito segue na contramão, ou seja, a produção de um saber-fazer emergente de sua própria prática, colocando o sujeito em evidência, partindo da análise de experiências vividas, que priorizem o sujeito em seu território enquanto centro de nossas intervenções.

Outro ponto que merece destaque, é que o liberalismo atua centrado na teoria de que o trabalho dignifica o homem e se alia a ideia de homem livre. A atividade prioritária do homem na sociedade moderna é o trabalho, acima do lazer, família etc., trazendo para a esfera do individual a sua responsabilidade perante seu fracasso e pobreza. Esse viés centrado no retorno ao mercado de trabalho, traço histórico das políticas estatais como garantia de proteção social, e que ainda é visivelmente identificado em nossa atualidade, frente às iniciativas de políticas sociais.

Se o homem vive para o trabalho, resultando na sua inclusão no mercado e construindo um status de sujeito de direitos, a partir dessa posição na divisão social do trabalho, como podemos pensar a proteção social pautada no projeto neoliberal daqueles que se encontram em uma “cracolândia”. Presenciamos um processo de desemprego estrutural, formado por uma sociedade capitalista que não possui emprego para todos, quicá para essa parcela da população marcada pelo estigma do ser perigoso.

Para Pastorini (2007), em seu trabalho intitulado: “O espetáculo da pobreza: máscara dos antagonismos das sociedades capitalistas”, as estratégias apontadas pelo projeto neoliberal pelos organismos multilaterais e colocadas em prática pelo governo brasileiro, servem mais para produzir os antagonismos da sociedade capitalista e menos como política de proteção social, mascarando como aponta à autora as desigualdades entre classes.

Sob a ótica do capital, o Estado cada vez mais coloca em prática um conjunto de iniciativas, que dividem sua obrigação de proteção social, compartilhando com a sociedade civil essa responsabilidade. O terceiro setor, ganha lugar de destaque nesse rol de propostas, sob o véu da filantropia

empresarial e da solidariedade social, o que a autora chama de processo de “assistencialização da proteção social” (Pastorini, 2007), cujo objetivo é a privatização de setores como, a previdência social, saúde e educação.

Em relação as pessoas em situação de rua, é muito comum essa prática como apontada acima. São inúmeras ações religiosas e filantrópicas oriundas da sociedade civil organizada, principalmente nos centros das grandes metrópoles, onde em uma única noite podemos catalogar vários grupos distintos, que distribuem comidas e roupas, todos sobre o viés da solidariedade e do voluntariado.

A questão aqui não recai sobre essas ações, mas sobre a postura do Estado frente a essa população, saindo de cena enquanto protagonista e executor da proteção social, enquanto um direito social, para ser mero coadjuvante no âmbito das políticas sociais. Porém, em nome da segurança e manutenção da ordem, assume o papel principal sob a bandeira do “combate as drogas”, desfocando as lentes da causa para os sintomas do problema.

O que presenciamos nesses territórios deflagrados é a forte presença de medidas de austeridade, que ratificam a criminalização da pobreza e a “nova gestão da miséria”, refletidas em menos Estado Social e mais Estado Penal para as classes populares.

Sob a luz da importante contribuição de Wacquant (2003), sobre a penalização da miséria e “a onda punitiva”, facilmente exemplificada nas políticas voltadas para o uso das drogas, também conhecida como “guerra às drogas”. Onde o maior punido são os usuários dessas substâncias, especificamente os que já se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social.

Portanto, olhar para esses territórios a partir de sua própria existência e das práticas de proteção social que lá atuam, será sempre um árduo desafio, principalmente se colocarmos os sujeitos à frente das drogas. Defendemos a necessidade do posicionamento crítico de nossas ações, tendo clareza sob qual ótica esse Estado vem legitimando suas intervenções.

No prefácio da coletânea Extermínio dos Excluídos, lançado recentemente em 2019, aborda o difícil tema da necropolítica¹², onde vários artigos aprofundam

¹² Administrar a morte e destruir culturas e povos.

a lógica de que “não basta excluir é preciso exterminar” e uma frase nos chama a atenção e nos motiva nessa caminhada crítica,

Não é fácil, não é simples tomar conhecimento de tais fatos, mas é fundamental, até mesmo para que possamos optar se vamos ser dominados por um regime que tem por ideologia a necropolítica ou por uma política que nos aproxime cada vez mais de um verdadeiro estado social dedicado ao bem comum. (Mendes, 2019, p. 11).

Nesse estudo nos debruçamos, no debate da relação construída entre a proteção social e as “cracolândias”, sendo necessário nesse exercício refletir sobre a pauta das políticas sobre as drogas. No Brasil, temos políticas públicas centradas ainda no proibicionismo da droga, como bem mencionado nos estudos da Prof. Rita Cavalcante, com viés punitivo e repressivo.

Recentemente, vivenciamos as mudanças no Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre as Drogas e da própria Política Nacional sobre Drogas, ambas em 2019. Contrariando o legado deixado pela Reforma Psiquiátrica e a luta antimanicomial, inclusive com importantes alterações com relação à transferência de recursos financeiros para entidades não governamentais, como as comunidades terapêuticas¹³.

Essas normativas, fortemente conservadoras, contribuem para o retrocesso social, passando a perspectiva do cuidado para a centralidade da abstinência e não mais na estratégia da redução de danos (RD). Significando um movimento retrógrado, na garantia de direitos e ao retorno das práticas de isolamento social. Reflexo de um desgoverno marcado por traços morais na condução de suas políticas sociais.

É importante destacar que estamos considerando a prática de RD, como bem defendida na coletânea organizada por Teixeira (2015), para além de um simples conceito, mas uma estratégia de cuidado, que alimenta um paradigma, colocando o sujeito de nossa intervenção numa relação horizontal, de trocas entre os envolvidos, se aproximando em muito do que nos propomos estudar nessa pesquisa.

¹³ Entidades privadas para internação temporária de usuários de drogas, frequentemente comandadas por grupos religiosos. Em 2017 foi publicado o último Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>>.

Trabalhar numa lógica de redução de danos significa ter de encarar abertamente os limites e possibilidade de incluir nas reflexões e intervenções em saúde as dores, prazeres, desejos, ambiguidades, contradições, alegrias, entre tantas outras coisas que podem surgir no encontro de dois sujeitos e que podem nos levar muito além de qualquer preceito moral que tenhamos, incidindo assim no que de mais precioso pode existir na clínica, que é a possibilidade de criar diferentes sentidos para a vida. (Teixeira, 2015, p. 41).

Segundo o Boletim de Análise Político-Institucional, do IPEA de Dezembro de 2018, este faz uma importante análise sobre as políticas de Drogas, ratificando a importância de estudos que contribuam para a qualificação do debate e reforça que, o proibicionismo em vários países fracassou em resolver esse complexo problema do uso das drogas.

No cenário proibicionista, contrariamente, presenciamos o aumento do índice de encarceramento de uma massa pobre, jovem e negra, tão vulnerabilizada pela ausência do Estado protetor, em garantir políticas públicas, que rompam com o ciclo da desigualdade social.

O paradigma que tem orientado a política brasileira sobre drogas é o da *guerra às drogas*, proposto pelos Estados Unidos nos anos 1970 e seguido, em suas linhas gerais, pela comunidade internacional, até a pouco tempo. Segundo este paradigma, o uso, a comercialização e a produção de certas substâncias psicoativas (SPAs) não podem ser tolerados e precisam ser severamente reprimidos, com tática e estratégias bélicas. Nos últimos anos, contudo, o quase consenso internacional em torno destas medidas vem se desmanchando. Estados Nacionais (como Portugal, Espanha, Uruguai e Canadá) e subnacionais (todos eles constituintes da maior república norte-americana, os Estados Unidos) vem revendo suas políticas de controle de SPAs, até então proibidas, no sentido de descriminalizá-las e de cuidar de forma mais humanitária daqueles que porventura sofrem de prejuízos do seu uso. (IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional, 2018).

De acordo com Lima e Tavares (2012), há uma tendência atual de disputas por uma hegemonia das políticas sobre as drogas.

O proibicionismo, hoje, mantém esse traço de servir a interesses velados de frações de classe; de vincular seu enfrentamento a outras esferas econômicas como a indústria bélica e seus equipamentos de tecnologias de segurança; de nublar a crescente medicalização da vida sob a suposta proteção dos benefícios terapêuticos dos remédios produzidos pela indústria farmacêutica e prescritos pela corporação médica; e de incidir sua violência institucional maciçamente sobre segmentos populacionais marcados pela discriminação racial, de gênero e etnia. (Lima e Tavares, 2012, p. 8).

Reconhecer a forte influência da vertente proibicionista nas práticas de proteção social, em execução pelo Estado, é um grande passo para a busca de novas experiências, que priorizem os direitos sociais desses sujeitos nesse processo de cuidado e assistência. Deixando de lado o viés conservador e moralista, que historicamente acompanha nossas políticas sociais.

Diante dessa conjuntura, comungamos do pensamento de que na atualidade em que vivemos, um dos desafios postos para a efetivação e defesa dos direitos sociais se torna interligado diretamente na mudança de comportamento de nossa cultura, ressignificar nossos direitos, incluindo novas demandas e novos atores.

Entendemos ser peça fundamental para o fortalecimento de uma cidadania de fato e de direito, a ampliação de novas vivências, que considerem nossa humanidade acima de tudo, sem qualquer tipo de discriminação, tendo como primazia a defesa da liberdade e autonomia destes sujeitos.

2.2.

Uma história ainda em construção – reflexões sobre as experiências da Assistência Social carioca, para quem vive e faz uso de drogas nas ruas

Enquanto Assistente Social, do quadro permanente do município do Rio de Janeiro presenciei posturas repressivas, que infelizmente irão fazer parte dessa história, como a Resolução nº 20/2011, que regulamentava sobre o recolhimento compulsório, ainda cristalizada na memória de nossos usuários e nas práticas de alguns profissionais. Além do projeto “Plano Verão”, que determinava a presença de assistentes sociais nas praias da Zona Sul, para abordar crianças e adolescentes em situação “suspeita”.

Embora esteja assegurado pelas normativas, o papel da Assistência Social frente a esse público, podemos considerar pela experiência do município do Rio de Janeiro nos últimos anos¹⁴, o desencontro entre suas ações e o que está previsto na PNAS. Corroborando para o abismo entre o que é dito pelas normativas e o que é

¹⁴ A antiga Resolução nº 20/2011 que regulamentava o recolhimento compulsório foi revogada em 2015, após o Grupo de Trabalho Criança e Adolescente da Comissão da População em Situação de Rua, da Câmara Municipal, apresentar proposta de adequação. Está em vigor a Resolução nº 64 que regulamenta o trabalho da Abordagem Social, com base nas diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua

praticado nas práticas institucionais. Provocando nos servidores o acionamento do CRESS/RJ, como demonstrado abaixo:



Figura 1- Acionamento do CRESS-RJ.

Fonte: <<http://www.cressrj.org.br/site/destaques/cress-rj-orienta-a-categoria-diante-o-plano-verao>>

Mesmo diante desses desencontros e retrocessos, também aconteceram experiências positivas da SMASDH, utilizando a rua como local de encontro ou ponto de partida, que valem a pena serem sinalizadas. Em 15 anos de atuação nesta pasta, atuei tanto na gestão como na ponta, na proteção de média e alta complexidade, e é notório o comprometimento e luta de vários profissionais que mesmo diante da falta de estrutura e recursos precários, contribuem de forma inegável para a execução de uma política digna.

Essa bagagem empírica acumulada pelos profissionais da secretaria, em execução nos diversos micros territórios da cidade, de forma descentralizada, nem sempre chega até a gestão. Suas contribuições enquanto práticas de proteção social, a partir do território sob um viés emancipatório e de autonomia do sujeito, sequer ganham visibilidade ou ocupam os estudos acadêmicos.

Buscamos com essa pesquisa produzir conhecimento a partir de uma experiência real, refletindo sobre os limites e possibilidades concretas de uma prática de proteção social. Valorizando um saber através de um fazer é possível construir propostas que objetivem romper com uma ideologia que cada vez mais massacra a quem deveria garantir segurança e proteção.

Na cidade do Rio de Janeiro vale mencionar algumas experiências de práticas sociais, realizadas no espaço da Rua, que foram executadas pela SMASDH, voltadas especialmente para a população em situação de rua:

- Papo de Rua – iniciado em 2016¹⁵; - Circulando, iniciado em 2013.¹⁶ Proximidade, Aproximação, somente o último encontra-se em execução pelos CREAS da cidade.



Figura 2- Atividade do Papo de Rua, em Bangu – RJ.
Fonte: O autor, 2016¹⁷.

Seguindo pelo caminho inverso do processo reflexivo, corremos um risco eminente de durante nossa intervenção profissional, despolitizar as expressões da questão social, trazendo para o individual toda a responsabilidade pela sua existência.

Apoiado nas reflexões de Sousa (2008), a dimensão singular do público alvo de nossas intervenções, precisa estar atrelada simultaneamente a dimensão da totalidade de nossa sociedade. Essa concepção de análise, a partir do método dialético, será ponto de partida para guiar nossas reflexões.

Nenhuma situação pode ser considerada apenas em sua singularidade, pois senão corre-se o sério risco de se perder de vista a dimensão social da vida humana. Portanto, qualquer situação que chega ao Serviço Social deve ser analisada a partir de duas dimensões: a da singularidade e a da universalidade. Para tal, é necessário que o Assistente Social tenha um conhecimento teórico profundo sobre as relações sociais fundamentais de uma determinada sociedade (universalidade), e como elas se organizam naquele determinado momento histórico, para que possa superar

¹⁵ Papo de Rua – Atividade realizada através de rodas de conversa entre a equipe do CREAS Aldaíza Sposati e a população em situação de rua; nessa experiência foi possível a participação de outros parceiros da rede local, como a equipe do CNR.

¹⁶ Projeto Circulando - Realiza o acesso ao repertório cultural da cidade aos usuários da rede de proteção social do município.

¹⁷ Registro fotográfico realizado por mim em 2016, período que fazia parte da equipe técnica do CREAS, durante atividade do Papo de Rua, em Bangu, com a participação da equipe do CNR.

essas “armadilhas” que o senso comum do cotidiano prega e que muitas vezes mascaram as reais causas e determinações dos fenômenos sociais. (Sousa, 2008).

Recorrendo novamente às contribuições de Rita Cavalcante Lima, nosso entendimento caminha na mesma direção de que as práticas de proteção social precisam construir redes, sob o viés da intersectorialidade entre as políticas sociais. A autora afirma que é necessário romper com o endogenismo das instituições que atuam nessa área, buscando uma atenção integral as complexas demandas dos usuários.

O isolamento, como condição para dar início ao tratamento dos usuários de drogas, mostrou-se insuficiente e, atualmente mostra-se anacrônico, quando o que se busca é elaborar projetos de reabilitação com vistas à liberdade e à construção da autonomia. (Lima apud Alarcon, 2012, p. 189).

É notório que, o conhecimento acumulado com relação ao processo de cuidado já construído pela Política de Saúde, aos sujeitos em uma cena de uso de drogas, através dos seus dispositivos. Essa aproximação com quem já tem uma bagagem amadurecida se faz necessária, colocando em prática a intersectorialidade entre as políticas sociais para a construção de uma rede fortalecida, que de fato possa constituir um sistema de proteção social.

Parafraseando Pereira (Apud Monnerat, 2014), a busca pela intersectorialidade nas políticas sociais não é tarefa fácil, pelo contrário é um grande desafio, mas que é possível desde que haja consciência coletiva de que seu resultado atenderá a um coletivo e não interesses individuais.

Portanto, além de princípio ou paradigma norteador, a intersectorialidade tem sido considerada como: uma nova lógica de gestão, que transcende um único setor da política social; e/ou uma estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados. Além disso, relacionada à sua condição de estratégia, a intersectorialidade também é entendida como: instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; e prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas. (Pereira apud Monnerat, 2014, p. 23).

Essa postura crítica frente ao endogenismo das políticas sociais, voltadas para os usuários de drogas analisadas também por Lima (2012), nos instiga a pensar além, a urgência em se refletir sobre nossas próprias práticas de proteção

social, questão essa que será melhor aprofundada nesse estudo no capítulo a seguir.

Considerar o recorte da população em situação de rua e a política de Assistência Social, rebate na discussão sobre o trabalho da Abordagem Social em execução, já que é um dos eixos preconizados pela PNAS, voltado para esse público, dentre outros públicos em extrema vulnerabilidade social. Consequentemente incluem as cracolândias nesse cenário, sendo esse serviço executado pelos CREAS, ou na ausência desses por equipes especializadas.

A abordagem social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social. (Cartilha: Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social, Brasília, 2013).

Porém, devido às experiências equivocadas implementadas pela SMASDH, em períodos anteriores e já mencionadas nesse estudo, associando essas atividades às ações de repressão e ordenamento urbano, envolvendo inclusive Agentes de Segurança Pública, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/7ª Região), na forma de orientar a atuação de Assistentes Sociais, lança em 2013, seu I Termo de Orientação para a categoria.

Fruto de um grande movimento, incluindo profissionais e outras categorias de defesa dos direitos, esse documento serviu de amparo legal para respaldar a atuação do Serviço Social nas abordagens sociais, com seu devido posicionamento crítico e ético.

Dentre as orientações quanto ao trabalho dos assistentes sociais destacasse que, “No que diz respeito à abordagem social na rua, assistentes sociais devem defender e buscar viabilizar direitos daqueles que por razões diversas encontram-se em situações de violações de direitos”.

No decorrer do documento fica explícito que, seus princípios perpassam a defesa pelo código de ética profissional e garantia dos direitos humanos acima de tudo. E demarca um posicionamento crítico da categoria, contra qualquer ação que legitime a ideologia que defenda a “higienização urbana”.

Inegavelmente esse documento reflete o posicionamento de uma categoria que, historicamente tem um viés crítico sobre sua prática e que certamente não permaneceria inerte frente as ações que representem algum tipo de ameaça aos

direitos de seus sujeitos, já que naquele momento o Rio de Janeiro estava sendo piloto na execução das medidas de internação e recolhimento compulsório e palco de grandes megaeventos.

Diante do agravamento do contexto social nacional, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, organizada pelo então Ministério de Desenvolvimento Social, no período de março de 2008 a dezembro de 2009, em setenta e um municípios brasileiros, estimou 31922 pessoas, maiores de 18 anos, utilizavam os espaços públicos para fins privados.

Nesse grupo havia prevalência de homens (82%), negros (67%), com ensino fundamental completo (73,8%). Dentre os motivos relatados que determinaram a situação de rua, se destacavam: desemprego (29,8%), conflitos familiares (29,1%) e uso abusivo de álcool e outras drogas (35,5%).

Entendendo a relevância de se conhecer a realidade local, o município do Rio de Janeiro em 2013, realizou o Censo de População de Rua, executado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, onde se constatou que na cidade, tínhamos um número de mais de 5.580 pessoas em situação de rua, também com predomínio masculino de 81,8 % e 69% de adultos com idades entre 25 e 59 anos.

Muitos desses eram oriundos de outras cidades (35,5%), fator que pode ser explicado pela localização estratégica do Rio de Janeiro, para relações comerciais e ser uma das regiões com maior PIB¹ de todo o Brasil, além é claro dos grandes eventos ocorridos em nossa cidade, que atraíram grande quantidade de pessoas, tornando-se um atrativo para moradores de cidades vizinhas, que veem uma esperança de uma oportunidade de emprego.

Passada essa experiência e tentativa de quantificar este público, em janeiro de 2018, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do município do Rio Janeiro, em parceria com o Instituto Pereira Passos, realizou seu último levantamento da população em situação de rua, intitulado Somos Todos Cariocas, onde pude participar diretamente da execução dessa ação, enquanto servidora municipal dessa pasta.

O relatório final desse Censo não foi divulgado, havendo uma apresentação oficial de alguns resultados pela SMASDH, com a distribuição de um material impresso em 2018. E que em 2019, seria lançado o próximo Censo, realizado em

parceria com o Instituto Pereira Passos, porém até a finalização dessa dissertação não ocorreu.

Segundo dados desse último levantamento da Prefeitura do Rio de Janeiro, foram registradas 3.715 pessoas em situação de rua, número significativamente menor do encontrado no Censo de 2013, onde havia 5.580. Se compararmos ao cenário econômico atual, justificaria um número muito maior, fato que causou certo estranhamento do público e instituições externas a Prefeitura, mas nosso objetivo não será a análise da metodologia utilizada nesse censo. Inclusive, segundo a própria Defensoria Pública do Rio de Janeiro, estima-se a existência de 15 mil pessoas em situação de rua, porém esses dados não foram publicados de forma oficial.¹⁸

Uma particularidade foi à inclusão das pessoas, que se encontravam no dia do levantamento em acolhimento institucional, totalizando 913 pessoas, distribuídas pela rede municipal de acolhimento. Somando esses dois universos, rua e rede de acolhimento, somam-se 4.628 pessoas, número ainda menor do que em 2013.

Embora a metodologia utilizada não tenha sido a mesma do último Censo, corroborando para a não totalidade do retrato real das pessoas, que hoje se encontram em situação de rua, no município do Rio de Janeiro, não podemos desconsiderar os dados desse levantamento.

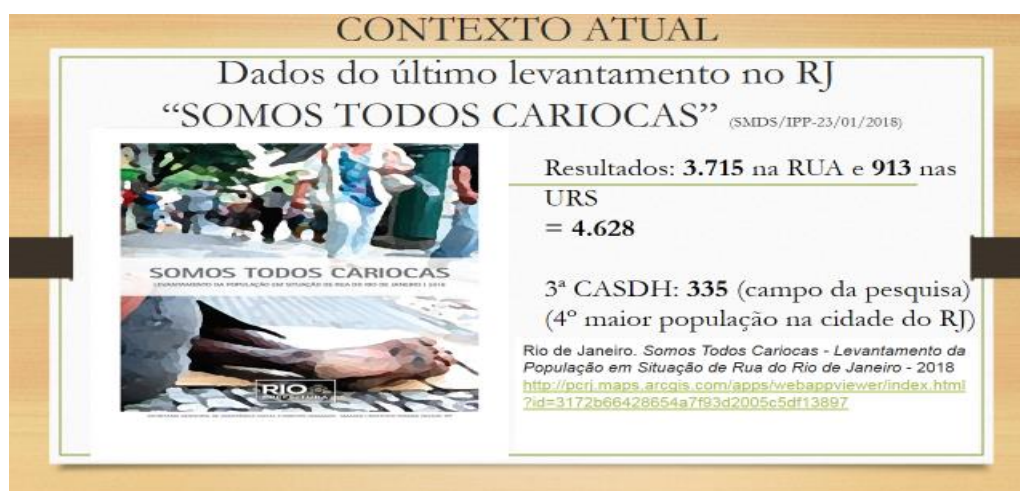


Figura 3- Contexto atual.
 Fonte: O autor, 2018.

¹⁸ Essa estimativa é amplamente divulgada pela Defensoria do Estado do Rio de Janeiro e pelo Fórum Permanente sobre a População Adulta em situação de Rua no Rio de Janeiro, nos encontros do Fórum, que acontecem mensalmente com outros órgãos, pautada no trabalho desenvolvido por esses setores, voltado para esse segmento.

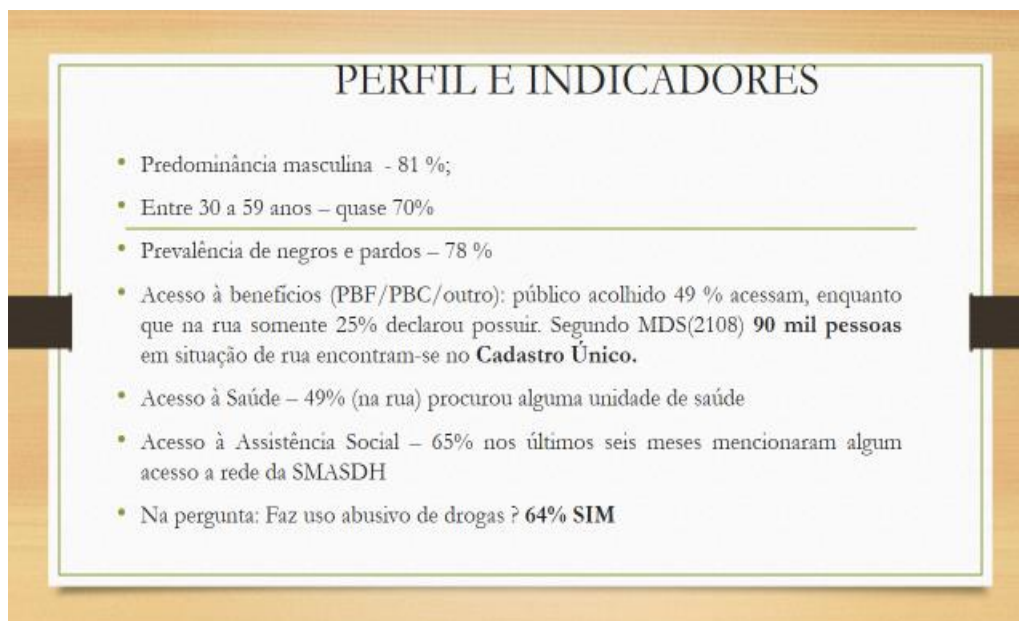


Figura 4¹⁹- Perfil e indicadores.
Fonte: O autor, 2018.

Não temos o objetivo de detalhar esses resultados, mas é relevante mencionar o perfil identificado durante esse último levantamento, onde sua maioria permanece masculina (81%) e adulta (aproximadamente 90%), 78% são pardos e negros, cenário muito parecido com o Censo de 2013. Porém isso não significa afirmar que seja um público homogêneo, ao contrário, cada vez mais multifacetado e com demandas diversas e singulares.

Consideramos nesse estudo o conceito ampliado de população de situação de rua, e assim como Varanda & Adorno (2004), referem que “as particularidades de cada um e de como cada pessoa reage aos seus efeitos na sua trajetória para a rua e depois que aí se instala, impede generalizações” (p. 60).

Como já mencionado, em 2019, ocorreu drástica alteração na Política Nacional de Drogas (Lei Federal nº 13840, 2019), deixando a centralidade do cuidado pela linha da Redução de Danos e legitimando a internação compulsória.

Essa mudança trouxe significativos impactos, e consequentemente influenciou diretamente as ações de abordagem nas cracolândias, em nossa cidade e novamente vivenciamos o temor diante de um novo Decreto Municipal nº.

¹⁹ Fonte: Figuras 3 e 4 elaborados por mim a partir dos dados do: *Somos Todos Cariocas - Levantamento da População em Situação de Rua do Rio de Janeiro* – 2018. Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=3172b66428654a7f93d2005c5df13897>>.

46.314, de 2019, que ratifica a referida Lei Federal, trazendo grande mobilização de diferentes atores, preocupados com a postura repressiva e violadora por parte do Estado.

Diante desse contexto o CRESS/RJ, entendeu necessário e urgente relançar ainda em 2019, novamente um Termo de Orientação de forma atualizada, voltado para a atuação das Assistentes Sociais, em ações de abordagem social no município do Rio de Janeiro.

Nesse documento é possível perceber a reafirmação de princípios, que já estavam contemplados no Termo de 2013, principalmente com base em um agravamento do cenário social e agudização da expressão da questão social, vivenciada pelas pessoas em situação de rua. Definida como, “radical expressão da questão social contemporânea... um fenômeno antigo, multideterminado, inerente à sociedade capitalista, cujas pessoas atingidas sofrem profundos preconceito e discriminação” (CRESS/RJ, 2019).

2.3.

Cena de uso de drogas como cena de vida – considerações a partir da experiência da Tenda

Com base no diagnóstico sócio-territorial apresentado no atual PMAS, a área da 3ª CASDH, é marcada por diversas características e que precisam ser consideradas na formulação de políticas públicas.

[...] seu território é composto por 23 bairros e 64 comunidades, com características diferenciadas. Dentre os aspectos sociais identificamos um considerável número de ocupações irregulares, provenientes de antigas fábricas desativadas... A questão da segurança pública é importante fator a ser considerado, especialmente na região do Complexo do Lins e Jacarezinho. Outro aspecto que merece atenção refere-se à população em situação de rua, presente no território, sobretudo nas cenas de uso de substâncias psicoativas, e da concentração de crianças e idosos em torno do comércio local. (PMAS, 2018-2022, p. 64).

Segundo mapeamento, realizado pelo próprio equipamento da média complexidade CREAS, Janete Clair, durante suas abordagens, o território da 3ª CASDH, apresentava um elevado número de pequenas cenas de uso de drogas. Em meados de 2018, a equipe desse CREAS se sentiu desafiada, frente a essa realidade e com o objetivo de aproximação e vinculação com a população de rua,

que permanecia na cena de uso de drogas na comunidade da BII, em Del Castilho, propôs essa ação piloto na área.

Essa experiência de prática de proteção social em curso pelo CREAS Janete Clair na BII, através da atividade denominada Tenda, pois literalmente a equipe se deslocava até a cena, quinzenalmente e montava uma tenda azul como ponto de apoio e ali ofereciam alguns serviços disponibilizados pelo equipamento, como por exemplo, atendimento psicossocial, jurídico, inclusão no Cadastro Único, dentre outros.

O acolhimento institucional também era ofertado, mas não ocupava o topo dos serviços mais procurados, e tão pouco a equipe se centrava nessa opção como sendo o carro chefe da ação. O que vem de encontro com o que a PNAS, preconiza enquanto eixo de atuação da abordagem social.

Essa atividade, que utilizava o espaço de uma cena de uso de drogas como espaço de vida, considerando os sujeitos desse processo como protagonistas dessa prática de proteção social, contrariava todo um consenso maior e na contramão de uma ideologia dominante. Presenciamos várias ações, que camuflam o real interesse em aplicar o higienismo social, e a Tenda exercia justamente o contrário, uma função aqui reconhecida como de resistência, considerando a rua e seus sujeitos parte integrante de um cotidiano com possibilidades, como o exercício de cidadania.



Figura 5- Atividade da Tenda.

Fonte: O autor, 2019²⁰.

²⁰ Foto tirada por mim durante atividade da Tenda, realizada em 2019, com a devida autorização dos profissionais.

Propomo-nos então, através da escuta de narrativas, compreender os profissionais do SUAS, e aqueles que utilizam essa cena para além do consumo de drogas, considerando os limites e possibilidades dessa experiência, realizando reflexões, que partam do cotidiano desse trabalho, tendo como método de análise os sentidos atribuídos.

Torna-se importante mencionar, que atualmente a cidade do Rio de Janeiro conta apenas com quatorze CREAS e dois Centros Pop²¹, sendo um quantitativo insuficiente para atender a real demanda, principalmente se considerarmos o nível de vulnerabilidade e exclusão social, que atravessa o cotidiano desse grupo social. Vale ressaltar que, o equipamento do CREAS atende outros segmentos, que se encontram em situação de violações de direitos, como por exemplo, trabalho infantil, situações de violência sexual e doméstica, rompimento de vínculos familiares, dentre outros, não sendo exclusivos para atender a população em situação de rua, como os Centros Pop.

No território da 3ª CASDH, foram identificadas diversas e pequenas cenas abertas de uso de drogas, fragmentadas e espalhadas principalmente na área da comunidade do Jacaré e seu entorno, justificando a necessidade de uma ação mais específica para atender esse público, principalmente por não ter nenhum Centro Pop, que atenda essa área de abrangência.

Em um breve levantamento territorial, no entorno da BII, identificamos outros serviços públicos, que também acessam e atuam nessa cena, a saber: a equipe do CNR, o projeto Toca Raul²² e a Clínica da Família Barbara Starfield. Porém a execução da intersetorialidade entre os serviços ainda é incipiente, comprovando o que presenciamos de forma macro nas políticas sociais, o grande desafio em atuar em rede de proteção social, enquanto parceiros de um mesmo território e contrariamente reproduzimos ações isoladas e solitárias.

Aproveitando da bagagem empírica, utilizaremos as contribuições do Professor já citado Antonio Nery, e da obra de Lancetti (2008), em Clínica Peripatética, trazendo para nossa pesquisa o que ambos entenderam ser fundamental para iniciar o processo de cuidado para as pessoas, com uso abusivo

²¹ Centro Pop Jose Saramago (em Bonsucesso) e Centro Pop Barbara Calazans (Centro)

²² Projeto do CAPSAD Raul Seixas, que acontece regularmente na BII e I, com a parceria de outros atores. Durante a execução dessa pesquisa participei de um encontro.

de drogas; a ida das equipes de saúde para a rua ao encontro de seus demandantes, valorizando o espaço em que essas pessoas se encontravam.

Lancetti (2008), defende que é através do movimento que extrapola os muros da instituição, rompendo com paradigmas conservadores e fortalecendo a lógica da territorialização, tornando-se uma ferramenta de intervenção em movimento, produzindo saúde, subjetividade e cidadania, fora dos moldes tradicionais, que podemos avançar, utilizando assim novos espaços de intervenção que em nossa pesquisa se debruçou em uma cena de uso, reconhecendo-a como altamente fértil e potente.²³

Visualizamos na experiência da tenda, uma proposta que embora embrionária e territorial, tem um caráter inovador, sendo ainda pouco explorada pela política de Assistência Social, enquanto diretriz macro do trabalho. A saúde já incorporou a rua em seus processos de trabalho e de cuidado, e através da ressignificação desse espaço a equipe do CREAS, ampliou suas possibilidades de proteção social e de abordagem social realizadas no território, de forma que chegasse de fato até seus demandatários, sujeitos de uma política.

KOGA (2016) em seu artigo, *Proteção Social no território: entre texto e contexto*, traz elementos importantes que corroboram com o que discutimos até aqui, fortalecendo a necessidade de se pensar a proteção social a partir do uso do território, enquanto um ator vivo dessa rede protetiva, respeitando suas singularidades e particularidades.

A proteção social a partir do território tem como condicionante a leitura das especificidades da realidade social que envolve a dimensão da territorialidade, as relações e interações, que se traduzem em ritmos e apropriação do espaço vivido de forma peculiar pelos atores sociais. (Koga, 2016).

Falar em Direitos Humanos nos remete a notória frase de Hannah Arendt, “direito a ter direitos”. Essa frase concretiza nossa incansável busca pela efetivação da cidadania, através do princípio da liberdade, nos possibilita o reconhecimento de todos os sujeitos como pertencentes a uma mesma sociedade, sem discriminação ou desigualdades sociais.

²³ Cabe sinalizar a importância do legado que a Reforma Psiquiátrica no Brasil nos deixou, contribuindo para experiências e reflexões que promovam a desinstitucionalização dos sujeitos, inclusive no âmbito de nossas práticas, pois o “manicômio está em nós.”

O exercício reflexivo realizado até aqui foi necessário, para compreender qual a lógica está por trás da proteção social em curso, no cenário brasileiro, e como isso se materializa no cotidiano dos micros territórios, conectando-o com o contexto social.

Em tempos de retrocessos sociais, consideramos que os avanços nos micros territórios são uma importante ferramenta de resistência, toda experiência que traga novas possibilidades de proteção social nos renovam de esperança e devem ser valorizadas, publicizadas e replicadas.

Sob o prisma do respeito à pluralidade ali existente, enquanto um espaço público, a cada imersão nesse campo de pesquisa, alimento dentro de mim a certeza da relevância social e científica desse estudo, primando pela liberdade dos sujeitos.

Retomando as reflexões de Jesse Souza, fica claro para o autor que somente através do conhecimento e postura crítica frente às lutas de classes e seus processos de desigualdades sociais, será possível conceber um Brasil diferente. Assim como ele, também acreditamos que podemos transformar nossa realidade, e que todos são pertencentes a uma mesma humanidade, porém somente com a construção de novas relações sociais, que garantam acessos e oportunidades justas a todos.

Afinal, é apenas conhecendo e reconhecendo a dor e o sofrimento injustos que podemos mitigá-lo. ‘Enfeitá-lo’ e negá-lo é, ao contrário, a melhor maneira de torná-lo eterno. De certo, apenas, a certeza de que um Brasil melhor se faz “olhando nossos problemas e mazelas nos olhos”, difíceis e desafiadores como eles são. Não existe nenhum outro caminho para o aperfeiçoamento individual ou coletivo. A escolha é nossa. (Souza, 2013, p. 158).

3

Descortinando o campo e suas particularidades

Diante dos objetivos elencados neste estudo, decidimos por uma pesquisa qualitativa, indutiva, que nos trouxesse elementos para contribuir na busca pela comprovação de nosso pressuposto e aprofundamento em nosso objeto.

A partir das contribuições de Minayo (2015), sobre pesquisa social e dialogando com meu objeto, foi possível confirmar que meu estudo parte de um campo empírico e que a partir da aproximação com essa realidade social, elaboramos uma análise e produção de conhecimento científico.

De acordo com a autora, toda ciência não responde a uma totalidade da realidade estudada, ela é sempre uma possibilidade de um discurso embasado teoricamente sobre algo, portanto ela não é conclusiva, tão pouco definitiva. Assim como toda realidade é dinâmica e histórica, estando sempre em transformação. Temos a consciência que este estudo não tem o intuito de esgotar a discussão que perpassa esta temática, mas apresentar análises possíveis a partir de um olhar.

Nesse caminhar foram idas e vindas na construção da pergunta empírica, que se retroalimentaram constantemente e após definir um ponto de partida, foi possível traçar um percurso metodológico. Encontramos nos princípios da pesquisa qualitativa, cujo olhar esteve direcionado para uma determinada realidade social, seus sujeitos e sentidos, assim, como explica Gomes, “práticas interpretativas que contemplam os sentidos que os sujeitos atribuem aos fenômenos e ao conjunto de relações em que eles se inserem”. (Gomes et al., 2007, p. 566).

A partir da entrada no campo e aproximação, foi possível mapear que métodos e instrumentos seriam mais interessantes para o alcance dos objetivos elencados e melhor compreensão dos dados, pois comungamos da tese assim como Flick (2009), de que o objeto escolhe o método, “Aqui, o objeto em estudo é o fator determinante para a escolha de um método, e não o contrário” (Flick, 2009, p. 24).

Diante da riqueza com que o campo se revelava aos nossos olhos, elegemos a observação participante, como a lente que melhor possibilitou olhar para a realidade social de uma cena de uso de drogas, dentro do seu próprio contexto. Proporcionando contato direto com os sujeitos investigados, além da possibilidade de vivência com eles. Utilizamos também entrevistas semiestruturadas para complementar e aprofundar certas questões para nossa análise.

A observação participante, é o processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. (Minayo, 2015, p. 70).

Embora estejamos em uma cidade com a presença de inúmeras “cracolândias”, uma cena de uso de drogas, enquanto fenômeno social se apresenta ainda como exótico e familiar simultaneamente, pois sobre ela há uma construção social que a delimita, nomeia, e inferioriza, porém, não nos aproxima. Pelo contrário, quem escolheria aproximar-se de um lugar identificado pelo senso comum onde “zumbis”, “viciados”, “bandidos” circulam livremente e fazem uso de drogas 24 horas por dia?

Ainda que saibamos da existência das “cracolândias” e ter opiniões sobre, fazendo com que seja familiar aos nossos olhos, esta realidade ainda é pouco conhecida e explorada academicamente. Ousamos neste estudo contrapor ao senso comum, através de uma investigação qualitativa, cujo cotidiano de uma cena de uso, possa romper com o paradigma socialmente construído e seu espaço ter outros significados, enquanto território de convivência, afeto e até proteção.

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações... permitindo remapeamentos da sociedade. O estudo do rompimento e rejeição do cotidiano por parte de grupos ou indivíduos desviantes ajuda-nos a iluminar, como casos limites, a rotina e os mecanismos de conservação e dominação existentes. (Velho, 1978, p. 132).

Sob a luz de uma inspiração etnográfica²⁴, com o objetivo de enriquecer os conhecimentos obtidos em campo, me permiti compor o percurso metodológico desta pesquisa. Além de observar, busquei na inserção no campo, experimentar essa vivência e as interações que surgiram nessa trajetória.

Durante as caminhadas etnográficas, foi possível compreender particularidades, que somente através de uma postura mais ativa, neste cotidiano, possibilitou trazer para as análises, reflexões sob um ângulo singular. Na redação dos processos sociais vivenciados, procurei trazer uma perspectiva interna e particular, elaborando então esse olhar etnográfico à pesquisa. Flick (2009) define a pesquisa etnográfica como,

Ela visa menos à compreensão dos eventos ou processos sociais a partir de relatos sobre esses eventos (por exemplo, uma entrevista), mas sim uma compreensão dos processos sociais de produção desses eventos a partir de uma perspectiva interna ao processo, por meio da participação durante seu desenvolvimento. (Flick, 2009, p. 31).

Essa trajetória no território foi sendo consolidada durante minha atuação, ainda como técnica de proteção especial da 3º CASDH²⁵, entre meados de 2018 a outubro de 2019, nas participações das diversas abordagens sociais com a equipe do CREAS pelo território, e por fim acompanhando diretamente a execução da atividade que acontecia quinzenalmente, na parte da manhã, denominada “Tenda” na Bandeira II.

Porém, devido à mudança na direção do CREAS, ocorrida em julho de 2019, e recorrentes episódios de violência urbana na comunidade da BII, como em seu entorno, impactaram na realização sistemática da atividade da Tenda, sendo por diversas vezes canceladas. Isto consequentemente influenciou no tempo que havíamos planejado inicialmente, para a observação participante durante as atividades da Assistência Social.

Diante dessa fragilidade e do real receio de afetar a realização da nossa observação no campo, recorri a outros equipamentos presentes no território, como

²⁴ Um estudo etnográfico demanda um tempo de imersão no campo mais abrangente e intenso, o que não inviabilizou utilizar neste estudo uma aproximação com a antropologia social e experimentar um “olhar antropológico”.

²⁵ A função do técnico de proteção social embora não esteja prevista na PNAS, no município do Rio de Janeiro, é um dos profissionais que compõem a assessoria técnica de cada uma das 10 CASDH distribuídas pela cidade, o objetivo dessa assessoria é a vigilância sócio assistencial do território.

a Clínica da Família Bárbara Starfield e CAPS Raul Seixas, que também atuavam nesta cena e com a parceria dessas unidades foi possível avançar na pesquisa.

Cabe ressaltar, o apoio recebido pelo Agente Comunitário de Saúde que cobre o território da BII, pois este desempenhou com louvor a função de *rapport*²⁶, sendo possível dar continuidade as caminhadas “etnográficas” pela comunidade, conhecendo não só o limite geográfico da cena de uso BII e BI, mas particularidades da comunidade que a cerca.

Como toda pesquisa social que tem por base a realidade vivida e sua dinâmica, a greve da saúde municipal em 2019, agravada em outubro do corrente ano, trouxe obstáculos. Com isso surgiu a impossibilidade do suporte da CF para a realização das caminhadas pela comunidade, somados a minha própria transferência profissional do território. Fatores que influenciaram no tempo e mobilidade destinados para a realização da observação participante. Entretanto a parceria com esse dispositivo da saúde (CF), foi fundamental para de fato me aproximar um pouco mais dessa complexa realidade.

3.1. Conhecendo o território

Durante nossas caminhadas pelas vielas da comunidade, que cercam a “cracolândia” da quadra da BII, foi possível conhecer outra cena aberta de uso, a Bandeira I (BI), de proporção um pouco maior. Esta fica localizada no interior da comunidade da Bandeira II.

Pelos próprios moradores é considerada uma extensão da BII, devido à proximidade entre as duas cenas e a livre circulação dos seus frequentadores entre os dois espaços. Após adentrar nesse território e considerando a ação de desarticulação da cena da BII, que resultou no fechamento da quadra (que será detalhada a seguir), muitos de seus moradores migraram para a cena da BI, justificando a incorporação da BI nesse estudo.

A cena da BI é formada na extensão da linha férrea (ramal Belford Roxo), composta por inúmeros barracos de madeira, construídos de forma precária, abrigam uma média de 100 pessoas, número esse que oscila muito. A maioria faz

²⁶ Pessoa que possibilita relações de respeito e confiança com outras, de forma natural, genuína, gerando uma relação harmoniosa.

desse espaço apenas passagem para seu uso, mas também há um grupo que permanece.

Área de difícil acesso para nossa circulação, sendo necessário passar por várias vielas e pelo tráfico local até sua chegada. Essa experiência me possibilitou o contato com uma população aonde de fato as políticas públicas não chegam, ou quando chegam é de forma pontual. Senti-me adentrando em uma realidade extremamente invisível ao acesso dos direitos sociais, pois a desigualdade social vivenciada neste espaço é extrema, podemos dizer que sobrevivem e resistem a essa sociedade.

Apesar de ter conhecimento da existência da BI e de ser um território de extrema vulnerabilidade social, encontrar em um mesmo local várias expressões do abandono social e degradação humana, nos causou muita indignação frente a um Estado que se intitula democrático e social.

Pessoas em constante uso de drogas, famílias com crianças residindo em barracos há mais de 15 anos, sem luz, saneamento básico, total insalubridade, sem condições mínimas para garantir sua existência com dignidade, foram algumas das manifestações encontradas das sequelas de um sistema capitalista perverso.

A forte presença de atores armados no local e venda das drogas de forma explícita, expostas e distribuídas em uma pequena banca, nos geraram certa sensação de insegurança e desconforto. Entretanto, a vinculação que o ACS apresentava com os moradores e sua confiança em transitar pelo território foram suficientes para nos estimular neste desafio, exercendo com maestria sua função de *rapport*.

No período em que a atividade da Tenda, executada pelo CREAS manteve-se temporariamente suspensa, como sinalizado anteriormente, foi com o apoio do ACS da CF, que dávamos prosseguimento a nossa imersão no campo. Encontrávamo-nos sempre na Clínica da Família e de lá seguíamos a pé até a comunidade.

Para os moradores eu também fazia parte da equipe de saúde, embora nunca tivesse afirmado isso e assim essa dupla conseguia transitar de forma “segura” pelas vielas da comunidade até chegar na BI. Segurança esta de forma parcial e até simbólica, pois era evidente dos riscos que estávamos expostos. Seguíamos em um território hostil e a qualquer momento poderia iniciar um confronto armado.

As anotações do diário de campo e os áudios, que faziam sempre que terminava cada uma das “caminhadas etnográficas”, fizeram parte desse processo pela busca de sentido, nesse cotidiano da cena de uso. Me recordo de um desses dias, quando na companhia dos integrantes de um equipamento da saúde mental do território, circulávamos pela extensão da BII. A real ausência do poder público, na vida daquelas pessoas me fizeram refletir sobre importância, das políticas públicas conhecerem seus demandantes de perto, assim como a realidade que vivenciam cotidianamente.

Em meio aos barracos que se misturavam na cartografia local, dividindo espaço com a lateral da linha férrea, encontramos inúmeras famílias, que ali residem, muitas crianças bem pequenas, faziam do estreito caminho seu quintal. Os pequenos corriam, brincavam livremente em meio ao lixo, esgoto, tendo como vizinho constante o trem de forma naturalizada e incorporada ao seu cotidiano. Meu coração acelerava em pensar em todo perigo que estavam expostos, pois poderiam cair no córrego ali perto, atravessar os trilhos em uma hora indevida, enfim inúmeras possibilidades que permeavam aquela realidade.

Pensava comigo mesma, eles são invisíveis para o poder público, aqui nenhum serviço chega. Até que o pequeno E., de aproximadamente dois/três anos, que nos acompanhava sempre de mãos dadas, como de fato estivéssemos em um passeio pelo local, lança sua voz nítida e clara ao vento e diz: “sabia que eu estudo, mas agora estou de férias”.

Esta frase me surpreendeu, pois pela sua pequena estatura, na companhia de sua chupeta sempre na boca, deduzi que mal soubesse falar. Sua chupeta era seu único assessorio, pois o mesmo durante nossos encontros sempre se apresentava sem roupa. Segundo as outras crianças, ele gostava de permanecer assim, nu.

De fato, a afirmação de que aquelas crianças se encontram devidamente matriculadas na rede pública de ensino e depois a própria confirmação dos moradores de que acessam a Clínica da Família e o CRAS, me trouxeram algumas reflexões. Ter acesso ao serviço público garante que cidadania? A escola que essa criança estuda tem conhecimento da realidade vivida por ela, em seu local de moradia, com suas diversas particularidades e vulnerabilidades? Como esse desconhecimento pode afetar a plena participação desse sujeito enquanto cidadão?

A apropriação do território está, dessa forma, intrinsecamente ligada aos significados que os homens vão criando e recriando em torno desse mesmo

território em sua vida cotidiana, como afirma Koga (2011). De acordo com a autora, o território pode ser visto como o “chão concreto das políticas”. Nele, as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos. Um mesmo território sob olhares diferentes, ganham outros significados e valores.

Defendemos a ideia de que não basta ter acesso aos direitos, se as particularidades e singularidades de cada território e o contexto vivenciado pelos seus sujeitos não forem prioridade de intervenção da ação social do Estado. Acreditamos na entrada das políticas sociais nesses cenários, oferecendo um sistema de proteção social, que atenda a real necessidade de seus sujeitos, cujo objetivo final seja de fato uma cidadania plena e superação da exclusão social.

Contraditoriamente o que identificamos são, políticas sociais centradas no trinômio da focalização, privatização e descentralização, defendidas pelo projeto neoliberal. Retomando ao capítulo II, nas análises de Fleury (2019) e Pastorini (2007), presenciamos um Estado com ações cada vez mais reduzidas para os gastos sociais e máximo para o capital. Testemunhamos hoje a Reforma do Estado, onde cada vez ocorre o desmonte dos direitos sociais, envolto de discurso moral, discriminatório e meritocrático.

Temos clareza que neste estudo não responderemos estas questões, tão pouco esgotaremos o tema, devido a sua complexidade, pois estamos nos referindo há anos de exclusões sociais e aprofundamento das desigualdades sociais, mas não podemos desconsiderar esses pontos para o debate proposto.

Com relação à proximidade geográfica entre as cenas BI e BII, acreditamos que uma característica que merece nossa atenção é o fato que uma cena se formou em uma área externa, fora da comunidade, com circulação de pessoas e veículos. Já a outra, para ser percebida é necessário adentrar na comunidade, atravessar um trajeto de difícil acesso, passando por um buraco no muro, que separa a linha férrea das vielas e transitar pelos trilhos do trem, para enfim chegar.

Diante da invisibilidade social de seus sujeitos é urgente refletir sobre como o poder público se apresenta frente a eles, pois é notório que este se posiciona com muito mais frequência naquela cena de uso, que se encontra exposta para a sociedade. Entretanto, a presença desse Estado nem sempre será para garantir direitos, mas para efetivar a criminalização da pobreza, através de um Estado penal.

Pensando nessa diferença geográfica entre essas duas cenas de uso, aproveito para descrever a ação conjunta realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, no dia 23 de setembro de 2019, comandada pela Coordenadoria de Políticas de Drogas²⁷. Esta afetou diretamente a condução dessa pesquisa, pois alterou a dinâmica do território e seus sujeitos, inclusive após sua realização foi incluída na entrevista uma pergunta sobre ela. Esta ação tinha como objetivo a “desarticulação” da “cracolândia” da BII. Para isso contou com a participação de alguns órgãos, como assessores do Gabinete do Prefeito, Equipe de Abordagem da SMASDH, COMLURB e líderes comunitários, além da própria equipe da Coordenadoria de Políticas de Drogas.

A partir desta situação surgiu uma inquietação: Por que os agentes públicos presentes, só foram na “cracolândia” da BII, que ocupava o espaço quadra? Espaço esse visível aos olhos da sociedade, embaixo de um viaduto por onde passam desde transporte público, carros, até pedestres; próximo ao metro de Del Castilho e Shopping Nova América.

As alternativas de saída para as pessoas que ali estavam, narradas pelos próprios frequentadores da cena, foram: o acolhimento institucional, encaminhamento para Centros de Recuperação, voltar para suas residências ou *migrar* para a “cracolândia” da BI. Sim, essa possibilidade era real, ali “escondidos” da sociedade poderiam permanecer e continuar a fazer uso de sua droga de forma livre. Durante nossas idas ao campo foi possível identificar alguns significados dessa ação que serão retomados mais a frente.

O espaço do viaduto foi *limpo* pela Comlurb, vários caminhões foram utilizados para a conclusão da limpeza, retirando toneladas de “lixo”. Lixo para eles, porque reconhecemos como pertences de seus moradores, permeados de sentidos e de histórias. A quadra que já era gradeada agora foi fechada por completo, com a promessa do Estado de ocupação do espaço para a criação de uma área de lazer para a comunidade, até o término dessa dissertação encontra-se ocupada apenas pelo espaço vazio.

Seus antigos frequentadores e moradores, que tinham nesse local a proteção do sol e da chuva, garantindo um mínimo de segurança, retornaram a ocupar a extensão da calçada na Rua Luiza Valle, rua paralela ao viaduto, formando um

²⁷ Desde 2019, essa Coordenadoria passou a integrar a Secretaria de Ordem Pública (SEOP).

verdadeiro tapete humano. Sabemos que um grupo migrou para áreas desconhecidas e muitos voltaram a ocupar os barracos da BI, tendo a linha férrea sua nova companhia.

Durante a realização de nossa pesquisa chegamos a pensar que nosso trabalho não teria continuidade pelo fato dessa ação ter inviabilizado a permanência das pessoas na quadra. Porém retornando posteriormente ao local percebemos que os sujeitos haviam migrado em sua maioria para a rua ao lado, ou seja, nosso campo havia sofrido um “deslocamento forçado” e continuava a (re)existir.

3.2. Os atores da pesquisa

Os dados coletados nas entrevistas, foram analisados pelo Método de Interpretação de Sentidos. De acordo com Gomes, “Esse método baseia-se em princípios hermenêutico-dialéticos que buscam interpretar o contexto, as razões e as lógicas de falas, ações e interpretações entre grupos e instituições”. (Gomes et al., 2007, p. 567). A partir dos sentidos atribuídos pelos sujeitos entrevistados, discutimos certos aspectos e particularidades do cotidiano da cena, considerando as práticas de proteção social em curso.

Dito isso, podemos considerar que seu princípio norteador é a busca permanente por um diálogo entre a compreensão e a crítica dos dados gerados na pesquisa. Nossa escolha por esse método de análise possibilitou, que as vozes dos sujeitos fossem escutadas, narrativas historicamente silenciadas, que neste estudo geraram reflexão, considerando não só o texto como o contexto dos atores envolvidos.

Os sujeitos entrevistados neste estudo, foram selecionados a partir da nossa observação participante no campo. Dividimos em dois grupos: Grupo I - formado por profissionais do SUAS que atuam no CREAS e o grupo II - pelos próprios demandantes da proteção social, que vivenciam o espaço da cena de uso de drogas.

Para garantir o anonimato dos entrevistados identificamos as narrativas da seguinte forma: uma letra inicial, numeração (1,2,3 e 4) sequencial, F (feminino) e M (masculino) para gênero.

- P – para os 4 profissionais do CREAS, utilizamos 1 e 2 para identificar escolaridade nível médio e 3 e 4, nível superior.
- S – para os 4 sujeitos, que se encontravam em situação de rua e faziam uso de algum tipo de droga.

Na amostra de profissionais do CREAS (grupo I), nosso foco, foram aqueles que atuassem diretamente na atividade da Tenda, composto por: dois educadores sociais (formação de nível médio) e dois profissionais de nível superior do referido equipamento. Com relação ao gênero, entrevistamos um homem e três mulheres.

Para uma melhor caracterização sinalizamos, que três possuem vínculo empregatício através de contrato (CLT) por uma OS, sendo apenas um servidor público.

Já no grupo II, buscamos um perfil de interlocutores que apresentassem alguns elementos essenciais para as entrevistas, como facilidade para comunicação oral e receptividade com o pesquisador.

Nosso recorte no grupo II, foi direcionado para pessoas adultas, sendo três homens e uma mulher, com diferentes tempos de permanência na cena, possibilitando uma maior pluralidade de percepções sobre a temática.

Recorrendo ao antropólogo Gilberto Velho (1978), este também aborda as categorias sociais hierarquizadas, exemplo da dimensão de poder e da dominação, existente nas sociedades de classes. Essa hierarquização constrói os estereótipos, exemplificado nesta pesquisa pelos sujeitos de uma “cracolândia”.²⁸

Ao analisar o fenômeno de uma realidade complexa como nosso objeto, enquanto pesquisadora, precisei relativizar ou até romper com essa hierarquia de papéis sociais e distribuição desigual de poder, levantando dúvidas e entrando em áreas invioláveis. E isso só é possível porque a pesquisa social nos permite

²⁸ Conhecidos pelo senso comum como “cracudos”, denominação utilizada no Rio de Janeiro, pois em outras regiões do Brasil ganha outras nomenclaturas, como por exemplo, “craqueiros” em São Paulo.

ressignificar lugares, e a cada imersão nesse campo retroalimentei dentro de mim a certeza da relevância social e científica deste estudo.

Participando do Congresso Internacional sobre Drogas, realizado em Petrópolis, no mês de outubro de 2018, fui presenteada com uma fala da Professora e Dra. em Psicologia Social, Ana Karenina da UFRN, onde dizia a importância da posição ético-política na pesquisa social, enquanto processo dialético, cuja abordagem ocorre no campo micro político, mas atrelado ao contexto macro. Essa fala me reportou ao paradigma da neutralidade e da necessidade do distanciamento entre pesquisador e objeto, enquanto verdadeiros dogmas das ciências sociais. Concordamos com Minayo, quando afirma que “...é preciso ressaltar que nas Ciências Sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto... outro aspecto das Ciências Sociais é o fato de que ela é intrínseca e extrinsecamente ideológica. Na verdade, não existe ciência neutra” (Minayo, 2015, p. 13).

Enquanto pesquisadores precisaram ter claros, sob qual influência teórica estaremos frente ao nosso objeto de estudo, e este norteará a construção metodológica da pesquisa. Como aponta Minayo (2015, p. 15), “Na verdade a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”.

Consideramos também para a escolha do campo a viabilidade de minha entrada enquanto pesquisadora, visto já haver nesse território a presença sistemática da equipe de um CREAS, garantindo assim elementos favoráveis para assegurar minha circulação e acesso aos seus sujeitos.

A partir da imersão nessa complexa experiência de vida, marcada por tantos estereótipos, nos aproximamos dessa realidade buscando, nas narrativas dos seus próprios sujeitos, elementos sobre esse espaço e as práticas de proteção social ali executadas.

Defendemos que, nosso campo de estudo é muito mais do que a sua aparência. Para nossa fundamentação, buscamos em Santos (2000), suas ricas análises. Segundo o autor, território é muito mais do que uma paisagem física ou um perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade. Território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de

políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes.

Escolher um determinado lugar para ser campo de pesquisa, nos traz possibilidades e desafios. Possibilidades, porque acredito na premissa de que refletir sobre algo concreto, que envolva vivências se faz a partir desse lugar, olho no olho, pé no chão, momento de encontros com essa realidade vivida, ultrapassando o senso comum.

Em contrapartida, entrar em um território, ainda pouco conhecido e com seus próprios códigos, a partir de um olhar científico, também podem gerar, inseguranças, desencontros, enfim, uma gama de possibilidades que não dependem da nossa vontade.

Como assinalei anteriormente, experimentei essas sensações enquanto traçava minhas caminhadas “antropológicas” pela Bandeira II. Com a devida permissão do uso desse termo antropológico, pois este estudo não teve pretensão de ser, mas de fato não tem como presenciar e interagir nessa realidade e não se afetar por ela.

Cabe destacar que, a pesquisa de campo se efetivou após a qualificação e aprovação do Comitê de Ética da PUC. As entrevistas realizadas ocorreram depois da devida autorização da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da SMASDH, e com o consentimento de todos os oito entrevistados.

Seguindo as orientações de Gomes (2007), procuramos traçar o percurso analítico – interpretativo do material após sua devida transcrição, a partir dos seguintes passos:

- (i) leitura compreensiva, visando à impregnação, visão de conjunto e apreensão das particularidades do material gerado pela pesquisa original; (ii) identificação e recorte temático dos depoimentos ...; (iii) identificação e problematização das ideias explícitas e implícitas no texto; (iv) busca de sentidos mais amplos (socioculturais) que articulam as explicações dos sujeitos da pesquisa; (v) diálogo entre as ideias problematizadas, informações provenientes de outros estudos a cerca do assunto e o referencial teórico do estudo; e (vi) elaboração de síntese interpretativa, procurando articular o objetivo do estudo, base teórica adotada e dados empíricos. (Gomes, 2007, p. 567).

Esse processo, não é estanque dentro da pesquisa e neste estudo os dados empíricos marcaram presença durante todo o processo da produção criativa e científica, afetando de forma direta esta pesquisadora. A teoria e campo se entrelaçavam constantemente, através de um movimento dialético, mas é de suma importância ter clareza sobre o método de análise escolhido, para garantir teor científico ao estudo.

Com base em um roteiro único elaborado para as entrevistas semiestruturadas, tanto para os profissionais quanto para os sujeitos da BII, que culminou em aproximadamente cinco horas de material oral os mesmos foram transcritos e lidos cuidadosamente, para assim identificar as estruturas de análise, ou seja, as categorias chaves. Segundo Gomes et al (2005), essa fase compõe uma das etapas da análise interna do material empírico,

As estruturas para análise de material qualitativo são uma construção teórica. Em geral ela se faz por aproximações sucessivas por meio de propostas de categorização. Pode-se classificar o conjunto de depoimentos ou os registros de observação a partir dos atores, dos grupos ou por tipo de instrumentos de coleta de dados. (Gomes et al, 2005, p. 190).

Para melhor alcançar os objetivos desse estudo, analisamos as narrativas dos grupos I e II separadamente. Embora as categorias sejam as mesmas, os núcleos de sentidos encontrados apresentam similitudes e também diferenças.

Interpretação de sentidos, segundo Gomes et al (2005), é um caminho de estudo de significados dentro de uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: (a) palavras; (b) ações; (c) conjunto de inter-relações; (d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos. Na busca pela melhor interpretação dos sentidos, que profissionais e sujeitos atribuíam as categorias desse estudo, usamos além das narrativas, a nossa observação participação. Considerando outros elementos nesse processo, como sinalizado pelo autor.

A interpretação pode ser uma sequência de análise e pode também ser desenvolvida após a descrição. Sua meta é a busca de sentidos das falas e das ações para alcançar a compreensão ou explicação para além dos limites do que é descrito e analisado. (Gomes et al, 2005, p. 202).

No próximo capítulo seguiremos nesse percurso, trazendo de forma mais detalhada os sentidos encontrados durante a realização da pesquisa e sua conexão com as teorias apresentadas nos capítulos anteriores, possibilitando conhecer o contexto de uma cena de uso sob o olhar de quem atua e daqueles que frequentam esse espaço.

4

Cena de uso: sentidos atribuídos pelos sujeitos dessa pesquisa

Nesse capítulo serão apresentados resultados obtidos na pesquisa de campo, através dos diálogos e da observação participante. Ao entrevistar usuários e profissionais envolvidos em um mesmo cenário, nos possibilitou cruzar essas percepções, a partir de pontos de vistas distintos, considerando as particularidades de cada olhar.

Para melhor discorrer sobre as análises, elaboramos um quadro analítico composto com os principais núcleos de sentidos encontrados. Apresentaremos separadamente, as percepções identificadas pelos profissionais, que atuam na atividade da Tenda e dos sujeitos que frequentam essa cena de uso.

Para construção dessa síntese interpretativa, buscamos primeiramente a leitura atenta das transcrições referentes aos quatro profissionais do CREAS, tendo como fio condutor o roteiro utilizado nas entrevistas, identificamos dois eixos centrais de análise: **I- Percepções dos profissionais da Assistência Social sobre a cena e seus sujeitos e II – Sentidos que orientam as práticas desses profissionais na Tenda.**

Posteriormente identificamos, os núcleos de sentidos encontrados em cada eixo, de forma que as ideias associadas pelos entrevistados ficassem agrupadas para melhor compreensão do estudo.

A partir das entrevistas com os sujeitos que frequentam a cena, elencamos outros dois eixos de análise, que iremos utilizar para dialogar com o referencial teórico que embasa essa pesquisa: **I - Significado dos sujeitos sobre o cotidiano da cena e II – Percepções dos sujeitos sobre a experiência da Tenda.** Desta forma, completamos assim os elementos que consideramos essenciais para o alcance dos objetivos desse estudo.

O quadro elaborado abaixo, apresenta uma sistematização da proposta de análise e das informações obtidas nessa pesquisa.

Quadro 1- sistematização para análise com base no material empírico

EIXOS DE ANÁLISE	NÚCLEOS DE SENTIDO	IDEIAS ASSOCIADAS (síntese interpretativa)
	PROFISSIONAIS	
Percepção dos profissionais da Assistência Social sobre a cena e seus sujeitos	- Sujeitos de direitos - Estado Protetor - Processos excludentes	Subcidadania; direito a ter direitos Estado protetivo x violador Droga; desemprego
Sentidos que orientam as práticas dos profissionais na tenda	- Cidadania - Limites - Possibilidades	Garantia de direitos x visão conservadora Ausência de garantia de direitos; falta de capacitação; território inseguro; descontinuidade Intersetorialidade; inovadora; continuidade e extensão do equipamento
	SUJEITOS	
Significado dos sujeitos sobre o cotidiano da cena	- Cotidiano - Relação com a droga	Regras de convivência e interação; construção de redes de apoio; percepções entre cenas de uso e acesso à renda. Sensação de prisão; perda de identidade e a sensação de vergonha.
Percepção dos sujeitos sobre a Tenda	- Acesso aos direitos	Cuidado (proteção social); Pertencimento; culpabilização individual

Fonte: O autor, 2019.

4.1.

O olhar dos profissionais da Proteção Social: uma reflexão necessária

Iniciaremos a análise das entrevistas, com foco sobre as percepções dos profissionais da Assistência Social que atuam na cena da BII.

Durante esse estudo identificamos que as narrativas dos profissionais e dos sujeitos que vivem na cena de uso, em muitos momentos se complementam, havendo similaridades nas percepções apresentadas. Optamos por analisá-las em

separado, destacando pontos de convergência e diferenças, que se mostraram relevantes.

4.1.1.

Percepções dos profissionais do CREAS sobre a cena e seus sujeitos

Foram identificados três núcleos de sentido relacionados ao eixo de análise, “Percepção dos profissionais da Assistência Social sobre a cena e seus sujeitos”, sendo esses: **Sujeitos de direitos; Estado protetor e Processos excludentes.**

Com relação ao primeiro núcleo de sentido **sujeitos de direitos**, foi possível constatar as seguintes ideias associadas: **subcidadania e direito a ter direitos.**

De acordo com as reflexões apontadas no Capítulo 1, com base em Souza (2018) e Carvalho (2009), sobre o processo de construção de cidadania brasileira e a influência recebida de nossa herança escravocrata, iremos dialogar com elementos que extraímos das narrativas a seguir.

Tanto o termo subcidadania quanto cidadania negativa, nos reportam ao que se vivencia na sociedade brasileira, onde embora se tenha uma Constituição Cidadã com o reconhecimento do sujeito enquanto sujeito de direitos, estes não gozam de uma cidadania plena para todos.

A concepção de **subcidadania**, fortalece e propaga a ideia de que existe um grupo de pessoas reconhecidas enquanto cidadãos de 2º classe, tratados como inferiores e subalternos, vivendo em condições desumanas. Nas falas dos profissionais, claramente identificamos o que Souza (2018), descreve como fruto de uma ideologia de massa, produzida pela elite ao longo de décadas. Embora o termo subcidadania não apareça de forma explícita nas falas, percebemos seu sentido nas narrativas a seguir.

A gente vai trabalhando lá pra vê se a gente ajuda mais alguém que possa sair dessa situação e é triste tá vendo aquelas pessoas lá dormindo no chão porque aquilo não é uma coisa de ser humano, né eles nasceram não foi na rua. (P.M.1).

Ah sim, né o pessoal vê eles como inferior mesmo, se pudesse sumir, né e acho que quando você tá envolvida, quando você escuta, vê que tem histórias, tem vidas, né. (P.F.3).

É, tem histórias ali, mas acho que a maioria, pelo comportamento, pela multidão, pelo incomodar deles, né acho que, tanto que a gente recebia muita ouvidoria e ainda recebe, muita ouvidoria dali, então, acho que pensam que não tem jeito, que é safadeza, que deveria matar todo mundo, sumir enquanto não é assim, ali cada um tem uma história, né, aí você vê essa moça que perdeu o filho, acabou buscando ali a droga, se juntou ali, né e ficou, então, acho que tem história, mas o pessoal vê sim e acho que eles também se veem assim, como as pessoas os enxergam de outra forma acabam eles aceitando essa opinião que as pessoas tem sobre eles, entendeu? (P.F.3).

Durante uma das entrevistas, o profissional reproduziu uma fala referente a um determinado atendimento que prestou, onde havia necessidade de conduzir o usuário para outro serviço. Reforçando justamente a incorporação da concepção de subcidadania pelo usuário do serviço. Este se percebia de forma inferiorizada, não pertencente a um sistema de direitos.

[...] dele não se vê que pode tá naquele lugar daquela forma, tem gente até que não vai porque tá assim, entendeu? "Eu não quero, deixa que no dia que eu tomar banho, eu vou, hoje eu tô não sei o que, tô descalço, tô sujo", de não querer, "mas não tem problema não, pode vir assim mesmo, a gente vai levar "ah não [...]" assim de não querer ir, entendeu? Acho que medo de não ser bem recebido [...]" (P.F.3).

Nesses trechos, percebemos claramente que os profissionais reconhecem em seu público a concepção de sujeito de direito, um avanço notório em nossa política de assistência, que não podemos desconsiderar. Entretanto, essa parcela da população em muitos momentos, se vê de fato, exercendo uma subcidadania, em que sua humanidade é colocada em xeque.

A vergonha atrelada ao imaginário social negativo construídos em torno destes sujeitos, também contribuem como importantes elementos, que dificultam o acesso aos seus direitos, enquanto cidadão. Reproduzindo e naturalizando a concepção, de que para um grupo específico da sociedade, com cor e classe pré-determinado, são considerados subcidadãos.

Em contrapartida, encontramos nas próximas narrativas, elementos que nos conduzem à ideia do “**direito a ter direitos**”, em sua concepção de igualdade de todos perante a lei e conforme apontado por Carvalho (2009). A busca por uma consciência cidadã precisa de fato ser incorporada em nossa cultura, tanto pelos profissionais, como usuários da política, para que seja possível o exercício da cidadania. Em seguida, identificamos essa postura, nas falas dos profissionais do CREAS.

É pop rua, é situação de rua. Ele é situação de rua, um dia ele chegou nisso, mas um dia eles vão ser diferente. Independente dele ser pop rua ou dele ser usuário de droga, ele tem que ser assistido. (P.F.2).

Ele tem que se ver como pessoa de direito e eu tenho que me ver como uma pessoa que vai poder garantir o seu direito, entendeu? (P.F.2).

Nesse trecho abaixo, o profissional reforça o quanto é significativo o acesso a um serviço, como por exemplo a documentação civil e reproduz a fala de um usuário, que se percebe cidadão após conseguir sua identidade.

Agora eu sou alguém, eu tenho um documento, "tenho identidade" e ficar feliz e você de repente não dá valor a isso porque você tem, você tem acesso. (P.F.3).

Embora exercer uma cidadania plena seja ainda um grande desafio na sociedade brasileira, diante do nosso histórico colonial, perceber nas falas dos profissionais que atendem diretamente as pessoas em situação de rua, em uma cena de uso, que esses sujeitos não estão recebendo um favor, significa um avanço na busca por esse ideal no trato da proteção social.

Com relação ao núcleo de sentido **Estado Protetor**, vale ressaltar, que temos um modelo de proteção social não contributivo, centrado na dignidade humana, com a promulgação da Constituição de 1988. Este rompe com o modelo caritativo, passando a ser considerado enquanto um direito e não mais uma benesse.

Os profissionais em suas falas também fazem observações com relação as associações de ideias perante a ausência de um Estado protetivo, onde percebem claramente que esse público não tem seus direitos básicos garantidos, como acesso a saúde por exemplo.

Ali eu não digo que vivenciei, eu vivencio, né é a degradação humana. Falta tudo, é um resumo do meu sentimento, é tudo que em palavras eu não sei colocar porque são seres humanos que estão gritando por ajuda e a gente percebe isso porque quando a gente chega lá, eles vêm "oh mãe, oh pai", abraça, beija, agradece, então, a gente vê que eles são seres que necessitam de colo, de carinho e... E de tudo, de tudo é o que eu posso dizer porque pra mim é, eu me emociono[...] (P.F.2).

É, e é dia após dia e ninguém faz nada, ninguém faz nada, apesar do CREAS estar ali trabalhando com a saúde, né as nossas autoridades não fazem nada porque todos aqueles que estão ali são doentes, ali é caso de saúde, assistência social presta seu trabalho? Sim, mas a saúde tinha que atuar mais. (P.F.2).

Na rua eles têm que matar um leão por dia pra sobreviver. (P.F.2).

Percebemos que ao mesmo tempo que identificam esses sujeitos enquanto portadores de direitos, esses mesmos direitos são negados cotidianamente, instaurando um Estado mínimo para o social, muito mais ausente e **violador** na efetivação dos direitos, sem a menor intenção de superação da desigualdade social.

Sabemos que, não basta a existência da lei para garantir de fato a vivência de um direito, mas sim uma mudança de postura, que tenha como objetivo a reparação e superação que o legado escravocrata e colonial nos deixou. Assim com Paiva (2012), já mencionada no capítulo 1, acreditamos que essa mudança com relação aos direitos é crucial para que possamos ter uma identidade e consciência cidadã, sendo protagonista de nossa história.

O outro núcleo, que atrela sentido às percepções dos profissionais sobre a realidade de uma cena de uso analisada nas entrevistas, perpassa os **Processos excludentes**, vivenciados por esse grupo, através das ideias associadas da relação com **a droga (crack) e o desemprego**.

Embora o **crack** não seja objeto de destaque nesse estudo, mas sim os sujeitos de uma cena de uso, não podemos desconsiderar os efeitos negativos, que essa relação traz para esta parcela específica da população. Esse uso intenso contribui para o processo de agudização da expressão da questão social de um público, que já vivencia a condição máxima da exclusão social. Durante uma das entrevistas, um dos profissionais reforça sua percepção frente essa relação.

É essa sabedoria, olhar, né o olhar porque quando a gente vê, nós trabalhamos com o público que é usuário de crack, de droga, que vive no flagelo, né. O crack é uma droga que veio pra devastar com o nosso público que é população em situação de rua [...]. (P.F.2).

Eu me emociono muito porque são seres humanos e assim, eles não têm como se expressar e dizer o porquê faz, um dia foi ofertado pra eles a droga, eles entraram e não conseguiram mais sair e [...]. (P.F.2).

No cenário internacional, e especificamente nos Estados Unidos, sobre o crack existe uma identidade socialmente construída de periculosidade, demoníaca, que aliena socialmente seu usuário. Como mencionado em Boechat (2019), e Lima e Tavares (2012), esse discurso proibicionista, ganha papel de destaque no cenário brasileiro, recebendo forte influência americana em nossas políticas públicas, sob a bandeira da “guerra as drogas”. Conforme apontado pelos autores,

concordamos que essa ideologia defende interesses de classes, fortalecendo práticas discriminatórias frente uma população considerada por este sistema capitalista, desnecessária e desqualificada.

Souza (2016), aborda essa temática, atrelando o seu uso por essa parcela da população, que já se encontra em exclusão social como “a doença da humilhação”, que potencializa a exclusão do sujeito que a usa, diante do pânico social criado em torno do seu uso. Que legitima ações estatais, que criminalizam e institucionalizam este sujeito, em prol de uma segurança do coletivo e até desse próprio indivíduo. Como exemplo, podemos citar novamente a ação da Prefeitura de desarticulação da BII, que vivenciamos no decorrer desta pesquisa.

Além disso, encontramos nas narrativas, ideias associadas sobre a percepção da cena para além do espaço do uso da droga, onde esses guetos acolhem aqueles que estão excluídos do sistema capitalista. Oriundos do desemprego estrutural, elemento permanente do sistema capitalista, atrelado à ineficiência de um Estado protetor.

No trecho a seguir, encontramos esse sentido atribuído, possibilitando ao profissional refletir sobre as causas e não engessar sua atuação, apenas nas consequências que esse sistema traz para a população.

Tem um grupo que é fixo que se instalou ali já, tem uns que até tem casa na linha do trem, aqueles barraquinhos de madeira, até deixa um ou outro colega morar lá, dormir lá, ali tem muitos que só passam, só tá ali transitando. Ou porque não tá tão comprometido com a droga, mas pela questão da falta de emprego, pela falta de oportunidade tá ali, outras pessoas esperam melhorar para poder sair dali, aí não saem também, eu acho que vem também a questão do desemprego, a questão que eles não conseguem sair. (P.F.3).

Assim como Escorel (1999), que faz menção a Arendt, sobre processos de exclusão social, reconhecemos no uso do crack e no desemprego fatores de risco para esse público, pois potencializam a exclusão social vivenciada por eles, enquanto fruto de um processo do sistema capitalista.

Pela elite, as populações em situação de rua são consideradas descartáveis sociais. Como aponta Souza (2016), são percebidos enquanto desclassificados sociais e sua existência apresenta risco para a sociedade, corroborando com discurso ideológico, que defende seu afastamento do meio social a qualquer custo.

4.1.2.

Sentidos que orientam as práticas dos profissionais na cena

Nesse item verificamos três núcleos de sentido, que apareceram nas narrativas dos profissionais entrevistados e que se articulam ao eixo de análises “Sentidos que orientam as práticas dos profissionais na cena/Tenda”, que são: **cidadania, limites e possibilidades.**

Refletir sobre os sentidos que orientam a prática da experiência da Tenda, a partir da conexão com o contexto atual, ampliou nosso campo de análise.

Considerando que os profissionais percebem seus usuários, enquanto sujeitos de direitos, como analisado no item anterior, identificamos que um dos núcleos de sentido gira entorno da **cidadania**.

Quando os profissionais foram convidados a falar sobre sua ação na cena, sinalizaram sua atividade como a **garantidora de acessos a direitos**, através da execução de uma prática que tenha como finalidade a proteção social desse sujeito.

É acesso as outras políticas que a gente acaba... indo lá fazer, ofertar, né, acesso as outras políticas, acesso a documentação, acesso a um abrigo, acesso a saúde, a educação. Não sei, a proteção social seria a garantia de direito deles, acesso aos direitos. (P.F.3).

A gente com a abordagem correta, nada com ignorância, tudo com respeito a eles e a gente começou a abraçar, né foi um vínculo muito legal, mas muito legal mesmo. (P.M.1).

Percebemos, que o respeito a singularidade e a história de cada usuário, com a preocupação em não violar direitos, aparece, tanto na fala como nas atitudes desses profissionais.

Outro elemento, que vale ressaltar ao analisar esse núcleo de sentido, foi a riqueza da vivência da observação participante nesse campo. A partir do olhar de pesquisador, foi possível verificar e compreender que a cidadania enquanto sentido atribuído pelo profissional a sua prática, de fato se materializa em sua ação, onde discurso e ação caminham juntos, em prol de um bem coletivo e no direito de todos.

Entretanto, também foi possível identificar falas com ideias associadas à **visão conservadora da Assistência Social**, ainda atrelada à filantropia e ao favor.

Eu já salvei vidas mesmo, sabe? Eu já fiz tudo pela Assistência, tudo, tudo mesmo porque eu gosto mesmo, eu amo o que eu faço. Para trabalhar nisso tem que gostar de verdade mesmo, de verdade, né é uma coisa muito bacana você tá ajudando o próximo [...]. (P.M.1).

É recorrente a elaboração de políticas públicas, pautadas na ajuda ao próximo, com forte influência religiosa, onde a moral torna-se eixo de orientação dessas intervenções. Sendo urgente ultrapassar essa vertente que insiste em permanecer guiando politicamente alguns governos e que se replicam diretamente nas práticas profissionais.

Com a formulação e implementação da LOAS e da PNAS pensamos ter superado ideias e práticas dessa natureza, avançando na concepção da Assistência Social enquanto Política e Pública. Entretanto esse ainda é um desafio a perseguir, principalmente em “tempos sombrios” assim denominado por Arendt a períodos de totalitarismo.

Ao analisar as quatro entrevistas dos profissionais foi significativo em todas as falas, a postura crítica com que apontavam os **limites** da experiência da Tenda. Diante de um contexto de perdas de recursos para as políticas sociais e sobrecarga dos trabalhadores, além da precarização de suas condições de trabalho, ficou evidente a necessidade de dar destaque a esse núcleo de sentido.

Retomando as análises do Capítulo 2, sobre a desproteção social e o contexto neoliberal, podemos afirmar que vivenciamos um verdadeiro desmonte social, onde as políticas sociais estão convocadas a atuar sob o viés da privatização, focalização e descentralização.

Diante desse cenário apocalíptico, como denominou Fleury (2019), destacamos as narrativas a seguir, que trazem em seu corpo ideias associadas aos limites, como: **ausência de capacitação para os profissionais, território inseguro, descontinuidade da ação e ausência da garantia de direitos.**

Sobre as ideias associadas nesse eixo, os profissionais levantaram a **ausência de capacitação**, como um obstáculo para a efetivação de um trabalho de melhor qualidade. A partir das análises já realizadas, sob a ótica do capital, com base em um conjunto de medidas, que incluem o congelamento dos gastos sociais, é notório que esse rebatimento, seja sentido na ponta pelos profissionais, que estão na linha de frente desse atendimento.

Falta muito entrosamento, capacitação e entendimento do que é o trabalho social. (P.F.2).

[...] a gente precisa dessa capacitação, a gente precisa desse momento, nós precisamos de profissionais competente na área pra trabalhar com essa população, então, não adianta fazer acolhimento compulsório que isso só vai piorar a situação que estamos. (P.F.2).

Na cena de uso da BII, assim como em outras “cracolândias”, existe uma aproximação geográfica com locais de venda da droga, como já sinalizado no Capítulo 1, quando descrevemos um pouco mais as particularidades desse cenário. E diante de um Estado penal, que atua cotidianamente nas periferias com ações que criminalizam a pobreza, com posturas violentas, a sensação de **insegurança no território** que permeia os profissionais é legítima.

Isso, não medo deles, medo de você chegar, como já aconteceu, a gente tá dentro da quadra e ter que sair "a polícia, a polícia" e a gente teve que sair correndo. (P.F.3).

Já chegamos, a comunidade estava em conflito, tivemos que nos retirar, tivemos que sair correndo com a tenda, mas nada tão gritante, nada com a população que nós atendemos. (P.F.2).

Outro grupo de ideias associadas, que encontramos no relato dos profissionais entrevistados aborda a **descontinuidade** do atendimento da Tenda. Essa reflexão vai de encontro com as análises realizadas, até aqui sobre nossa desproteção social, pautada em ações focalizadas, e mais uma vez percebemos o quanto o posicionamento crítico dos profissionais está presente em suas narrativas.

Eu acho, o que acontece, o CREAS tem vários programas, uma equipe reduzida, um território imenso. Aí as vezes você tá focado em uma situação, aí tem outra situação, outra prioridade. (P.F.3).

É um trabalho que não pode ser interrompido, entendeu? Porque você tem que tá ali e eles tem que saber que você vai voltar. (P.F.3).

Finalizando esse núcleo de sentido com relação aos limites da ação, encontramos em algumas falas, ideias associadas quanto a **não garantia de direitos** dos usuários.

“Tá longe, tá longe essas garantias de direito. Eles têm, mas não acontece. Se isso acontecesse, nós não teríamos um público enorme hoje de adultos, crianças e adolescentes nas ruas.” (P.F.2).

[...] aí você vê que até desejam mudança, né, mas não conseguem sair daquilo e isso é muito triste porque você também se sente um pouco impotente porque não temos uma política que dê conta, a gente vai lá oferta, mas eles precisam muito mais do que a gente tem hoje para tá ali ofertando, oferecendo, acho que também não tem uma política que esteja preparada como a gente vai lidar com esse pessoal que faz uso do crack, entendeu? (P.F.3).

Contribuindo para nossa análise, é importante sinalizar a contradição existente dentro das políticas sociais, que atendem a dois segmentos. Assim como já apontado por Carvalho e Iamamoto (2008), o Estado foi chamado a intervir no social para mitigar os impactos que a questão social estava apresentando para o sistema capitalista, mas seu objetivo final não previa a superação das desigualdades sociais.

De fato, aos profissionais que executam essa mesma política social, que embora contraditória e antagônica, exerce papel fundamental na garantia de um mínimo de proteção social aos seus usuários, é fundamental manter esse movimento crítico, realizando conexão com a realidade local e contexto social, a qual estamos inseridos.

Finalizando as análises das falas dos profissionais, este último núcleo de sentido traz nas **possibilidades** da atividade da Tenda, algumas associações que vão ao encontro dos pontos levantados ao longo dessa pesquisa. Veremos a seguir as seguintes ideias: **prática inovadora, continuidade, extensão do equipamento (CREAS), intersetorialidade.**

Nesse trabalho, valorizamos e ressaltamos a trajetória que a política de saúde construiu ao longo de anos, cujo cuidado às pessoas em situação de rua acontece na própria rua. A política de assistência social, vem também desenhando intervenções no espaço da rua, e em especial, nas cenas de uso de drogas, com ações de proteção social aos seus sujeitos.

Com isso, destacamos que a experiência da Tenda apresenta caráter **inovador** e territorial, por ainda não ser uma atividade realizada por toda a SMAS do município do Rio de Janeiro, contemplando as cenas de uso de drogas nas abordagens sociais, como verificamos nesse trecho. “mas aí nossa equipe chegou lá e meteu a cara, né metemos a cara e conseguimos” (P.M.1).

A experiência da equipe de abordagem social deste equipamento, que já possuía certa maturidade nessa seara, apareceu nas narrativas enquanto ideia associada sobre a importância da **continuidade** de um trabalho, que acontece de forma gradual.

[...]mas esse é um trabalho contínuo, é um trabalho de formiguinha, um trabalho de criação de vínculo e a gente vai identificando nosso público aonde ele está. (P.F.2).

E a gente conseguiu ir devagarzinho, devagarzinho, se mostrando, desenvolvendo nosso trabalho, dizendo o pessoal, o responsável pela comunidade qual era nossa proposta ali que é de abordar, tirar documento, encaminhar pra saúde e assim nós fomos chegando, chegando de mansinho e chegamos até o nosso público que são os usuários de droga. Hoje nós temos um trabalho, tiramos documento, encaminhamos pra saúde[...]. (P.F.2).

Os profissionais destacam nas entrevistas, que o fato da experiência da Tenda, ter como eixo de atuação a continuidade nas idas até a casa da BII, trouxe para os profissionais e para o próprio território reconhecimento e visibilidade pelo trabalho realizado.

Atrelado à ideia da continuidade do trabalho, podemos sinalizar outro grupo de associação em torno da Tenda, enquanto **extensão do equipamento** no território, possibilitando uma importante ferramenta para acessar um público, que dificilmente chegaria até o espaço do CREAS. Em vários trechos encontramos a presença dessa percepção.

Eu acho que a tenda, ela é positivo, entendeu? Porque o que acontece, muitos deles não conseguem chegar aqui, nem conhece o nosso serviço, não sabe e pela situação que eles estão, entendeu? Então, assim, acho válido sim. (P.F.3).

Então, acho que a tenda, ela é importante sim, acho que tem que ser mantida, acho que tá ali pra eles como extensão do nosso equipamento lá no território próximo deles, entendeu? Pra tá orientando e vendo as demandas deles, a gente pode tá encaminhando e incluindo em programas, eu acho que é importante sim. (P.F.3).

A tenda acaba por ser um instrumento de redução de danos, se eles estão ali conversando, participando da nossa atividade e não tão fazendo uso da droga, pra mim eu acho isso válido. (P.F.3).

Retomando o que Lancetti (2008), traz de reflexão sobre sair dos muros do consultório, tendo na rua espaço de intervenção social, enquanto importante ferramenta de redução de danos, achamos pertinente aproximar suas análises para a experiência da Tenda.

Diante do imaginário social negativo, que permeia os usuários de crack e as “cracolândias”, enquanto locais com pessoas vistas como perigosas, é fato que isso distancia esses sujeitos de qualquer equipamento público, fortalecendo a invisibilidade social deste grupo.

A Tenda, como dito nas falas dos profissionais, garante acesso a alguns serviços e direitos sociais, como inclusão no cadastro único, documentação civil, encaminhamento para outras políticas, dentre outros, contribuindo também para a superação da cultura do medo.

Paiva (2012), corrobora com essa ideia, defendendo que o acesso dos sujeitos aos seus direitos, contribui para de fato se sentirem incluídos e pertencentes a uma consciência cidadã.

Ainda sobre as possibilidades da Tenda, os profissionais sinalizam a ideia associada da **intersectorialidade** como uma ferramenta potente de trabalho, quando de fato é executada na prática.

A Seguridade Social brasileira, está constituída pelo tripé das políticas de saúde, assistência social e previdência social, entretanto estamos longe de dizer que estas políticas trabalham sob a luz da intersectorialidade. E essa realidade é percebida e sentida pelos profissionais entrevistados nesta pesquisa.

Eu percebo, porque quem acha não tem certeza, a saúde e a assistência tem que caminhar de mãos dadas. (P.F.2).

Acho que é importante a gente tá trabalhando em parceira, porque é um público que a gente atende, que a saúde atende, então, acho que para esse público é interessante esse trabalho intersectorial. (P.F.3).

De acordo com Pereira (2014), destacamos que a intersectorialidade vai para além de um paradigma, mas uma *nova lógica* de gestão, que busca além de articulação entre setores e saberes, uma prática social compartilhada. Como sinalizado nas narrativas acima e durante nossa observação de campo, percebemos que os profissionais reconhecem a importância das ações intersectoriais. Porém, este ainda se apresenta como um grande desafio na formulação e execução das políticas sociais.

4.2.

Ouvindo vozes de sujeitos (in)visíveis através de suas narrativas e os sentidos atribuídos por eles

Como já mencionado, nosso tempo de observação participante no campo, foi inferior ao planejado, e diante disso buscamos experimentar essa vivência na rua de maneira mais intensa.

Como não foi possível a ida de todos os sujeitos até o CREAS, ou outro espaço que fornecesse mínimas condições, inclusive para a gravação dos dados, optamos por realizar no espaço da rua as demais entrevistas e com isso fomos afetados diretamente por fatores externos, interferindo inclusive na transcrição desse material. Fato que não alterou a riqueza do material coletado.

Ressaltamos, que esses encontros trouxeram para a pesquisa o desafio de apreender e registrar em diário de campo os detalhes e particularidades que, emergiram em cada narrativa de forma singular. Complementando esse processo a cada ida ao campo, ao final gravava áudios meus, em forma de narrativa, para registrar as minhas percepções sobre as experiências vividas em cada momento.

Com relação às entrevistas realizadas no espaço da cena, em determinados momentos, estas foram interrompidas por influência de elementos externos, como: barulho de carros, grande movimentação de pedestres, limpeza urbana, interação constante dos nossos entrevistados com outros sujeitos no território.

Cabe ressaltar que, a maioria das interações com o grupo II de entrevistados, ocorreu no espaço da própria cena, literalmente no chão da rua, sentados apenas em pedaços de papelão ou no meio fio da calçada, afetados diretamente por barulhos externos e pelo forte calor.

Outro fator, que podemos destacar das particularidades dessas narrativas, foi o viés dado por eles na necessidade de falar de suas trajetórias pessoais. Respeitamos esse momento, pois não cabia calar esses sujeitos, que historicamente vivenciam um processo constante de silenciamento. Durante a condução da entrevista garantimos ao participante, acolhimento em prosseguir nessa conversa tão franca e sofrida.

Percebemos, que embora centrassem suas falas em suas próprias histórias de vida, estas forneciam elementos suficientes para contribuir com nossas análises,

trazendo singularidades e percepções importantes para o nosso debate. Sem desconsiderar nesse processo os risos e choros, que permearam esses encontros.

Outra particularidade que merece destaque, foi que dentre os oito entrevistados (grupo I e II), apenas um preferiu ler o TCLE sozinho e ao contrário do que se poderia pensar, foi um morador de rua, usuário de crack há 11 anos. Ao final do encontro me pediu para ouvir sua voz na gravação e, extremamente emocionado e feliz, escutou atentamente ao diálogo que acabara de acontecer.

4.2.1.

Significados dos Sujeitos sobre o cotidiano da cena e particularidades da BII

Para essa discussão vamos retomar o conceito de território, onde nosso grande mestre foi o Geógrafo Milton Santos (2000, p. 22), “[...] só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. Para o autor, essa sua perspectiva epistemológica de território é fundamental para compreender a forma como as relações sociais se materializam, em um dado espaço.

Dialogando com o autor, pensamos na cena de uso das drogas para além do seu uso exclusivamente, mas como seus sujeitos fazem o uso desse espaço enquanto cenário de interações e vivências. A partir dos olhares dos entrevistados, através de suas narrativas, compreendemos como esse espaço se constitui enquanto um território vivo e dinâmico, dialogando com o conceito de espaço público de Hannah Arendt, como desenvolvemos no capítulo 2.

A BII, é considerada um ponto de encontro e de convivência para além do uso coletivo de drogas. Caracterizada como de pequeno porte, reúne aproximadamente 40 pessoas em idade adulta, sendo a maioria composta por homens, mas com a presença de algumas mulheres, que fazem dali seu local de moradia.

Retomando minhas primeiras anotações no diário de campo, utilizado como importante ferramenta neste processo para registro e sistematização de dados colhidos na observação participante, não posso negar os diferentes sentimentos

que me contagiaram. Inicialmente, certa preocupação em adentrar em um local desconhecido para mim, mas misturado à euforia em iniciar esta investigação.

Aos poucos, conforme dava meus primeiros passos, fui olhando as pessoas e me despidendo das minhas concepções. Era necessário olhar para além da aparência, para iniciar qualquer interação social.

O fato de estar com uma equipe já reconhecida pelo seu trabalho no local, me trouxe tranquilidade. Durante nossa circulação no território ficou claro para mim, que a muito de familiar nesta realidade. Percebi a presença de vínculos, afetos, confiança, solidariedade e respeito na relação entre os diferentes atores.

Isso não inviabilizou a presença de sensações antagônicas, como desconfiança, competição e violência. Construções sociais presentes em nosso cotidiano e que ali se reproduzem sob novas roupagens.

Nossas primeiras percepções, dizem respeito com a tranquilidade que a equipe do CREAS, durante as abordagens, circulava pela cena de uso. Contrariando o que a mídia e senso comum afirmam, sob o viés do discurso de classe perigosa. Como já analisamos acima, os profissionais referem insegurança ao território, mas não aos seus sujeitos.

A sujeira presente em quase toda a extensão do local, cobrindo seus corpos e a forma desumana que sobrevivem, me fizeram fortalecer o pensamento de que é necessário olhar nos olhos e nos tocar. Parafraseando Bondía (2001),

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar... suspender a opinião, suspender o juízo [...]. (Bondía, 2001, p. 24).

Seguem algumas fotos, com o devido cuidado para não identificação de seus sujeitos, que contribuem para uma aproximação dos leitores ao campo, mas sempre nos questionando sobre qual lente nos viramos para essa dura realidade social. Para quem nunca se aproximou deste cotidiano, esse pode em um primeiro momento trazer, à tona vários sentimentos e questionamentos.

Ver crianças no meio do lixo, pessoas mutiladas e feridas, utilizando a rua como local de moradia e permanência, são alguns exemplos de uma infinita gama de possibilidades extraídas destas imagens.

Dependendo do ângulo que estiver voltada a nossa lente, podemos ter de uma mesma realidade várias interpretações. Alguns chamarão de vagabundos, delinquentes, cracudos. Aqui propomos uma lente diferente, onde enxergamos pessoas, com trajetórias singulares, cujas desigualdades sociais não podem ser consideradas naturais ou consequências de escolhas individuais, ou pelo menos não deveriam ser.

Nosso desafio foi ultrapassar a centralidade que insiste em ser dada à droga, e em nosso recorte ao crack, tanto pela sociedade e pela mídia, como pelas correntes políticas do proibicionismo, e ir além, percebendo em seus sujeitos sua humanidade.



Figura 6- Atividade de Abordagem Social - A.
Fonte: Fonte: Equipe do CREAS, 2018.



Figura 7 ²⁹- Atividade de Abordagem Social - B.
Fonte: Equipe do CREAS, 2018.

Quanto aos núcleos de sentido, referentes ao eixo “Significado dos sujeitos sobre o cotidiano da cena” elencamos: **Cotidiano e Relação com a droga**. Embora esses núcleos em muitos momentos apareçam entrelaçados, a partir dessa organização elaboramos nossa interpretação dos dados.

Com relação ao núcleo de sentido **Cotidiano**, destacamos quatro associações voltadas para as **regras de convivência e interação, construção de redes de apoio, percepções entre cenas de uso e acesso à renda**.

Relembrando o conceito sócio-antropológico, utilizado nessa pesquisa sobre as cenas de uso, enquanto “espaço de congregação e interação social”, identificamos nas falas de nossos sujeitos, ideias que exemplificam esse conceito através das **regras de convivência e interação** com os demais moradores e seu cotidiano. Como nos disse um de nossos entrevistados no trecho a seguir:

Cada um tem que organizar seu espaço, senão colocamos pra andar... A consciência é de cada um, mas se der ruim, tem gente pra resolver... se vacilar com morador, aí vai ter que acompanhar o menino. (S.M.4).

²⁹ Fotos tiradas pela equipe do CREAS Janete Clair, durante atividade de Abordagem Social, em 2018.

E, ainda:

Cada um tinha seu canto ali, cada um tinha cama, cada um tinha...Cada um tomava conta do outro assim, entendeu? (S.M.1).

[...] eles observa, quem é quem, entendeu? Os moradores observa quem é bagunceiro e quem não é... quando as pessoa passa eu brinco, eu zoo, quando eles não me vê, eles vem atrás de mim pensando que aconteceu algo comigo. Se a gente não de o exemplo pra gente mermo, é tudo cracudo, usuário. (S.F.2).

Embora para muitos que olham de fora desta realidade, possa parecer que não existe organização, nas falas percebemos que há sim regras de convivência e de permanência no local. Além da preocupação de como são vistos pelos moradores das residências, inclusive como forma de proteção.

Durante minhas caminhadas pela cena, pude presenciar momentos de organização e limpeza, por alguns de seus moradores, cada um cuidando do seu espaço, dentro de suas condições. Alguns varrendo, outros cozinhando, enfim, funções que são reproduzidas neste território e adaptadas a sua realidade. Embora sejam territórios extremamente dinâmicos como descrito no Capítulo 1, sua cartografia irá variar conforme as particularidades deste espaço e dos frequentadores que o compõe. Nos próximos trechos, evidenciamos isso.

Dormir sempre com um olho aberto[...] Aqui é cada um por si. (S.M.4).

Tem pessoas que tenho amizade mesmo, pô, firme, entendeu? Não é todos, você não pode contar com todos que ali é um bagulho, um engolindo o outro, covardia com covardia. É um submundo, entendeu? É um submundo, aquilo ali é um querendo se dar bem em cima do outro. (S.M.1).

Briga toda hora, tem cara espancando a mulher que você não pode se meter. Casal, não pode se meter. Uma regra, você não se mete de jeito nenhum. Se ele tiver uma arma e matar ela, deixa matar, mas tu não pode se meter porque ele vai assumir pelo ato dele. (S.M.1).

Embora durante nossas diversas entradas no campo, tenhamos percebido momentos permeados de solidariedade e amizade entre os moradores da cena, como a preocupação, quando um está doente ou no preparo e partilha de uma refeição, o sentimento de desconfiança entre eles e a presença da violência são narrados como uma constante. Como mencionamos anteriormente, as cenas de uso de drogas também retratam cenas de vida.

Podemos perceber nas narrativas abaixo, a importância dada também à **rede de apoio**, que se constrói nesse cotidiano, tanto com as igrejas locais, como com os próprios moradores e pessoas que circulam pelo território. Através da aproximação, passam a chamá-las de “pai e mãe”, como estratégia de rede de apoio social, constituindo um elo de vinculação e solidariedade, buscando com isso garantir possibilidades de sobrevivência.

Na rua eu tenho liberdade, eu brinco com todo mundo, falo com todo mundo. Todas as pessoas que passa aqui são meu pai e minha mãe. Eu tenho 3 avós, dessa igreja, 3 idosa que chamo de avó. Elas vêm, uma traz o meu café de manhã, a outra avó deixa minha empadinha paga e a outra vai ali e compra minha comida, quase todo dia. E meu pai da Comlurb traz minha comida quando ele pega lá. (S.F.2).

Tem as pessoas da igreja que também ajuda que também vai lá levar comida, é durante a semana toda. Uma tá dando comida aqui, apareceu outra, a outra começou e já tem outra lá, entendeu? Que nem café da manhã, café da manhã, as vezes, tem três igrejas servido café da manhã. (S.M.1).

Poder público, ele não entra ali, o que entra ali são as igrejas que vem pra ajudar, as igrejas que vem te levar para o centro de recuperação, eles levam alimento, eles dão a palavra, eles tentam te tirar dali.... Tem gente ali que não consegue ir no posto, tem um senhor lá que tá com a perna, quase perdendo a perna, dois quase perdendo a perna, quem vai lá? A igreja que ajuda, a igreja que vai lá fazer um curativo... (S.M.1).

Como apoio social³⁰, estamos considerando tanto a presença das igrejas como da sociedade civil, que muitas vezes compõem redes paralelas de proteção social, como alternativa a ausência do Estado ou sua ineficiência. Embora não seja nosso objeto de estudo, não podemos desconsiderar a forte presença que estas redes têm nas cenas de uso de drogas.

Encontramos na fala de um dos nossos entrevistados a seguir, a sua percepção, que de forma muito consciente e crítica, retrata a sua sensação de pleno abandono social pelo Estado, “Não há política mais pra mim” (S.M.3).

Esse pequeno trecho nos trouxe uma importante reflexão, pois resume a indignação de muitos que se encontram em situação de rua e de total exclusão social, cuja invisibilidade social e violação de direitos, estão presentes em seu cotidiano.

³⁰ Para melhor aprofundamento do tema sugiro a leitura lançada recentemente: Religiões e o paradoxo apoio social – intolerância, e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas. Orgs. Eduardo Mourão Vasconcelos e Rita de Cassia Cavalcante Lima, 1ª edição, SP: Hucitec, 2019.

Com relação ainda ao eixo cotidiano, identificamos nas falas dos sujeitos, as seguintes ideias associadas às **percepções das cenas BI e BII**.

Sobre a BI (cena de uso localizada dentro da comunidade):

Eu nunca gostei de ir pra lá, ali eu nunca gostei e não gosto, eu evito de ficar lá, eu fico lá um dia... Depois eu fico lá em cima... Eu durmo lá fora, porque lá dentro é muito sinistro a noite. (S.M.1).

A noite você não atravessa pra lá. Um breu? Meu Deus do céu, Jesus... Tu não enxerga nada, tipo assim, uma cidade fantasma. (S.M.1).

Lá dentro eu me sinto presa. (S.F.2).

Sobre a BII (cena de uso localizada dentro da quadra)

Uma prisão com muitas pessoas... Porque eu tava na prisão, pra mim aquela quadra era uma prisão. (S.M.1).

Aqui fora, eu tô na rua, tá todo mundo vendo... Se tiver tiroteio, eu me escondo. (S.M.1).

O fato da BI e BII, serem cenas de uso muito próximas geograficamente, não significa a homogeneidade entre ambas. E embora haja uma circulação entre seus frequentadores, estes em suas falas, reafirmam as considerações que iniciamos no Capítulo 3, sobre algumas diferenças entre elas, fazemos destaque à (in)visibilidade social desses espaços e consequentemente de seus sujeitos para a sociedade e o poder público.

Sobre o **acesso à renda**, identificamos nas narrativas, que o trabalho para esses sujeitos aparece, enquanto ferramenta de identificação positiva de pertencimento.

Já tive um trailler de tatuador, atendia a ‘todo mundo’, mas o negocio era ganha o meu honestamente. (S.M.4).

[...] eu sou trabalhador, eu gosto. (S.M.1).

Pô, tô com outra cabeça, isso é uma experiência de vida lá, uma experiência de vida mesmo porque não é pra qualquer um não. Tem dias que você tem que ter que fazer uma correria pra comer, não é só usar droga. (S.M.1).

A centralidade dada ao trabalho está presente nestas falas, enquanto elemento que agrega e que gera sensação de pertencimento e de identidade. E pelo viés da atividade produtiva, se sentem incluídos na sociedade capitalista. Este

ponto reforça nosso pressuposto de que, a cena de uso está para além do uso da droga, mas enquanto espaço da reprodução de nossas relações sociais.

Finalizando a análise deste eixo, sobre as percepções que os sujeitos têm do espaço da cena de uso, encontramos como núcleo de sentido falas sobre a **relação com a droga**.

Diante destas narrativas, identificamos a questão da relação com o crack, atrelada as ideias: **de prisão, a perda de identidade e a sensação de vergonha**.

Por considerar que essas ideias estão entrelaçadas, iremos analisar a partir de um bloco único.

Sobre o crack:

A pessoa sempre quer mais... pensa que está acordado, mas na verdade não está acordado, está dormindo com os olhos abertos. (S.M.4).

A maior droga ali é crack, não tem outra, ali vive pro crack, infelizmente é o crack. (S.M.1).

[...]tem que saber dominar ela. (S.M.1)

É o bolso de cada um que vai dizer a quantidade de droga que se usa. (S.M.4).

Percebemos nestes trechos, que a droga ganha centralidade no cotidiano destes sujeitos e novamente reforçamos o discurso antiproibicionista, de que nossa prioridade, enquanto política pública, não deve ser focada na droga, mas a relação que se estabelece com ela. Enquanto estas pessoas não tiverem oportunidades de experimentar outros repertórios em suas vidas, como por exemplo, educação, esporte e cultura, a droga acabará sendo sua única fonte de prazer e satisfação dentro deste universo de ausências, estando prisioneiros dessa busca.

Desde 2016 estou na rua, mas antes eu tinha uma vida, tinha uma casa. (S.M.1).

Aí chegou num ponto que eu vi que... Foi desgastando, desgastando, o J. que eu era, que eu era, acabou. (S.M.1).

Tem gente que não gosta de morador de rua. (S.F.2).

A sociedade desfaz de você, te discrimina, só porque você tá ali, você não é mais nada. (S.M.1).

No trecho abaixo, percebemos a ênfase dada à família por seus membros, embora não esteja tão presente em seu cotidiano ocupam espaço de destaque, exercendo uma função de ligação entre o presente e o passado de cada um.

Todo mundo ali tem família. Família que eu falo, família que sabe que tu tá ali e vai te visitar, não é aquela família que tá nem ai, tô falando família, família mesmo. Tem muita gente ali que tem família, pô, família vai lá, visita, busca, leva pra casa, mas daqui a pouco tá de volta, entendeu? Eu queria ter um lar, um lar com a minha mãe, pô se eu tivesse um lar eu não estaria lá. (S.M.1).

Semana passada minha mãe teve aqui e eu também vou lá ver ela e minhas irmãs. Teve uma vez que fiquei duas semanas com ela. Quando estou lá minha irmã não sai de perto, só dorme comigo. (S.F.2).

“pai, te amo, quero te ver, tô com saudade” ela queria vir aqui junto com a mãe dela. Eu e a mãe dela somos amigos mesmo, de verdade, ela queria me buscar lá e tudo, falei assim “não”, porque é vergonhoso pra caramba. (S.M.1).

A partir destes discursos, podemos identificar a necessidade de falar sobre suas trajetórias individuais antes da rua, onde todos se referem à família como um elo de pertencimento e de identidade. A fragilidade ou até mesmo rompimento com estes vínculos, tornam-se para esse público, mais um elemento de vulnerabilidade social e perda da sua identidade social, pessoas sem lugar no mundo.

Na rua, esses sentimentos são reforçados com a indiferença social, vergonha e exclusão. E assim, como debatido por Jesse Souza, esses elementos sustentam e fortalecem a concepção de subcidadania construída para este público, cristalizando-os em processos permanentes de exclusão social. Dia após dia, deixando esses sujeitos entregues à própria sorte.

Um ponto interessante que identificamos nas narrativas e que merece destaque, foi com relação ao episódio da ação de desarticulação da quadra da BII, que aconteceu no dia 23/11/19. Foi possível perceber que um mesmo fato ganhou significados similares entre alguns, sendo considerada uma ação impositiva, como também encontramos percepção singular, considerada sob o viés da proteção.

A própria descrição dos fatos narrados pelos entrevistados, foi considerada importante enquanto dado de análise desta ação estatal, para compreender a dinâmica que os sujeitos vivenciaram nesse dia e as mudanças que ocorreram em seu cotidiano pós-ação.

Oh vamos levantar aí galera, eu já tava em pé, pessoal tá vindo aí já, tá chegando pra levar tudo aí, veio aqui avisar vocês, vamos juntar tudo, pega o que vocês tem que pegar aí" isso já veio o pessoal da Prefeitura junto e, aí a rapaziada saiu e ficou só aqueles grandão da Prefeitura, todo mundo apressado e arranca daqui, tira dali e, meu Deus, aquela confusão toda, eu pegando umas malas, mais um outro amigo. Só sei que foi uma correria danada, a gente tirando, eles também tirando ((risos)) aí fui pra ladeira. Minhas malas, minha roupa, correria, eu acho que deixei meu celular, bateria, essas coisas de eletrônico, eletrônico. Aí, dei uma mexida, quando eu reparei tava tudo dentro da droga do caminhão, aí meu Deus do céu. (S.M.1).

No trecho acima, fica evidente a associação dada aos pertences de uma pessoa, que se encontra em situação de rua com “lixo”. E em uma busca por higienizar os espaços pelo Estado, seus objetos são descartados sem nenhuma cerimônia. Conforme refletido nesse estudo, se esses sujeitos são considerados pela sociedade enquanto descartáveis e desnecessários, consequentemente seus pertences ganham o mesmo tratamento.

Alguns entrevistados tiveram impressão negativa desta ação, onde a truculência dos atores aparece de forma latente nas narrativas, expressando uma postura já conhecida pelo Estado, centrada em respostas imediatistas e midiáticas, cujo objetivo é atender somente um lado da população. “Já vieram rasgando tudo. O cara já veio chutando, xingando a gente, tirando nossa lona toda. Eles jogaram tudo no lixo, só tirei um travesseiro, um colchão e uma coberta só. E uma roupa que tava no corpo” (S.F.2).

Entretanto, em outra fala, a mesma ação recebeu significado positivo, sendo percebida como possibilidade de mudança, fazendo um paralelo com um tipo de “tratamento de choque”, para tirar a pessoa de algum estado de inércia. “Ai falei aí: ‘sabe qual é? vai os anéis e ficam os dedos’, se é pra se encerrar aqui, se encerra aqui então.” (S.M.1). “Agora tem que usar assim, escondido, respeitando os moradores” (S.M.4).

Como mencionado em capítulo anterior, após essa ação houve o fechamento da quadra da BII, com isso, aconteceu um “deslocamento forçado” e parte deste grupo migrou para uma rua paralela e hábitos desse cotidiano sofreram alterações, inclusive na relação e uso com a droga.

4.2.2. Percepções dos sujeitos sobre a Tenda

O eixo de análise dos entrevistados sobre as “**Percepções dos sujeitos sobre a experiência da Tenda**”, gerou o seguinte núcleo de sentido: **acesso a direitos**. E dentro deste núcleo destacam-se as seguintes ideias: pertencimento, cuidado e culpabilização individual.

Com relação às ideias associadas, percebemos o sentimento de **pertencimento** pelos usuários, após os atendimentos realizados pela equipe do CREAS e encaminhamentos prestados para a rede de serviços, como por exemplo, uma solicitação de segunda via da documentação civil.

Com esse papel branco não sou mais um indigente, já sou um cidadão..só com esse papel branco já me sinto um cidadão.Vou abraçar essa oportunidade.....Agora eu encaro qualquer um. (risos). (S.M.4).

Eu já fui atendido lá com eles, até que um dia, no mesmo dia eles ia me levar para algum lugar, mas sendo que nesse dia não podia, não podia, acabou que foi rolando, rolando, muita coisa aconteceu, ai foi acontecendo. Mas graças a Deus, Deus também é bom que hoje tá sendo tudo resolvido, eu saio daqui com a vitória. (S.M.1).

EU: Esse papel tem um significado pra você?

Tem, pra eu acordar hoje, disposto e "vou fazer isso" e no meio do caminho encontrar obstáculos pra você não fazer. Não chegar no destino que você quer, você fala: "não, calma ae", sai atravessando tudo e vou que vou, cheguei aqui e vim andando a pé. (S.M.1).

O fato de receberem um simples encaminhamento, em uma folha de papel, se transforma em uma quebra de invisibilidade social. Durante nossa observação no campo, um dos entrevistados que acabava de ser atendido pela equipe, pediu que tirássemos um foto dele e seu encaminhamento.

Quando abordamos concepções de cidadania no capítulo 1, debatemos que, não basta ter acesso a direitos para considerar a existência de uma cidadania ativa, mas aqui estamos considerando que para o alcance dessa dimensão, minimamente esse sujeito precisa estar inserido em um sistema protetivo.

Com relação ao núcleo, acesso a direitos, também identificamos que os sujeitos percebem a atividade da Tenda enquanto uma experiência que lhe fornece **cuidado**. Embora, saibamos que o termo é mais comum quando tratamos da

política de saúde, entendemos aqui que esse cuidado sentido pelos sujeitos está diretamente relacionado à experiência da Tenda, enquanto proteção social.

Eles são melhor, são melhor do que os de lá do Méier, porque tem alguns que são ignorantes... eles trazia café pra gente tomar, trazia todinho pra gente, biscoito, goiabada... eles tratam muito bem, melhor que aqueles do UPA lá do outro lado dali. Eles cuidam da gente. (S.F.2).

Não obstante, os profissionais do CREAS, se apresentem sempre com coletes com o logotipo da SMASDH, e durante os atendimentos informem a qual Secretaria estão vinculados, muitos usuários os confundem com as equipes da saúde. Inclusive em um desses encontros, presenciamos alguns deles solicitando atendimento médico para um rapaz que passava mal no local.

Essa percepção por parte dos sujeitos, em confundir as equipes, nos remete a reflexão sobre as proximidades do conceito cuidado, referente a política de saúde e proteção social, vinculado à assistência social.

Ainda que sejam termos distintos, a vulnerabilidade social, vivenciada por este público, se apresenta para as equipes de maneira tão degradante, que de fato nos remete a um nível agudo de ausência de um Estado protetor, que não vem assegurando um mínimo de cuidado e tão pouco proteção social.

Independente se as equipes representam a saúde ou assistência social, o fato é que esses sujeitos se sentem “cuidados” pelos profissionais, sendo possível nitidamente identificar o vínculo construído a longo do trabalho. Essa percepção reflete, o caráter positivo da presença desses agentes públicos no território.

Outro ponto que nos chama a atenção nas narrativas, foi a percepção recorrente desses sujeitos quanto a naturalização da dimensão envolvendo a **culpabilização individual**, pela sua condição de exclusão social, centrando a responsabilidade unicamente no sujeito para sair e romper com os processos excludentes.

Tem que acontecer é as pessoas terem força de vontade de sair daquele mundo, é isso. Aproveitar essa oportunidade aqui, entendeu? Aproveitar e sair desse mundo porque tem pessoas que não querem, não querem, eu já ouvi já pessoas falarem: "eu amo isso aqui, eu amo o crack, eu amo essa vida aqui. Eu amo essa vida aqui", pessoal da igreja chegar e: "meu irmão, minha vida é isso aqui, eu amo isso aqui, eu gosto disso aqui, você tá vendo? É aqui que eu vou ficar, tá no sangue, o que tá correndo aqui é isso aqui" e é isso aí, agora pessoas que tem vontade de sair mesmo, sai pô, dá um primeiro passo na sua vida. (S.M.1).

Quero dar orgulho pra minha família e pra conseguir isso preciso ter juízo. (S.M.3).

Não adianta o governo fazer se a pessoa não quer ser ajudada. Agora sim ajudar quem quer ser ajudado. (S.M.4).

Recorrendo ao conceito de subcidadania, visualizamos nitidamente nas falas dos nossos interlocutores, o que Souza nos traz de reflexão, sobre a construção social introjetada de forma a naturalizar a desigualdade social, enquanto fruto de escolhas e fracassos individuais.

À medida que não se transpõe essa ideologia hegemônica de massa, que criminaliza a pobreza e transfere a responsabilidade pela superação das desigualdades de classes, em cada indivíduo, não avançaremos na defesa dos direitos para todos os cidadãos.

Quando aproximamos o conceito de Arendt sobre espaço público, para o cotidiano de uma cena de uso, foi entendendo que este conceito em muito se assemelha ao que a assistência social e a saúde veem tentando, com muita dificuldade, experimentar nas ruas. Através do exercício do diálogo e da ação entre os sujeitos e profissionais, novas possibilidades vão sendo construídas, em prol de um bem coletivo.

A riqueza trazida nestas narrativas, cuja trajetória de vida a conduzem para um verdadeiro silenciamento e invisibilidade, traz aos profissionais o desafio de exercitar uma prática de proteção social, a partir dessa relação horizontal entre os sujeitos envolvidos na ação.

5 Considerações Finais

O que apreendemos dessas narrativas

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos. Ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano³¹

Essas linhas traduzem nossa incansável busca por conhecimentos, que possibilitem mudanças em nossa realidade. Enquanto pesquisadores, adentramos e caminhamos por um território discriminado pela sociedade, uma cena de uso de drogas, em busca de pistas para nossas indagações.

Antes de prosseguir, precisamos contextualizar o momento histórico que assola a humanidade. Desde final de dezembro de 2019, foi identificado um novo coronavírus, causador de uma doença respiratória aguda, de rápida transmissão, denominada SARS-Cov-2 e posteriormente nomeada de COVID-19.³²

Em Junho de 2020, no Brasil, já haviam sido registrados mais de um milhão de infectados, e aproximadamente 50 mil mortos, segundo dados oficiais³³. E assistimos nosso Sistema Único de Saúde entrando em colapso, em diversas regiões do Brasil.

Como trabalhadora da linha de frente, atuando em uma emergência da Rede Federal, fui de várias formas afetada por essa pandemia. Foram diversos sentimentos vivenciados, medo do contágio, indignação por aqueles que podiam e não cumpriam o isolamento social, revolta pelos que não tinham acesso aos meios de proteção. E a mais difícil decisão que já tomei na vida, a de ficar longe dos meus dois filhos e de outros membros da família, para tentar protegê-los.

Em Abril de 2020, mesmo com todas as precauções possíveis fui contaminada, senti na pele todas as aflições que uma doença letal pode nos causar. Precisei de suporte de oxigênio e fui atendida na mesma unidade onde atuo profissionalmente no SUS.

³¹ Citação retirada do livro Saúde Mental e Atenção Psicossocial, de Amarante (2007, p. 108).

³² Disponível em: <www.coronavirus.saude.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2020.

³³ Disponível em: <www.conass.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2020.

Em um instante, passei de profissional para paciente e fui cuidada por aqueles que diariamente são meus colegas de trabalho. Minha vida parou, minha dissertação, que estava em fase de conclusão, precisou ser interrompida. E somente após meu total restabelecimento de saúde obtive condições de retomar esse estudo. E hoje posso dizer que tudo vale a pena, quando acreditamos no que fazemos.

Compondo esse triste cenário, onde vidas estão sendo perdidas para o Covid-19, escândalos envolvendo corrupção e desvio de dinheiro público, vêm a tona várias reflexões, que tornaram esse processo final mais significativo, como nossa vulnerabilidade enquanto humanos. E diante desse contexto, é urgente repensar as práticas de proteção social voltadas para uma população considerada descartável.

De todas as recomendações de saúde pública, divulgadas pelos organismos internacionais, a principal foi o isolamento social. E daí minha indagação: para as pessoas que não tem casa e encontram na rua sua única possibilidade de moradia, como seguir esse isolamento? Qual será a proposta de política pública, para essa parcela da população? É evidente que as respostas do Estado vieram tardiamente e de forma pontual ou fragmentada por região.

Mais uma vez, presenciamos a fragilidade das políticas sociais e da ineficiência do Estado na garantia da proteção social, para aqueles que vivenciam um cotidiano de exclusão. Diante desse devastador cenário social e de grandes desafios, encontramos nessa pesquisa e nas falas dos “invisíveis”, inspiração para concluir esse estudo.

Retomando então as considerações finais, ancorada na experiência real de um CREAS, chamada de Tenda, foi possível identificar uma possibilidade concreta de construir resistência contra uma ideologia de massa. A partir da perspectiva da proteção social e espaço público, voltada para sujeitos em permanente processo de invisibilidade social.

Utilizando os conceitos de subcidadania e espaço público, construímos um terreno teórico propício, para que, articulado com nosso campo empírico, dialogássemos com autores, que também buscaram compreender o fenômeno da exclusão social. Iniciamos então no capítulo I, a reflexão sobre a construção social da subcidadania sob o olhar de Jesse Souza. Com esse aporte, foi possível uma

aproximação com a realidade vivida pelas pessoas, que se encontram em situação de rua e as percepções desses sujeitos, enquanto subcidadãos pela sociedade.

No transcorrer do capítulo inicial, discutimos sobre o espaço da rua e especificamente de uma cena de uso de drogas, com as contribuições de Hannah Arendt. Ampliamos a ideia de “cracolândia”, enquanto possibilidade de uma outra concepção, em conexão com o conceito de espaço público.

Reafirmamos nosso pressuposto de olhar para esse território, em quanto potente e fértil, para o exercício da liberdade e da participação de seus sujeitos. Entretanto, para isso é necessário assegurar espaço para a palavra e ação de seus sujeitos, em prol de um bem coletivo, compreendido por Arendt como elementos da nossa condição humana.

Seguindo no Capítulo II, discutimos o conceito de proteção social no contexto brasileiro proibicionista, voltado para pessoas que fazem uso de drogas e se encontram em cenas de uso, na cidade do Rio de Janeiro. E como essas experiências vêm se construindo ao longo dos últimos anos, e especificamente na atividade do CREAS, desenvolvida em uma dessas cenas.

Cabe reafirmar, que esse estudo se posiciona contrariamente à política de “guerras às drogas” e, assim como um dos maiores defensores brasileiros dessa luta, Antonio Nery, também defendemos uma política voltada para “as pessoas e não para as drogas”, que seja norteadada pela defesa da vida, sem violar o direito a liberdade.

No Capítulo III, apresentamos de forma mais detalhada a cena de uso da BII e suas particularidades, trazendo para o leitor nossa entrada nesse cotidiano recheado de histórias singulares, cotidiano repleto de vivências. Encontramos na rua um espaço de encontros, local de refúgio para aqueles que não tem para onde ir.

Finalizando essa trajetória chegamos no Capítulo IV, composto por nove núcleos de sentidos, retirados das narrativas dos sujeitos entrevistados. Para melhor decomposição das análises, separamos em dois blocos: as reflexões com base nas entrevistas com os profissionais do CREAS e com os sujeitos que frequentam a cena.

Ouvindo o que essas pessoas tinham a nos dizer, sobre seu cotidiano e esse espaço da cena de uso, ampliamos o leque de alternativas de reflexões sobre esse território. E a cada encontro nos aproximávamos mais ao nosso pressuposto, de

que uma cena de uso de drogas, pode também ser espaço legítimo de execução de proteção social.

Ao elaborar essa conclusão, temos clareza que não esgotamos essa discussão e esperamos, que futuros estudos no âmbito da política de Assistência Social caminhem nessa perspectiva, incluindo as percepções dos sujeitos da pesquisa no processo de construção do estudo.

Retornando ao objetivo geral desse estudo, que visava compreender o cotidiano de uma cena de uso de drogas, a partir dos sentidos atribuídos a este espaço pelos sujeitos que vivem nele e pelos profissionais da Assistência Social, que atuam nessa cena de uso. Consideramos que as entrevistas e nossa observação participante foram valiosas, tendo trazido importantes elementos para análise, que contribuíram para a aproximação com esse cotidiano e sua melhor percepção.

Utilizamos a metodologia, de análise de sentidos atribuídos e dividimos as narrativas em dois grandes grupos: percepções dos sujeitos e dos profissionais do CREAS. Esse método de interpretação possibilitou um rico exercício analítico, conhecendo um mesmo território por ângulos diferentes.

Acreditamos ser um diferencial nesse estudo, as conexões realizadas entre as percepções das pessoas em situação de rua, que vivenciam o cotidiano de uma “cracolância”, com aqueles que lá atuam enquanto profissionais de um CREAS. Dialogando com o que os autores elencados nesse estudo refletem. Nosso exercício, se propôs a reessignificar o espaço da cena de uso, sob a lente de seus próprios envolvidos.

Com base nos sentidos extraídos dessas narrativas, elencamos aqueles que dialogavam com o referencial teórico aqui proposto, contribuindo para o reconhecimento da rua enquanto espaço para exercício da liberdade e da participação de seus sujeitos.

Em nossas análises identificamos, através das falas dos nossos entrevistados, que a concepção de direitos se apresenta de diversas formas. Encontramos ideias associadas ao não reconhecimento, enquanto cidadão de direitos, não pertencentes a um sistema protetivo. E consideramos esse um desafio, o exercício da cidadania por uma parcela da população, que se encontra ainda reconhecida pela sociedade como subcidadãos, sem o direito a ter direitos.

Esse estudo, buscou a partir de uma experiência concreta da Tenda, considerar que a rua pode ser um espaço legítimo de execução da rede de proteção

social. E com a participação ativa do usuário da política de assistência social, construir com ele propostas possíveis e viáveis, que não estejam centralizadas em sua ida para um abrigo.

A prática da proteção social em curso nesse território, através da inserção do CREAS na cena, nos mostrou limites e possibilidades. A descontinuidade da ação, frequentemente vivenciada pelos profissionais, foi retratada como um grande obstáculo, reproduzindo a focalização das políticas sociais no contexto neoliberal. Em contrapartida, a Tenda foi percebida como uma ação inovadora dentro da Política de Assistência Social, sendo caracterizada como uma extensão do equipamento no território, possibilitando acesso à um grupo que dificilmente chegaria até ao serviço.

Identificamos nas narrativas dos profissionais, suas percepções sobre o espaço da “cracolândia” e os sentidos que orientam essas práticas e um caminho para aperfeiçoar essa atividade sinalizados por eles seria com investimento na capacitação de seus agentes e na construção de uma prática intersetorial . Tornando-se mais uma possibilidade de ação, que de fato busque a execução de uma política, que esteja centrada na proteção social de seus sujeitos.

Compreender as contradições, que podem existir dentro da execução das práticas sociais, é um fator de suma importância para combater a reprodução de ações higienistas e com viés meritocrático, existentes ao longo de nossa história e ainda se faz presente em nossa política de assistência social.

Gostaríamos de concluir afirmando, que o viés da liberdade e participação entre os sujeitos, como defendida por Arendt, enquanto elementos imprescindíveis à condição humana, norteou a ação da Tenda. O respeito à singularidade de cada sujeito e a sua inclusão neste processo, contribuíram para que a droga não fosse o centro da atividade do CREAS, mas sim a condição humana.

Nosso pressuposto, vai ao encontro de que existem práticas, que contribuem para um processo emancipatório, igualitário e de participação social, que podem favorecer uma nova maneira de executar políticas sociais nas cenas de uso de drogas. Nosso estudo na Tenda, demonstrou a possibilidade de utilização da rua enquanto espaço público, local de encontro e de proteção social.

Nessa trajetória de pesquisa construída até aqui, podemos destacar como uma das mais importantes contribuições, a possibilidade de entrar em uma cena de uso e mostrar que ela é mais que um espaço de consumo de drogas. Através dos

relatos sobre o seu cotidiano, esses sujeitos afirmam o que muitos insistem em negar, que suas vidas importam.

Identificamos ações, iniciativas e experiências no âmbito da Assistência Social, que podemos chamar de ousadas, e que vão na contramão desse sistema excludente, onde o cidadão é de fato percebido e reconhecido, enquanto sujeito de direitos. E esse estudo buscou dar visibilidade, a uma prática guiada por essa concepção.

Em tempos sombrios, onde a herança do autoritarismo persiste em nos perseguir, experiências que possibilitem a ação do sujeito na tomada de decisões, se tornam indispensáveis, para não correremos o risco de reproduzir o que Arendt, chama de banalidade do mal. Ou seja, pela ausência da capacidade do pensamento replicar ações, que se utilizem de violência, em prol de um falso bem comum, que atenda a uma elite. E Inspirados na obra de Arendt, que esse estudo nos permita não deixar nossa capacidade de pensar de lado.

É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz até que, num dado momento a tua fala seja a tua prática.

Paulo Freire

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O que é política?** 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, jan./abr. 2004.

ALCHORNE, S. C. A. **Assistência Social**: análise de normativas. O Social em Debate 01: Assistência Social: política e pública, 2016.

ALARCON, S.; JORGE, M. A. S. (Orgs.). **Álcool e outras drogas**: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

BASTOS, F. I.; BERTONI, N. (Orgs.). **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Ministério da Saúde. FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BOECHAT, J. Resenha Crack e Exclusão Social. **SER Social** (Online). 2019.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dez. de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BROTTO, M. E. **Assistência Social**: história e cultura política. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Reflexão, 2015.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Ed Vozes, 2003.

COIMBRA, C. M. B. **Direitos Humanos e criminalização da pobreza**. In: I Seminário Internacional de Direitos Humanos, violência e pobreza: situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do autor/Intertexto, 2001.

CRESS/7ª Região. **Termo de Orientação: Atuação de Assistentes Sociais na Abordagem às Pessoas em Situação de Rua**. 1. ed. 2013.

_____. **Termo de Orientação: Atuação de Assistentes Sociais na Abordagem às Pessoas em Situação de Rua**, 2. ed. 2019.

DAGIOS, M. Celso Lafer e a reconstrução dos direitos humanos de acordo com o pensamento de Hannah Arendt. **Intuito**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jun. 2010.

DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1999.

FLEURY, S. **Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta, Dossiê, Sociologias**, Porto Alegre, 2012.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**, 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, M. **UPP- A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Niterói, RJ, 2014. 136p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense.

FREITAS, B. P. Política e Espaço Público: um diálogo inicial com Hannah Arendt. **Revista Serviço Social em Questão**, n. 16, PUC-Rio, 2009.

GATTO, M. **Os indesejáveis: das práticas abusivas e ideologia dominante no enfrentamento aos sujeitos indesejáveis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. 395p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

GIORGETTI, C. **Moradores de Rua: Uma questão social?** São Paulo: Fapesp/Educ, 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, R.; LEAL, A. F.; KNAUTH, D.; SILVA, G. S. N. Sentidos atribuídos à política voltada para a Saúde do Homem. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro v. 17, n. 10 2012.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E F.; ARAUJO, F. C. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 23, mar. 2007.

GOMES, R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagens de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 565-574, mar. 2007.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. 2004, São Paulo: Brasiliense.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Proteção social no território: entre o texto e o contexto. **Uníltalo em Pesquisa**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 133-151, abr. 2016. Disponível em: <www.italo.com.br/portal/cepesq/revista_eletronica.html> Acesso em: 14 jan. 2020.

LANCETTI, A. **Clinica Peripatética**, 3. ed. São Paulo, Hucitec, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2013.

LIMA, R. C. C. Políticas Sociais Públicas e a Centralidade da Família: implicações para a assistência na área de álcool e outras drogas. In: ALARCON, S.; JORGE, M. A. S. (Org.). **Álcool e outras drogas**: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2012.

LIMA, R. C. C.; TAVARES, P. Desafios recentes às políticas sociais brasileiras sobre as drogas: enfrentamento ao crack e proibicionismo. **Argumentum**, Vitória - ES, v. 4, n. 2, p. 6-23, jul./dez. 2012.

MACHADO, R. W. G. **A formulação da Política Nacional para população em situação de rua**: um estudo a partir do Fórum Permanente sobre População em Situação de Rua no Estado do RJ. Rio de Janeiro, 2017. 180p. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria e método. 34. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2015

MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

NASCIMENTO, M. M. Reflexões acerca do espaço público em Hannah Arendt. **Revista Ética & Filosofia Política**, v. 8, n. 1, junho/2005.

NONATO, D. N.; RAIOL, R. W. G. Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 81-101, jul./dez. 2016.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Ed Cortez, 2004.

_____. As políticas sociais e o serviço social. Instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Ed Cortez, 2007.

_____. **O espetáculo da pobreza**: mascaras dos antagonismos. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 28 a 30 de ago. 2007.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social**: temas & questões. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Revista Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 116, out./dez. 2013.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Orgs.) **Construção Social da Demanda**: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ: ABRASCO, 2010.

PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2018-2022, cidade do Rio de Janeiro.

RAICHELES, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática, São Paulo: Cortez, 2000.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Assistência Social**: políticas e direitos. v. 77, São Paulo: Cortez, 2004.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Gestão Pública**. v. 78, São Paulo: Cortez, 2004.

RIO DE JANEIRO (Município). **Resolução SMDS n.º 64 de 12 de abril de 2016**. Cria e Regulamenta o Protocolo do Serviço Especializado em Abordagem Social, no âmbito das ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

_____. **Somos Todos Cariocas**: Levantamento da População em Situação de Rua do Rio de Janeiro – 2018. Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=3172b66428654a7f93d2005c5df13897>>. Acesso em 20 mar. 2020.

RIZZINI, I. et, al. **Vidas nas ruas**. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2003.

RIZZINI, I. **O século perdido**. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

RIZZINI, I.; VALE, J. B.; COUTO, R. M. B. **Cadernos CIESPI** – Pesquisa & Políticas Públicas - Contextos de vulnerabilidade na América Latina, PUC-Rio, n. 4, 2017. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/Publicacoes/Pesquisa-e-politicas-publicas-16?from_info_index=11>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ROCHA, M. N. da. Reflexões sobre o Pensamento de Hannah Arendt: Que é liberdade. **Social em Questão**, Rio de Janeiro: PUC, Departamento Serviço Social, v. 16, n. 16, 2006/2007.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu de Abreu, 2000.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e População em Situações de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SONTHEIMER, K. Prefácio. In: ARENDT, H. **O que é política?** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.8, n.1, p.119-132, 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SOUZA, I. P. et al. **Criminalização da pobreza no Brasil**: uma compreensão necessária na busca de uma melhor atuação profissional, 2016.

SOUZA, J. **Subcidadania Brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro, Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

_____. Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.1, n.1, 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/455908>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SOUZA, N. R. O. Q. et al (Orgs.). **Política de Assistência Social no Brasil**: desafios para o assistente social. 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Comaer, 2011.

TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (Org.). **Saberes e práticas na atenção primária à saúde**: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas. São Paulo: Hucitec, 2015.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para as políticas de saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, 2004.

VASCONCELOS, E. M.; LIMA, R. C. C. (Org.). **Religiões e o paradoxo apoio social**: intolerância, e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). **A Aventura sociológica**, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

7

Apêndices

7.1.

Apêndice 1 – Roteiro para observação do campo

- Identificar elementos presentes no cotidiano de uma cena de uso, particularidades desse universo, o que representa esse espaço para os que vivenciam, como o chamam: (por exemplo divisão do espaço, códigos e regras de convivência, construção de vínculos/amizades, formas de lazer, etc.).
- Identificar/mapear a rede de apoio presente nesse cotidiano e o que oferecem (igreja, família, serviços públicos, ong, etc.).
- Como os usuários percebem a presença da equipe do CREAS (são receptivos, rejeitam, confiam, interagem)? Eles conseguem identificar que são da Assistência Social?

Sugestão de perguntas geradoras para uma entrevista narrativa junto aos usuários:

Me conte algo desse lugar, alguma história/caso que te marcou:

O que você pensa sobre esse lugar (BII), o que ele representa para você, fale um pouco sobre isso:

Como é viver nessa “cracolândia”.

Roteiro para entrevista com os profissionais do CREAS (2 educadores e 2 profissionais de nível superior)

- Identificação geral (nome, idade, vínculo trabalhista, função, tempo na unidade).
- Descreva sobre o seu trabalho com a população de rua na BII (o que você faz e como desenvolve esse trabalho).
- Possuem parceiros para o trabalho nessa cena de uso de drogas? Em caso negativo, sabe o porquê?

- Descreva as pessoas que vivem na cena de uso da BII;
- Como você percebe o espaço da BII, o que ele representa para você?
- Na sua percepção quais os limites e possibilidades do trabalho desenvolvido na BII:
- Para você o que significa proteção social?

8

Anexos

8.1.

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Profissionais)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Profissionais)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa:

Um olhar para além da droga: reflexões sobre o espaço público em uma cena de uso no subúrbio carioca

Pesquisadora: Cristiane Cavalcante da Silva, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Orientadora: Prof. Dra. Irene Rizzini, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Infância (CIESP/PUC-Rio)

Descrição da Pesquisa:

Esse estudo visa refletir sobre o cotidiano de uma “cracolândia”, especificamente na zona norte do Rio de Janeiro, conhecida como Bandeira II. Nosso objetivo será identificar e entender como os sujeitos e profissionais da Assistência Social que frequentam esse local percebem esse espaço e as práticas de proteção social em execução pelo CREAS Janete Clair.

Sabemos o desafio que teremos pela frente com relação a nossa hipótese, de que num território tão deflagrado como uma cena de uso de drogas, marcado por constantes violações de direitos, seja possível repensar propostas que tenham, por base a cidadania e participação dos seus sujeitos.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você, participante voluntário, tem toda a garantia de plena liberdade para recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Para isso, basta falar com o pesquisador. Garantimos também a sua privacidade a partir do sigilo de seus dados em todas as fases desta pesquisa.

A entrevista ora proposta será registrada em forma de questionário, conversas e observação participante, caso você autorize, mas sua identidade será preservada em todas as fases da pesquisa. Após a organização do material coletado, você poderá solicitar uma via e caso não concorde com o que está registrado, poderá solicitar a alteração ou exclusão das informações fornecidas para que não seja submetido a qualquer tipo de constrangimento ou prejuízo moral.

Não haverá para o participante voluntário qualquer despesa e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa ficarão a cargo dos pesquisadores envolvidos.

Benefícios e riscos resultantes da pesquisa

Sua participação nesta pesquisa será muito importante para compreendermos certos aspectos e particularidades desse complexo cotidiano de uma “cracolândia”. Buscaremos elementos que contribuam para ampliação da compreensão deste espaço enquanto potente para o exercício da liberdade e da participação de seus sujeitos, refletindo sobre os significados que orientam as práticas de proteção social no campo da Assistência Social, nesse território.

Em toda pesquisa envolvendo seres humanos há riscos. Em relação aos sujeitos pesquisados e pesquisador, durante todo o processo de produção desse estudo, não se vislumbram riscos à saúde e à segurança dos mesmos. É possível que ocorram momentos de constrangimentos e desconfortos imprevisíveis de acordo com o tema discutido, por estarmos lidando com situações e momentos de intensa fragilidade na vida das pessoas vivenciam o espaço de uma “cracolândia”. Se isso acontecer, basta você nos dizer que encerraremos a entrevista. Entretanto, os benefícios se mostram ainda maiores e podem ser multiplicados a partir de trabalhos e documentos produzidos com os dados coletados.

Condições da pesquisa

Eu, _____ entendi que posso concordar com a realização da pesquisa, mas que, a qualquer momento, posso me recusar ou desistir, sem sofrer qualquer penalidade. A pesquisadora esclareceu os objetivos da pesquisa, sanaram minhas dúvidas e conversaram sobre a metodologia utilizada. Nesse caso, autorizo o uso dos meus relatos, registrados em forma de entrevista e observação participante, com o objetivo de colaborar nos estudos realizados para esta pesquisa e destinados à utilização acadêmica e formação de acervo histórico.

Gravação da entrevista:

A pesquisa poderá ser gravada, em áudio, e realizado registo em imagens (fotos) mas eu posso recusar:

Com áudio () sem áudio () com foto () sem foto ()

Eu recebi uma cópia deste documento assinado, li e concordei em participar desta pesquisa.

Cidade e data: _____, _____ de _____ de 2019

Entrevistado

Entrevistador

Contato: Pesquisadora: Cristiane Cavalcante da Silva: crishfcb@gmail.com – tel: (21) 992422718 Orientadora: Irene Rizzini: irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com - Tel: (21) 96765-9491
Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21)3527-1618; localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – BRASIL.

8.2.

Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (usuários)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (usuários)**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa:

Um olhar para além da droga: reflexões sobre o espaço público em uma cena de uso no subúrbio carioca

Pesquisadora: Cristiane Cavalcante da Silva, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Orientadora: Prof. Dra. Irene Rizzini, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Infância (CIESP/PUC-Rio)

Descrição da Pesquisa:

Esse estudo busca refletir sobre a vida cotidiana em uma “cracolândia”, na zona norte do Rio de Janeiro, conhecida como Bandeira II. Através das falas de seus próprios sujeitos que vivenciam diariamente esse local, entender as particularidades desse território, enquanto um espaço de convivência e de intervenção da equipe do CREAS Janete Clair.

Sabemos o desafio que teremos pela frente pois esse espaço é marcado por constantes violações de direitos, nossa tarefa é repensar propostas que tenham, por base a cidadania e participação dos seus sujeitos.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você, participante voluntário, tem toda a garantia de plena liberdade para recusar-se a participar ou retirar sua autorização, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Para isso, basta falar com a pesquisadora. Garantimos também a sua privacidade a partir do sigilo de seus dados em todas as fases desta pesquisa.

Essa entrevista proposta será registrada em forma de questionário e da observação durante as minhas idas a Bandeira II, caso você autorize, mas sua identidade será preservada em todas as fases da pesquisa. Após a organização do material coletado, você poderá solicitar uma via e caso não concorde com o que está registrado, poderá solicitar a alteração ou exclusão das informações fornecidas

para que não seja submetido a qualquer tipo de constrangimento ou prejuízo moral.

Não haverá para o participante voluntário qualquer despesa e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa ficarão a cargo dos pesquisadores envolvidos.

Benefícios e riscos resultantes da pesquisa

A sua participação é muito importante para nós. O que você nos disser vai nos ajudar a entender melhor o espaço de uma “cracolândia” a partir do ponto de vista de alguém que vivencia esse lugar diariamente. Além disso, suas respostas vão nos ajudar a levantar o perfil das pessoas que circulam por esse território e o que a “cracolândia” representa para você. Também irá contribuir para compreender o que significa para você a presença e trabalho dos profissionais da assistência social (CREAS) dentro da Bandeira II.

A partir da nossa conversa e entrevista, a gente pode fazer várias coisas, como, por exemplo, escrever textos através dos quais nós podemos pensar e divulgar o que precisa mudar e como podemos melhorar os serviços prestados nesses locais.

Em toda pesquisa envolvendo seres humanos há riscos. Em relação aos sujeitos pesquisados e pesquisador, durante todo o processo de produção desse estudo, não se vislumbram riscos à saúde e à segurança dos mesmos. É possível que ocorram momentos de constrangimentos e desconfortos imprevisíveis de acordo com o tema discutido, por estarmos lidando com situações e momentos de intensa fragilidade na vida das pessoas vivenciam o espaço de uma “cracolândia”. Se isso acontecer, basta você nos dizer que encerraremos a entrevista. Entretanto, os benefícios se mostram ainda maiores e podem ser multiplicados a partir de trabalhos e documentos produzidos com os dados coletados.

Condições da pesquisa

Eu, _____ entendi que posso concordar com a realização da pesquisa, mas que, a qualquer momento, posso me recusar ou desistir, sem sofrer qualquer penalidade. A pesquisadora esclareceu os objetivos da pesquisa, sanaram minhas dúvidas e conversaram sobre a metodologia utilizada. Nesse caso, autorizo o uso dos meus relatos, registrados em forma de entrevista, com o objetivo de colaborar nos estudos realizados para esta pesquisa e destinados à utilização acadêmica e formação de acervo histórico.

Gravação da entrevista:

A pesquisa poderá ser gravada, em áudio, e realizado registo em imagens (fotos), mas eu posso recusar:

Com áudio () sem áudio () com foto () sem foto ()

Eu recebi uma cópia deste documento assinado, li e concordei em participar desta pesquisa.

Cidade e data: _____, _____ de _____ de 2019

Entrevistado

Entrevistador

Contato:

Pesquisadora: Cristiane Cavalcante da Silva: crishfcf@gmail.com – tel: (21) 992422718

Orientadora: Irene Rizzini: irizzini.pucio.ciespi@gmail.com - Tel: (21) 96765-9491 Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21)3527-1618; localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – BRASI